

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

RAFAEL MANDAGARAN GALLO

**POLÍTICA EXTERNA E IDEOLOGIA: A CONTRADIÇÃO ENTRE A “MISSÃO
CIVILIZATÓRIA” ESTADUNIDENSE PARA A INVASÃO DO IRAQUE DE 2003
E SEUS FUNDAMENTOS LIBERAIS POLÍTICOS**

**FLORIANÓPOLIS
2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

RAFAEL MANDAGARAN GALLO

**POLÍTICA EXTERNA E IDEOLOGIA: A CONTRADIÇÃO ENTRE A “MISSÃO
CIVILIZATÓRIA” ESTADUNIDENSE PARA A INVASÃO DO IRAQUE DE 2003
E SEUS FUNDAMENTOS LIBERAIS POLÍTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller.

**FLORIANÓPOLIS
2007**

AGRADECIMENTOS

O término deste trabalho não representa somente o fim de uma etapa, repleta de aprendizado tanto no plano acadêmico quanto na vida pessoal, mas, também, o início de outra fase onde novos problemas ou novos aspectos de uma mesma questão tornam-se “sensíveis”. Além do mais, não se pode esquecer que como cientistas sociais encontramos inseridos em um contexto histórico específico que relaciona nossos trabalhos com a realidade social. Frutos desse relacionamento, surgem a companheiras inseparável de todo acadêmico: as angústias. Angústia em terminar o trabalho, angústia se toda a dissertação está a contento, angústia advinda da dúvida de se conseguir emprego como professor ... angústias e mais angústias, resultados de nossa tentativa em compreender as sociedades em pleno século XXI.

Gostaria de agradecer sinceramente àqueles que fizeram parte dessa etapa de minha “senda acadêmica”.

Em primeiro lugar, meus pais, *Ciro Benhur Torres Gallo* e *Solange Maria Mandagaran Gallo* por mostrar-me o papel central do estudo, da reflexão na vida do ser humano, além do apoio incondicional às todas as minha decisões. Às minhas irmãs, *Márcia Solange Mandagaran Gallo* e *Marta Beatriz Mandagaran Gallo* também pelas conversas “sérias” e descontraídas.

Às duas mulheres de minha vida: *Carine Baer Paulus*, minha noiva, pelo seu afeto, carinho e apoio. Sua presença em minha vida é fundamental, pois sem seu amor e seu companheirismo, nada disso teria sido possível e *Isabella de Lima Gallo* pelas risadas e brincadeiras gostosas que tornaram todo esse trajeto agradável.

Ao meu orientador, Professor Dr. Ricardo Gaspar Müller, um amigo para todas as horas, sempre prestativo e conselheiro nas horas difíceis: sem sua orientação, a conclusão dessa etapa de minha neófito vida acadêmica estaria comprometida, além da amizade, elemento fundamental de todo o processo.

À Professora Dra. Maria Célia Marcondes de Moraes pela amizade e também pelo “carpaccio” servido na ocasião que batizei de *academic saviour dinner* (jantar salvador acadêmico). Posso dizer que esse jantar – e seu prato – trouxeram alento, além de afastar as angústias por determinadas horas.

A todos os antigos amigos e os que fiz durante o tempo em que permaneci em Florianópolis: sua companhia, amizade e discussões foram muito significativas e enriquecedoras para mim. Também são “angustiados”, cada um com sua particularidade, por “livre e espontânea vontade”, pois escolheram ser cientistas sociais que têm a difícil tarefa – e às vezes “incompreensível” e “sem propósito” para os que não são – de pensar a sociedade.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo importante auxílio financeiro.

E à Angústia que me trouxe até aqui.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADMs – Armas de destruição em massa

CTNs – Corporações Transnacionais

ETNs – Empresas Transnacionais

EUA – Estados Unidos da América

NSS – Estratégia de Segurança Nacional (*National Security Strategy*)

NSC – Conselho de Segurança Nacional (*National Security Council*)

OINGs – Organizações Internacionais Não-governamentais

ONGs – Organizações Não-governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PENA – Política Externa Norte-americana

RIs – Relações Internacionais

SI – Sistema Internacional

UNESCOM – Comissão Especial das Nações Unidas (*United Nations Special Commission*)

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

FIGURAS:

Figura 01 – As Colônias Inglesas Norte-Americanas de 1775.....	48
Figura 02 – O Destino Manifesto.....	50

QUADROS:

Quadro 01– A ideologia para a invasão do Iraque e a <i>Old Ideology</i>	95
---	----

TABELAS:

Tabela 01– Distribuição das atividades industriais das principais ETNs do mundo.....	29
Tabela 02 – Distribuição por países das principais ETNs do mundo.....	30
Tabela 03 – Distribuição por países da indústria petrolífera.....	86

SUMÁRIO

Resumo	x
Abstract	xi
Introdução	1
Capítulo 1: As Relações Internacionais Contemporâneas: caracterização e estrutura	6
1.1 Marco histórico do século XXI: os atentados às torres gêmeas do World Trade Center e ao Pentágono de 11 de Setembro de 2001, as “Guerras” do Afeganistão e do Iraque.....	6
1.2 As Relações Internacionais e o Sistema do Capital: novos atores em um contexto de interdependência.....	11
1.2.1 A Caracterização do Capitalismo enquanto Sistema Totalizador de Reprodução Social.....	12
1.2.2 A dimensão econômica do Globalismo: o processo de globalização.....	16
1.3 Relações Internacionais, Relações Transnacionais e o Sistema Internacional: novos atores em um contexto de interdependência.....	20
1.3.1 O campo teórico das Relações Internacionais e seus atores.....	20
1.3.2 Sistema Internacional, Empresas Transnacionais e os Estados.....	24
1.4 Sistema Internacional, Hegemonia e os Estados Unidos da América: relações de poder em um contexto de transnacionalização.....	26
1.4.1 A Hegemonia dos EUA no contexto internacional.....	26
1.4.2 As Empresas transnacionais estadunidenses e a hegemonia mundial.....	28

Capítulo 2: A Política externa norte-americana e sua ideologia: dialética histórica.....	32
2.1 A Política externa, o “interesse nacional” e seus atores: prolegômenos teóricos.....	32
2.2 A Política Externa Norte-americana: contornos ideológicos e históricos.....	34
2.2.1 Por um conceito de Ideologia.....	35
2.2.2 Ideologia, continuidade histórica e a PENA: considerações iniciais.....	38
2.2.3 Raízes históricas: a ideologia fundacional norte-americana e a PENA (1776 a 1800).....	41
2.2.4 O Destino Manifesto e a PENA (1800 a 1898): definindo a ideologia expansionista.....	47
2.2.5 Internacionalismo da PENA e a ideologia: do imperialismo do século XIX ao wilsonianismo do século XX.....	54
Capítulo 3: A Política externa norte-americana na contemporaneidade: a “missão civilizatória” e o Iraque.....	64
3.1 A PENA e sua ideologia no século XX: um breve histórico.....	64
3.1.1 1918-1945: o “entreguerras” e a Segunda Guerra Mundial.....	65
3.1.2 1945-1991: da Segunda Guerra Mundial ao desmembramento da URSS: <i>a old ideology</i> e a PENA.....	67
3.1.3 O pós-Guerra Fria: 1989-2000.....	76
3.2 A PENA no primeiro mandato do governo George W. Bush (2001-2004): contexto histórico e a Invasão do Iraque.....	79
3.2.1 A PENA de George W. Bush (2001-2004) e o novo contexto.....	79
3.2.2 A “Guerra” do Iraque: os reais motivos.....	84

3.3 As justificativas para a Invasão do Iraque: as supostas armas de destruição em massa e a *old ideology*.....88

3.4 A “Missão Civilizatória” dos EUA: contradições do Capitalismo.....97

Capítulo 4: O Escrutínio da “missão civilizatória”: das origens liberais ao neoconservadorismo.....101

4.1 1853 a 2003: do Iluminismo como princípio civilizador para Karl Marx à “Missão civilizatória” do governo George Walker Bush.....101

4.2 (Neo)Conservadorismo ou Liberalismo?: contradições ideológicas, geopolítica e a dimensão político-religiosa.....108

Considerações Finais.....114

Referências Bibliográficas.....119

Documentos Consultados.....123

Anexos.....126

RESUMO

As justificativas utilizadas pelo governo estadunidense para a invasão do Iraque em março de 2003, trazem à tona a discussão sobre a relação entre ideologia e política externa. Tendo como pano de fundo o campo das relações internacionais parametrizado segundo a especificidade histórica do capitalismo contemporâneo, a ação militar norte-americana em solo iraquiano apoiou-se em uma ideologia que imputa aos Estados Unidos o papel de responsável por “civilizar” um país por meio da “liberdade” e da “democracia”, preceitos do liberalismo político. A ideologia liberal, fundamento das instituições sociais norte-americanas, entra em contradição quando confrontada com a prática política conservadora do primeiro mandato do governo George W. Bush (2001-2004), principalmente no plano doméstico, em especial as medidas que acabaram por cercear as liberdades civis após os atentados de 11 de setembro de 2001. Empreender uma ação militar com o objetivo de “libertar” os iraquianos, destituir um ditador para a implantação de um regime democrático por meio das armas, além de consistir em uma impossibilidade dentro da lógica das relações capitalistas, tem implicações e desdobramentos geopolíticos, já que esse processo ocorre no Oriente Médio, região com importância de natureza geoestratégica, relevante para as relações de poder no âmbito internacional. A natureza ideológica da “missão civilizatória” evidencia-se, dialeticamente, com a prática da política (interna e externa) do governo que a profere, resultado do processo dialógico entre teoria e empiria.

Palavras-chave: Política externa norte-americana; ideologia; invasão do Iraque; “missão civilizatória”; capitalismo contemporâneo.

ABSTRACT

The arguments offered by the Bush Administration (2001-2004) to justify the Iraq invasion, (on March 2003), expose the relations between ideology and foreign policy. This military campaign was fostered by the ideology of “American mission in the world”, in which the United States would have a “civilizing attribution” concerning Iraq. This mission would be achieved through the principles of “liberty” and “democracy”, basic grounds for political liberalism with in the international relations scope in the specificity of contemporary capitalism. The contradiction among the liberal ideology, American social institutions grounds and domestic political decisions – the civil liberty curtailing measures after the September 11 – indicate the prevailing conservative orientation in White House. The US military undertaking goal, to set “free” the Iraqi population, to dismiss a dictator to set up a democratic regime might be welcome if it were not carried on by arms. This scenario is representative of the impossibility of any emancipating aim within the logic of social capitalists relations as well as of the perilous geopolitical unfolding events, for this process occurs in a very important geostrategic region, the Middle East. The ideological nature of such “civilizing mission” comes out of the dialectical confrontation between its own goals and results and both domestic and foreign political policy supported by Bush Administration.

Keywords: American foreign policy; ideology; invasion of Iraq; “civilizing mission”; contemporary capitalism.

INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa inicial¹ com que ingressei no Programa Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina em 2005, tratava também das justificações utilizadas pelo governo de George W. Bush (2001-2004) para a invasão do Iraque em março de 2003. Entretanto, o foco principal era o fluxo dessas “idéias” nos meios de comunicação de massa, em especial três periódicos impressos brasileiros: *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. O objetivo era abordar essa invasão mediante a caracterização de exercício de poder por parte de um Estado com *status* de potência hegemônica no sistema internacional e suas relações com a *mídia*. Como parte dessa hipótese, buscava-se inferir, a partir da literatura anteriormente selecionada e utilizada, a eventual presença de valores da sociedade estadunidense incorporados nos discursos do Governo George W. Bush no intuito de justificar a ação bélica nos veículos de comunicação referidos, como mecanismo de formar ou consolidar um consenso legitimador da opinião pública nacional. Em suma, o eixo principal delimitava-se em torno da relação mediação–ideologia–prática política, ligando-se duas esferas: um acontecimento em âmbito internacional com sua representação no contexto social brasileiro.

As dificuldades surgidas à medida que aprofundaram-se as leituras, limitações metodológicas, as conversas com o orientador – e os sempre necessários “puxões de orelha” –, os Seminários de Pesquisa no Programa fizeram essa proposta inicial ser refinada e recortada cada vez mais.

¹ GALLO, R. M. A “*Missão Civilizatória*” como notícia: construções ideológicas da política externa estadunidense do governo George W. Bush (2001-2004) na mídia impressa brasileira. Florianópolis: 2004.

Assim, optou-se pelo aprofundamento da identificação, enumeração, interpretação e delimitação da matriz ideológica das justificativas do *staff* de Bush para a Operação *Iraqi Freedom*. Além do mais, a razão pela qual é possível declarar o estabelecimento de relações de dominação ou o exercício de poder como uma “missão civilizatória” no contexto contemporâneo foi outro aspecto que orientou a confecção e realização da pesquisa.

Com isso, partindo-se de um arcabouço teórico marxista para análise, o trabalho apresenta a articulação teórica, conceitos e categorias, com um quadro empírico específico apreendido por meio da concepção dialética da história. Acredita-se que dessa maneira a processualidade histórica é evidenciada além de constituir uma metodologia relevante à dissertação, ainda mais para um evento que ainda hoje continua se desdobrando.

* * *

Devido às características do tema trabalhado, além da dificuldade em se obter obras sobre o assunto, grande parte da literatura e de documentos consultados está em língua inglesa ou em espanhol. Quando não houver tradução publicada, a tradução dos trechos citados no corpo do texto foi feita de forma *livre* pelo autor, apresentando os originais em notas de rodapé.

* * *

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, subdivididos em itens de acordo com os temas abordados.

Dessa forma, o primeiro capítulo versa, além da apresentação da problemática de pesquisa, sobre a concepção teórica das relações internacionais contemporâneas, campo de desenvolvimento de fatos pertinentes à pesquisa, caracterizado segundo a lógica sociometabólica própria do modo de produção capitalista. Já que o capitalismo se define

como um sistema totalizador de reprodução social, o sistema internacional (SI) demanda uma conceituação teórica total e sistêmica, caracterizando-se como uma totalidade social em que se formam e operam contradições. O debate com autores relevantes ao campo teórico das Relações Internacionais tem como objetivo trazer à luz a especificidade histórica do capitalismo contemporâneo, por meio de seus processos, como a globalização/transnacionalização, culminando na constituição de novos atores, e/ou organizações, nos movimentos político-econômicos mundiais, com especial destaque para as Empresas ou Conglomerados Transnacionais (ETNs e CTNs). Sendo assim, a relação entre esses novos e os “tradicionais” atores das relações internacionais – os Estados – supõe, determina a reorganização da estrutura de poder mundial, onde os Estados Unidos figuram como poder hegemônico. O êxito das ETNs norte-americanas na economia internacional é ponto fundamental para a manutenção dessa posição hegemônica. Convém lembrar que um dos setores industriais mais importantes para os EUA é o energético (petróleo e gás).

O segundo capítulo trata sobre conceitos específicos e relevantes para a pesquisa como *política externa* e *ideologia*. A partir dessas delimitações conceituais, procura-se relacioná-las por meio do resgate histórico das ações da política externa norte-americana (PENA) e da identificação da ideologia que a amparou, desde os tempos da Independência das Treze Colônias (1776) até a “expansão das fronteiras” na segunda metade do século XIX

O terceiro capítulo também se caracteriza como um resgate histórico da PENA e sua ideologia ao longo do século XX, considerados apenas os principais desdobramentos condizentes aos objetivos da pesquisa, até se chegar à postura externa no primeiro mandato do presidente George W. Bush por meio da invasão do Iraque de 2003. Assim, tem-se a

identificação e o delineamento dos elementos ideológicos ao longo da história dos Estados Unidos, reunidos mediante o conceito de *old ideology*. Em momento posterior, analisamos os discursos de personalidades políticas relevantes do *staff* de Bush para justificar a “Operação Liberdade Iraquiana”, comparando-se com a “velha ideologia” possibilitando assim a elaboração de um construto teórico, a “missão civilizatória”: a ideologia de que os EUA possuem o “papel de salvadores do Iraque”, levando o “regime democrático” e a “liberdade ao povo iraquiano”, em um diálogo constante com os elementos ideológicos presentes durante toda a história da PENA. A importância geoestratégica do Oriente Médio também é destacada, pois aliada à “missão civilizatória” e à estrutura de funcionamento do Sistema internacional sobre a qual os Estados Unidos exercem uma posição hegemônica, evidenciam a natureza capitalista hegemônica das relações internacionais, impossibilitando a realização da ideológica missão estadunidense no Iraque.

No último capítulo analisamos a especificidade sócio-histórica do capitalismo contemporâneo a partir da confrontação com a prática política do governo norte-americano, tanto no campo internacional (Iraque) quanto no doméstico (o Estado de exceção instituído pelo *USA Patriot Act* cerceando liberdades civis garantidas pela Constituição), com a “missão civilizatória”, processo caracterizado pela contradição com os princípios do liberalismo político, fundamentos ideológicos dessa sociedade. Faz-se presente a posição delicada ou arranhada da legitimidade do liberalismo como ideologia política do capitalismo face a políticas cada vez mais conservadoras, como o caso dos Estados Unidos bem demonstra.

O tema abordado permanece fornecendo questionamentos, instigando estudos, reflexões acerca da realidade social em escala global, ou seja, em pleno “movimento”. Esta pesquisa é apenas o primeiro passo no intuito de compreender e apreender as sociedades

que se definem por relações específicas e orquestradas pela lógica capitalista, em um contexto histórico processual onde contradições se apresentam e se transformam incessantemente. A “missão civilizatória” da PENA para a invasão do Iraque se mostra como contradição *par excellence*, pois a lógica emancipatória, advinda dos princípios do liberalismo político choca-se com a do capitalismo (violenta, total na busca constante da acumulação) e impossibilita qualquer idéia de “liberdade” e “democracia” – avatares emancipatórios – em uma realidade social organizada segundo os parâmetros capitalistas. A empreendida “missão civilizatória” pela PENA apresenta-se como ideologia para o estabelecimento de relações de dominação com o objetivo de manter a hegemonia estadunidense no sistema internacional.

1. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS: CARACTERIZAÇÃO E ESTRUTURA.

1.1 Marco histórico do século XXI: os atentados às torres gêmeas do World Trade Center e ao Pentágono de 11 de Setembro de 2001, as “Guerras” do Afeganistão e do Iraque.

Os atentados terroristas¹ às torres gêmeas do World Trade Center (WTC), em Nova Iorque, como ao prédio do Pentágono (sede das forças armadas dos Estados Unidos da América - EUA) em Washington, realizados em 11 de Setembro de 2001, tornaram-se emblemáticos, um marco na recente história do século XXI. Para Ignacio Ramonet (2003, p. 13), inaugura-se um novo período da história contemporânea, encerrando o anterior que teve início com a queda do Muro de Berlim (9 de novembro de 1989) e o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 25 de dezembro de 1991. A *significação emblemática* é explicitada por Ana Esther Ceceña e Emir Sader,

Pela primeira vez na história dos últimos séculos o núcleo central – que não o coração – dos poderes mundiais era alcançado pelas fúrias que sua constituição foram acumulando na Terra e isto marca uma diferença: não é a violência dos ataques ou o número de mortos que surpreende – isso já ocorreu tantas vezes causando danos muito maiores -, o que muda o significado dos acontecimentos é que tudo tenha ocorrido nos Estados Unidos² (CECEÑA e SADER, 2002, p. 9)

Segundo o sociólogo estadunidense Wallerstein, as torres gêmeas do WTC configuravam a *metáfora perfeita* dos EUA, pois “representavam aspirações ilimitadas;

¹ Para Silva e Gonçalves (2005, p. 246), *terrorismo* pode ser definido como “o uso da violência imprevisível e premeditada, de maneira sistemática e coordenada, para a obtenção de resultados políticos”, merecendo destaque o terrorismo internacional podendo ser considerado uma força transnacional (PECEQUILO, 2005, p. 624).

² Cf.: “Por primera vez en la historia de los últimos siglos el núcleo central – que no corazón – de los poderes mundiales era alcanzado por las furias que su constitución fue acumulando en la Tierra y eso marca la diferencia: no es la violencia de los ataques o el número de muertos lo que sorprende – eso ha ocurrido ya tantas veces

representavam (sic) avanço tecnológico; representavam (sic) um farol para o mundo” (WALLERSTEIN, 2004, p. 204). Logo, esses ataques seriam uma negação à significação, como explica o mesmo autor,

Podemos resumir tudo isto em uma frase que os norte-americanos não usam muito, pelo menos antes do 11 de Setembro, mas na qual pensamos muito, nos nossos corações: somos mais civilizados do que o resto do mundo, o Velho Mundo, como costumávamos dizer com um leve toque de desdém. Representamos as mais elevadas aspirações de qualquer pessoa, não apenas dos norte-americanos. Somos o líder do mundo livre porque somos o país mais livre do mundo. Os outros olham para nós em busca de liderança, para erguer bem alto o estandarte da liberdade, da civilização (WALLERSTEIN, 2004, p. 205).

Fatos posteriores aos respectivos eventos históricos, tanto no plano interno dos EUA quanto externo merecem destaque. No interno, algumas medidas foram tomadas pela administração do presidente republicano George Walker Bush (2001-2004) como o *USA Patriot Act*³, versão oficial do *Patriot Act* de 12 de setembro de 2001, em 26 de outubro, no senado estadunidense (BANDEIRA, 2006, p. 662). A lei (“Lei Patriótica”) converteu-se num mecanismo legal de supressão de direitos civis (contrapondo-se à primeira emenda da Constituição norte-americana)⁴. De acordo com Ramonet (2003), tal norma caracteriza um momento histórico da sociedade norte-americana, instaurando uma *justiça de exceção*, pois possibilita as autoridades americanas deter suspeitos estrangeiros de terrorismo, encarcerá-los, vigiar suas comunicações e fazer buscas em seus respectivos domicílios sem prévia autorização judiciária.

causando daños mucho mayores -, lo que cambia el significado de los hechos es que todo eso ocurra en Estados Unidos”.

³ *USA Patriot Act* é a sigla de *Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism* (Unindo e Fortalecendo a América mediante a Provisão de Instrumentos Apropriados para Interceptar e Obstruir o Terrorismo). Lei Pública 107-56, 107º Congresso em 26 de Outubro de 2001. Cf.: http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=107_cong_public_laws&docid=f:publ056.107.pdf. Acesso em abril de 2006.

⁴ Segundo o texto da Constituição norte-americana: “O Congresso deve não criar leis que estabeleçam uma religião oficial, implicando no livre exercício de culto; ou o cerceamento da liberdade de expressão, ou de imprensa; ou do direito da reunião pacífica de pessoas e da reivindicação de reparação de danos ou reclamações”. Cf.: “Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to

Outro ponto relevante ao tema de cerceamento das *liberdades civis*⁵ diz respeito à criação de tribunais militares com procedimentos especiais no julgamento de indivíduos suspeitos – de terrorismo, em 13 de novembro de 2001,

Esses processos secretos poderão ocorrer em navios de guerra ou em bases militares [Guantánamo, em Cuba, é um exemplo]; a sentença será pronunciada por uma comissão constituída de oficiais militares; a unanimidade não será necessária para condenar o acusado à morte; o veredicto será sem apelo; as conversações do acusado com seu advogado poderão ser ouvidas clandestinamente; o processo judicial será mantido secreto e os detalhes do processo só serão tornados públicos depois de décadas (RAMONET, 2003, p. 56-57).

Alguns autores defendem a idéia de que após os atentados, os EUA começaram a se transformar em um *Estado policial*, como explicita Luiz Alberto Moniz Bandeira: “[um Estado] totalitário, uma espécie de totalitarismo revestido de democracia” (BANDEIRA, 2006, p. 646).

No tocante à esfera internacional, após o “11 de Setembro”, tem-se a Guerra do Afeganistão, liderada pelos EUA, a partir de 7 de Outubro, com ao apoio, principalmente do Reino Unido, no suposto intuito de captura do líder da organização terrorista Al-Q’aeda, Osama bin Laden, responsável pelos atentados em território norte-americano. Trata-se de um caráter *sui generis* pois se traduz em um confronto de uma Estado contra uma organização, em especial a sua personificação, bin Laden (RAMONET, 2003), (BANDEIRA, 2006). A

assemble, and to petition the government for a redress of grievances”. Cf.: <http://usinfo.state.gov/usa/infousa/facts/funddocs/consteng.htm>. Acesso em abril de 2006.

⁵ Por *Liberdades civis* entende-se a noção de Liberdade como *proteção dos direitos fundamentais*, de inspiração liberal clássica, principalmente referindo-se à filosofia política de John Locke (1632-1704) na qual há a sustentação da idéia de que “o Estado tem o direito de limitar a Liberdade de alguém unicamente quando for necessário proteger os direitos fundamentais de outro (muitas vezes considerados como os próprios direitos naturais)” (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1997, p. 711). Além disso, a liberdade civil – liberdade sob auspício do Estado instituído – funda-se também na liberdade como *governo fundamentado no consenso* – baseando-se também nas idéias de Locke - na qual “os cidadãos têm a obrigação de obedecer às normas governamentais, que refletem a vontade da maioria ou a ‘vontade geral’. (...) Desta forma Liberdade diz respeito não mais à possibilidade de agir desta ou daquela maneira, e sim à obrigação de agir da maneira ordenada pela autoridade” (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1997, p 712). De acordo com François Châtelet (2000) os documentos que expressam a *vontade geral* dos povos das treze colônias, a *Declaração da Independência (1774)* e a *Declaração do Direitos (1787)*, assimilaram noções “da doutrina dos direitos naturais de John Locke, em particular a da ‘insurreição sagrada’” (CHÂTELET, DUHAMEL e PISIER-KOUCHNER, 2000, p. 87). Wallerstein explicita a idéia de que um dos pontos que definem o atual momento histórico dos EUA: “a fragilidade da nossa tradição de liberdades civis” (WALLERSTEIN, 2004, p. 11).

ação militar foi justificada pelo governo norte-americano, fazendo parte da “Guerra ao Terror” (*War on Terror*), de acordo com o presidente George W. Bush em seu pronunciamento de 6 de outubro:

Os EUA estão determinados em se opor aos Estados que dão apoio ao terror. Já estamos igualmente determinados a respeitar e ajudar homens e mulheres os quais esses regimes oprimem. Nosso inimigo são apenas os terroristas e os regimes que os abrigam e os sustentam. Este é o caso do Afeganistão. Seu regime Talebã transformou a nação em santuário e campo de treinamento para terroristas internacionais – terroristas que têm matado cidadãos inocentes de várias nações, incluindo os nossos. O Talebã promove o terror no exterior e o pratica contra sua própria população, oprimindo as mulheres e perseguindo todos os dissidentes⁶.

Em 19 de março de 2003 tem-se início a invasão dos EUA ao Iraque, a “Operação Liberdade Iraquiana” (*Operation Iraqi Freedom*), defendida por meio das seguintes motivações no discurso do dia 22,

Nossa missão é clara, acabar com a posse do Iraque de armas de destruição em massa, dar fim ao apoio que Saddam Hussein dá ao terrorismo e libertar o povo iraquiano. (...) Uma campanha num terreno acidentado num país vasto, pode ser mais difícil e longo do que esperávamos. E ajudar os iraquianos a alcançar um país livre, estável e unido requererá o nosso compromisso. E executaremos qualquer coisa que seja requerida de nós, pois este é o dever que aceitamos⁷.

No pronunciamento de 5 de abril, após as primeiras ações militares em território iraquiano, George W. Bush declara:

As forças americanas e de coalizão estão firmemente avançando contra o regime de Saddam Hussein. Cada nova aldeia/cidade liberada pelas nossas forças faz com que elas saibam mais sobre as atrocidades de tal regime e o medo profundo que o ditador disseminou pouco a pouco no povo iraquiano. Nenhum crime deste regime moribundo nos desvia de nossa missão. Não

⁶ Cf.: “America is determined to oppose the state sponsors of terror. Yet we are equally determined to respect and help the men and women those regimes oppress. (...)Our enemy is the terrorists themselves, and the regimes that shelter and sustain them. Afghanistan is a case in point. Its Taliban regime has made that nation into a sanctuary and training ground for international terrorists -- terrorists who have killed innocent citizens of many nations, including our own. The Taliban promotes terror abroad, and practices terror against its people, oppressing women and persecuting all who dissent.”. BUSH, G. W. *Radio Adress of the President to the Nation*. 06 de outubro de 2001. Cf.: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2001/10/20011006.html>. Acesso em março de 2006.

⁷ Cf.: “our mission is clear, to disarm Iraq of weapons of mass destruction, to end Saddam Hussein’s support for terrorism, and to free the Iraqi people. (...) A campaign on harsh terrain in a vast country could be longer and more difficult than some have predicted. And helping Iraqis achieve a united, stable, and free country will require our sustained commitment. Yet, whatever is required of us, we will carry out all the duties we have accepted”. *President Discusses Beggining of Operation Iraqi Freedom*, President’s Radio Adress, 22 de Março de 2003. Cf.: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030322.html>. Acesso em Abril de 2005.

pararemos enquanto o Iraque não estiver livre. Estamos trazendo ajuda para o povo iraquiano que sofre há muito tempo e também algo mais: estamos trazendo esperança⁸.

Com isto, tem-se a transformação dos atentados de 11 de setembro, ou seja, a “contenção do terrorismo” como – num primeiro momento ou como uma *prenoção baconiana* (DURKHEIM, 2003) - novo item de *política externa*⁹ dos EUA, justificada dentro do escopo do papel de “salvador do globo” (*Messianic saviour of the globe*) como explicitado por Terry Eagleton (2003, p. 224), estendendo-se ao Iraque.

Segundo Otavio Ianni (2004), os ataques num primeiro momento configuram um acontecimento “errático”, juntamente com a Guerra do Afeganistão, marcando um período da contemporaneidade, o que denominou *novo palco da história*, onde grupos terroristas organizam-se e atacam uma “nação suprema” (NYE JR, 2003) no contexto internacional. Em um momento posterior, o Estado norte-americano parte para uma ação político-militar unilateral “guerra contra o terrorismo”. Convém lembrar que junto com os aspectos classificados enquanto “política internacional”, as contradições¹⁰ internas no seio da

⁸ Cf.: “American and coalition forces are steadily advancing against the regime of Saddam Hussein. With each new village they liberate, our forces are learning more about the atrocities of that regime, and the deep fear dictator has instilled in the Iraqi people. Yet no crime of this dying regime will divert us from our mission. We will not stop until Iraqi is free. (...) We are bringing aid to the long suffering people of Iraq, and we are bringing something more: we are bringing hope”. *Operation Iraqi Freedom*, President’s Radio Adress, 5 de Abril de 2003. Cf.: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/04/20030405.html>. Acesso em Abril de 2005.

⁹ *Política externa* de qualquer país diz respeito “em primeiro lugar à manutenção de sua independência e segurança e, em segundo lugar, à promoção e proteção de seus interesses econômicos sobretudo os de seus grupos mais influentes. Profundamente ligados a esses interesses – pelo menos no caso das grandes potências – estão a preocupação de resistir a qualquer penetração e manipulação por parte de países e ideologias estrangeiras e um imprudente esforço para conseguir certo grau de penetração e manipulação em outros países. Finalmente, intimamente relacionadas com a segurança nacional, bem como com os interesses econômicos e militares – inclusive clandestinos – de cada grande potência, estão suas diretrizes políticas de ajuda econômica a nações estrangeiras, assim como seus esforços para difundir sua própria propaganda nacional e ideológica em países estrangeiros e seu apoio a missões de intercâmbio cultural e científico que favorecem àquele objetivo” (DEUTSCH, 1982, p. 119).

¹⁰ Para Bottomore *contradição*, seu significado no que tange à ação humana refere-se a “qualquer situação que permita a satisfação de um fim unicamente às expensas de um outro, isto é, uma conexão ou coerção. Uma contradição interna é então uma dupla-conexão ou auto-coerção, onde um sistema, agente ou estrutura E é impedido de operar com um sistema regulador R porque está operando com um outro sistema R’, ou onde um curso de ação empreendido T gera um rumo de ação contrária, inibitória, desgastante ou oposta a qualquer outra forma T” (BOTTOMORE, 1988, p. 80). Assim, as contradições apresentam-se como históricas pois não podem ser dissociadas dos antagonismos estruturais do capitalismo.

sociedade estadunidense – como a tensão entre as liberdades civis e o *USA Patriot Act* – são elementos que caracterizam esse novo contexto mundial:

Esse, o novo palco da história no qual se desenvolvem o narcotráfico e o terrorismo, acionados pelas estruturas locais, nacionais, regionais, e mundiais de poder; desenvolvendo-se também a vigilância sistemática de indivíduos, coletividades, na fábrica, escritório, escola, agências governamentais, igrejas, condomínios, cidades, nações. Aos poucos, ou de repente, coisas, gentes e idéias tornam-se suspeitos (IANNI, 2004, p. 29)

Dessa forma, apreender os acontecimentos na esfera internacional implica a especificidade histórica em que se vive, marcada por contradições, tensões, disputas de poder tanto em tal plano quanto nos locais e regionais – e suas inter-relações - apresentando como imperativo uma percepção de análise que vislumbre todos estes fatores enquanto *totalidade* e *processo histórico* (IANNI, 2004). “Totalidade” no sentido de complexificação advinda das relações entre fatores internos de uma sociedade e sua presença no contexto internacional por meio de suas ações políticas. De acordo com o historiador inglês Edward Palmer Thompson (1981), no tocante ao ato de analisar dos movimentos das sociedades ao longo do tempo - mediante a *lógica histórica*¹¹ - a dialética faz-se presente, permitindo que se vislumbre as disputas de poder/dominação em um contexto social, dando o tom antagônico da história das sociedades organizadas pela lógica capitalista.

1.2 As Relações Internacionais e o Sistema do Capital: novos atores em um contexto de interdependência.

¹¹ Refere-se a um “tipo diferente de lógica adequado aos fenômenos que estão sempre em movimento, que evidenciam – mesmo num único momento – manifestações contraditórias, cujas evidências particulares só podem encontrar definição dentro de contextos particulares, e, ainda, cujos termos gerais de análise (...) raramente são constantes e, com mais frequência, estão em transição, juntamente com os movimentos do evento histórico: assim como o objeto de investigação se modifica, também se modificam as questões adequadas” (THOMPSON, 1981, p. 48).

1.2.1 A Caracterização do Capitalismo enquanto Sistema Totalizador de Reprodução Social

Segundo a premissa de que a história se caracteriza como processualidade, onde conflitos e tensões estão na base dos desdobramentos sociais, os atentados de 11 de setembro, as ações de política externa dos diferentes Estados, em especial, a dos EUA, inserem-se numa totalidade entendida enquanto *sistema social*¹², defendida por Immanuel Wallerstein (1985) de *capitalismo histórico*

O que distingue o sistema social histórico que estamos chamando de capitalismo histórico é o fato de que, nesse sistema histórico, o capital veio a ser usado (investido) de forma muito específica. Veio a ser usado com o objetivo ou intenção básica de auto-expansão. Nesse sistema, as acumulações anteriores eram ‘capital’ apenas na medida em que eram usadas para acumular mais do mesmo (WALLERSTEIN, 1985, p. 10).

Entretanto, “capitalismo” pode ser definido como o modo de produção específico no qual o capital¹³ – e sua diversidade de formas – é o meio de produção¹⁴ primordial

¹² Referindo-se à perspectiva sistêmica de Wallerstein (1976), *sistema social* é caracterizado de acordo com a independência de sua dinâmica interna que se manteria ao longo do tempo se estivesse isento de forças externas. Entretanto, a forma em que se apresenta na história é a de *sistema-mundo*, “um sistema social possuindo limites, estruturas, grupos integrantes, regras de legitimação e coerência. Sua vida define-se pela reconciliação de forças conflitivas que são postas lado a lado pela tensão e que acaba por separar cada grupo que procura eternamente remoldá-lo ou redefini-lo de acordo com seus interesses. Ele possui a característica de um organismo, cujo tempo de vida vai além da mudança de suas características em alguns aspectos e permanecendo estável em outros. Ele pode definir suas estruturas como sendo, em momentos diferentes, fortes ou fracas dependendo de sua lógica interna de funcionamento” (WALLERSTEIN, 1976, p. 347). Cf.: “A world-system is a social system, one that has boundaries, structures, member groups, rules of legitimation, and coherence. Its life is made up of the conflicting forces which together by tension and tear it apart as each group seeks eternally to remold it to its advantage. It has the characteristics of an organism, in that it has life-span over which its characteristics change in some respects and remain stable in others. One can define its structures as being at different times strong and weak in terms of the internal logic of its functioning”. Com tal configuração, o sistema-mundo capitalista ou moderno (WALLERSTEIN, 1976) apresenta-se como *economia-mundo* - sistema-mundo onde não há apenas um tipo único político que se sobrepõe aos demais (império-mundo), mas sim vários incluindo diferentes culturas, com existência, aproximadamente, de 500 anos – desde 1450 até o início do atual século – marcado por uma “peculiaridade”, “o lado político da forma de organização econômica denominada capitalismo. Capitalismo tem sido próspero precisamente pelo fato da economia-mundo possuir, dentro de seus limites, não um mas uma multiplicidade de sistemas políticos” (WALLERSTEIN, 1976, p. 348). Cf.: “(...) the political side of the form of economic organization called capitalism. Capitalism has been able to flourish precisely because the world-economy has had within its bounds not one but a multiplicity of political systems”.

¹³ Bottomore define *capital* como uma relação social, “um fenômeno dinâmico, que percorre um circuito no qual assume formas diferentes em diferentes pontos (...), assume funções especializadas em cada fase do seu circuito” (BOTTOMORE, 1988, p. 159).

(BOTTOMORE, 1988), engendrando os antagonismos entre suas *forças produtivas* (meios de produção e força de trabalho) e *relações de produção* – definidas como a “propriedade econômica das forças produtivas” (BOTTOMORE, 1988, p. 157).

Para o filósofo húngaro István Mészáros (2002) o “sistema do capital” é caracterizado mediante sua orientação para a expansão e acumulação do trabalho excedente¹⁵: “um modo de controle sociometabólico e sistema de reprodução social” (MÉSZÁROS, 2002, p. 96) incontrolável e totalizador,

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário”- do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

Dessa forma, a totalidade social caracteriza-se pela sociometabolismo próprio do sistema capitalista. Sua incontrolabilidade configura-se pela ausência de um controle político efetivo sobre os antagonismos internos¹⁶, marcada pela perda de controle nas tomadas de decisões sobre os processos no seio de tal ordem,

O capital é um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, antes mesmo de ser controlado – num sentido apenas superficial – pelos capitalistas privados (...). As perigosas ilusões de que se pode superar ou subjugar o poder do capital pela expropriação legal/política

¹⁴ De acordo com Marx, o capitalismo é um modo de produção caracterizado pelo *trabalho assalariado* e “uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo (...). Outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação – dos meios e do material do trabalho” (MARX, 1977, p. 65).

¹⁵ Este processo foi denominado por Karl Marx (1989) de *acumulação específica do capital*.

¹⁶ Segundo Mészáros (2002, p.105), tais *antagonismos estruturais* dizem respeito a três aspectos: i) a separação entre *produção* e *controle*; ii) a manutenção da ruptura entre *produção* e *consumo* e iii) a transformação da *produção* enquanto *circulação global*, como no caso da globalização. Com isto, o sistema do capital é *antagonicamente estruturado*.

dos capitalistas privados surgem quando se deixa de levar em conta a natureza real entre controlador e controlado. Como um modo de controle sociometabólico, o capital [sistema do capital], por necessidade, sempre retém seu primado sobre o pessoal por meio do qual seu corpo jurídico pode se manifestar de formas diferentes nos diferentes momentos da história (MÉSZÁROS, 2002, p. 98).

Sobre a atual condição do capitalismo, dois pontos merecem destaque. O primeiro diz respeito à caracterização deste modo de produção segundo a *crise estrutural*, onde sua *raison d'être* – “a extração máxima de trabalho excedente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 99) - está se tornando cada vez mais de difícil realização, devido aos imperativos estruturais – auto-limitação – do próprio Capital¹⁷. Immanuel Wallerstein (2004, p. 51) também declara o momento de definhamento no qual se encontra tal sistema, atestando sua incontornabilidade: “É como se o incrível e cada vez mais rápido crescimento do sistema capitalista tivesse ficado descontrolado, criando cancos que espalham metástases por todo o lado”. Outro ponto de concordância entre tais autores é a *transitoriedade* que marca o período histórico sob o escopo da “economia-mundo capitalista”, seguindo as premissas teóricas de Marx (*apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 85-86) nas quais a ordem histórica determinada pelo capitalismo era transitória.

O segundo, relaciona-se ao novo ciclo de expansão do Capital, permitindo falar em *sociedade global*,

Ocorre que a sociedade global, vista em suas implicações *simultaneamente*¹⁸ econômicas, políticas e culturais, demográficas, religiosas e lingüísticas, constitui-se como uma nova,

¹⁷ Tal epíteto será sinônimo, no decorrer do presente trabalho, de “Capitalismo”. O Capital sempre conseguiu – até o atual momento histórico – superar os próprios limites devido sua dinâmica enquanto processo de reprodução social: “como sistema de controle metabólico, o capital se torna o mais *eficiente* e *flexível* mecanismo de extração do trabalho excedente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 102-103, grifos do autor).

¹⁸ O destaque à categoria de *simultaneidade* (MÉSZÁROS, 2002) justifica-se pela necessidade de reforçar a tentativa de Marx em explicar dialeticamente os fatos ocorridos sob o auspício do capitalismo, em especial a “massa de destituídos de propriedade” criada mediante a alienação dos trabalhadores: “para que ela [alienação] se torne um poder ‘insuportável’, isto é, um poder contra o qual se faz a revolução, é necessário que tenha produzido a massa da humanidade como massa totalmente ‘destituída de propriedade’; que se encontre, *ao mesmo tempo*, em contradição com um mundo e riquezas e de cultura existente de fato – coisas que pressupõem, em ambos os casos um grande incremento de força produtiva, ou seja, um alto grau de seu desenvolvimento; por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas (que contém *simultaneamente* uma verdadeira existência humana empírica, dada num plano histórico-mundial e não na vida puramente local dos homens) é um

abrangente e contraditória totalidade, uma formação geo-histórica na qual se inserem os territórios e fronteiras, as ecologias e as biodiversidades, os gêneros e as etnias, as classes sociais e os grupos sociais, as culturas e as civilizações. Uma ‘totalidade’ *simultaneamente* histórica e teórica, ou seja, uma formação social e uma categoria que adquirem predominância crescente sobre umas e outras formações sociais: locais, nacionais e regionais (IANNI, 2004, p. 21, grifo do autor)

Esta “sociedade global” é a configuração do momento atual do Sistema do capital, o que o mesmo autor denomina de *Globalismo*, “uma ampla e profunda transformação geral (...).Tudo se abala mais ou menos radicalmente, de modo desigual e também contraditório” (IANNI, 2004, p. 23). Contudo, esta conceituação apenas indica a originalidade do contexto social – tanto em nível “local” quanto “global” – as novas “vestes” deste modo de produção, cuja reprodução social se dá mediante uma ordem metabólica com contradições imanentes. Keohane e Nye (2001) definem Globalismo como “um estado do mundo” envolvendo redes de interdependência¹⁹ em distâncias multicontinentais, ligados mediante fluxos e influências de capitais e bens, informação e idéias, pessoas e força (...)”²⁰ (KEOHANE e NYE, 2001, p. 229). Segundo tais autores, o globalismo possui quatro dimensões: a) *econômica*, comumente chamada de *globalização*²¹; b) *militar*, referente “a redes de longa distância de

pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele, apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a carência, recomeçaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria estabelecida”(MARX, 1996, p. 50, grifo do autor). Ainda seguindo tal linha de raciocínio, concomitantemente ao que foi citado, Marx afirma que o desenvolvimento universal das forças produtivas - o que permite o intercâmbio universal entre os homens – cria a “massa destituída de propriedade”, *simultaneamente* a todos os povos sob a égide do capitalismo.

¹⁹ *Interdependência* diz respeito a uma mútua dependência na política internacional implicando efeitos recíprocos, como exemplo, para os diversos países, desde que tais fatos decorrentes não sejam *custosos* – *costly effects*. Para Keohane e Nye (2001) os *effects* advindos de tais relações devem ser marcados pela reciprocidade, mesmo que ocorram de forma assimétrica.

²⁰ Cf.: “(...) as state of the world involving networks of interdependence at multicontinental distances, linked through flows and influences of capital and goods, information and ideas, people and force (...)”.

²¹ Gilberto Sarfati define “globalização” como um processo total, o que Ianni (2004), Keohane e Nye (2001) denominam de Globalismo: “defino a globalização como o processo no qual as tradicionais barreiras entre os Estados caem, fruto do avanço tecnológico, que possibilita intensa troca de informações entre as pessoas e o mundo. Esse fenômeno é observado virtualmente em todos os aspectos das relações humanas, incluindo não somente a economia, como também a cultura, meio ambiente, educação, imprensa e etc” (SARFATI, 2005, p. 318).

interdependência nas quais força e ameaças ou promessas de uso de força são empregadas”²²;

c) *ambiental*, caracterizada pelo transporte – em longas distâncias - de materiais nos oceanos e na atmosfera, bem como substâncias biológicas, patogênicas ou não que podem prejudicar a saúde e bem-estar humanos e d) *social e cultural*, movimentos de idéias, imagens, informação e pessoas, que, por sua vez, contém as demais.

Este novo movimento de expansão do Sistema do Capital (IANNI, 2004) contém processos e fatores em constante comunicação, agora permitindo pontos de contato entre componentes locais – entendidas como nacionais – e globais, referentes às práticas pelos diversos atores atuantes nas relações internacionais²³ contemporâneas, apresentando-se como *novo palco da história*.

1.2.2 A dimensão econômica do Globalismo: o processo de globalização.

O Globalismo enquanto um “vasto e predominante processo histórico-social, econômico, político e cultural” (IANNI, 2004, p. 28), assim como a nova *formação geohistórica*, a sociedade global, são desdobramentos, trazendo a categoria de Marx (1996) à discussão, *simultâneos*. Keohane e Nye explicitam tal simultaneidade quando descrevem as interações entre as dimensões que o compõe, “de fato, o globalismo social e cultural interage com outros tipos de globalismo, desde o militar ao ambiental, assim como a atividade econômica expressa informações e gera idéias, penetrando em áreas delimitadas geográfica e

²² Cf.: “(...) long-distance networks of interdependence in which force, and the threat or promise of force, are employed” (KEOHANE e NYE, 2001, p. 231).

²³ O epíteto *relações internacionais* tem caráter geral, referindo-se apenas a fenômenos ou acontecimentos no âmbito internacional.

politicamente²⁴” (KEOHANE e NYE, 2001, p. 232). No presente trabalho, a esfera econômica do globalismo será denominada de *globalização*.

Fredric Jameson (2001) apresenta quatro “posturas” distintas em relação ao debate sobre a globalização: a primeira, remete-se à sua não existência, pois ainda perduram situações e interesses nacionais; a segunda defende a idéia de que a globalização não é um processo recente: já ocorrera na antigüidade, exemplificada pelo Antigo Império Romano, que conquistou vários territórios entrando em contato com diversos povos e culturas; a terceira aceita a diferença histórica, afirmando que hoje as redes mundiais atingiram um grau completamente diferente, ou seja, em uma interdependência econômica sem precedentes; a quarta, defendida por ele, vê o processo como uma nova caracterização do capitalismo – representação do *capitalismo tardio*²⁵.

A globalização para Keohane e Nye pode ser definida como o processo que envolve

fluxos de longa distância de bens, serviços, capital e a informação e percepções que acompanham as trocas no mercado. Isso também envolve a organização dos processos que estão relacionados a estes fluxos: por exemplo, a organização da produção com baixos salários na Ásia para os mercados nos Estados Unidos e europeu. De fato, alguns economistas definem globalização em termos estritamente econômicos como ‘a transferência de tecnologia e capital de países com altos salários para os de baixo, resultando no crescimento de um trabalho intensivo no Terceiro Mundo para a exportação. Fluxos econômicos, mercados e organização em firmas multinacionais, tudo acontecendo ao mesmo tempo²⁶’ (KEOHANE e NYE, 2001, p. 231).

Immanuel Wallerstein (2004, p. 66) apresenta a idéia de que tal processo não é novo, no escopo da economia-mundo capitalista. Para tal autor, a globalização existe há cerca de

²⁴ Cf.: “Indeed, social and cultural globalism interacts with other types of globalism, since military and enviromental, as well as economic activity convey information and generate ideas, which may then flow across geograhical and politcal boundaries”.

²⁵ Convém lembrar que “capitalismo tardio” diz respeito à tradução errônea de “*late capitalism*”, em exercício no meio acadêmico brasileiro. Todavia, a idéia contida na língua inglesa diz respeito ao “momento presente em que se encontra o capitalismo” (JAMESON, 1991).

²⁶ Cf.: “(...) long-distance fows of goods, services, and capital, and the information and perceptions that accompany market exchange. It also nvolves the organization of the processes that are linked to these flows: for example, the organization of low-wage production in Asia for the United States and European markets. Indeed, some economists defie globalization in narrowly economic terms as ‘the transfer of tecnology and capital from

quinhentos anos e que se caracteriza por ser uma *dinâmica de crise* do Sistema do Capital, já que no momento atual – duas últimas décadas do século XX e início do XXI - do sistema histórico que determina, vigora a impossibilidade de “infindável acumulação de capital”.

Mészáros (2002) também partilha da premissa de que não há originalidade em tal acontecimento: é mais um desdobramento do Capital no intuito de contornar seus limites históricos – oriundos de seus antagonismos - enquanto sistema de reprodução social que atinge o ponto em que se torna cada vez mais difícil a extração do trabalho excedente e acumulação de capital. Todavia, o autor explicita a organização política que se configura concomitantemente, correspondendo ao “(...) estabelecimento de uma hierarquia de Estados nacionais mais, ou menos, poderosos que gozem – ou padeçam – da posição a eles atribuídas pela relação de forças em vigor na ordem de poder do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 111).

Desenvolvendo-se enquanto processo num sistema histórico específico, a globalização influencia e sofre influências das outras dimensões do globalismo, como no caso de seu desenvolvimento, apoiando-se “também e sobretudo nas auto-estradas da informação e nas mudanças sobrevindas ao campo da comunicação” (RAMONET, 1999, p. 59). De acordo com Wallerstein, a forma “economia-mundo capitalista” depende de tecnologia para manter a estrutura necessária para seu funcionamento dinâmico: “(...) o tamanho da economia-mundo é uma função do estado da tecnologia e, em particular nas possibilidades de transporte e comunicação dentro de seus limites²⁷” (WALLERSTEIN, 2004, p. 349).

high-wage to low-wage countries, and the resulting growth of labor-intensive Third World exports’. Economic flows, markets, and organization as in multinational firms, all go together”.

²⁷ Cf.: “(...) the size of a world-economy is function of the state of technology, and in particular of the possibilities of transport and communication within its bounds”.

O desenvolvimento informacional/comunicacional²⁸ teve origem, sobretudo, nos esforços de superioridade militar-tecnológica²⁹ dos principais concorrentes na corrida armamentista do período denominado de *Guerra Fria*³⁰, os EUA e a URSS.

Em 1947, o modelo de sinergia testado contra as potências do Eixo, entre cientistas, setor privado e necessidades de defesa, é retomado pelo National Security Act [Estados Unidos]. Dessa vez com o objetivo de federar os atores da inovação técnica contra o inimigo catalogado como ‘global’, o comunismo mundial. Para o Estado americano, trata-se de um salto institucional importante, ao contrário do Estado soviético, que desde seu nascimento, se viu como uma ‘fortaleza sitiada’, e portanto em estado de mobilização permanente. O fluxo constante dos contratos de pesquisa e desenvolvimento provenientes do Pentágono, e depois da NASA (instituída em 1958), irrigará o complexo militar-industrial (MATTELART, 2002, p. 56-7).

Além disso, segundo Manuel Castells (2000), o avanço tecnológico na área informacional teve outro momento importante, a década de 1970, o que denominou de “o divisor tecnológico dos anos 70”. Tal fato deveu-se à crise mundial do petróleo (1973-4) – aumento do preço do óleo determinado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) -, tendo ocorrido nos EUA no intuito de reestruturação econômica:

Essa crise motivou uma [re]estruturação drástica do sistema capitalista em escala global, e , sem dúvida, induziu um novo modelo de acumulação em descontinuidade histórica com o capitalismo pós-Segunda Guerra Mundial” (CASTELLS, 2000, p. 68).

²⁸ Alguns autores referem-se a este processo como *revolução informacional*, como exemplo Jean Lojkine, definida enquanto “(...) uma revolução tecnológica de conjunto” (LOJKINE, 1999, p. 11). Convém lembrar que o autor traz à tona a própria contradição inerente nas origens de tal avanço tecnológico, o que denomina de *potencialidades contraditórias* (LOJKINE, 1999, p. 21) no intuito de afastar a idéia de que seria apenas consequência de uma “evolução linear”.

²⁹ O termo *tecnologia* significa um sistema de meios e métodos, em contraposição à *técnica* que se refere apenas a um meio ou método particular de construção. Dessa forma, *tecnológico* indica “sistemas cruciais em toda a produção, não se caracterizando como uma aplicação específica”. (WILLIAMS, 1988, p. 315). Cf, “the crucial systems in all production, as distinct specific applications”. Em especial, destaca-se a *telemática* (RAMONET, 1999), a área da tecnologia que combina as técnicas informacionais com as de comunicação, como “(...) comunicação de dados, redes de computadores e processamento distribuído” (RABAÇA e BARBOSA, 1987, p. 562).

³⁰ Em sentido amplo, refere-se ao período da história do século XX nas quais as relações inter-estatais, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até a queda do Muro de Berlim em 1989 e a dissolução da URSS em 1991, caracterizando o sistema internacional em virtude das relações de poder bipolares. Num sentido mais específico, significou a “intensa rivalidade político-ideológica” (SILVA e GONÇALVES, 2005, p. 96) desde o lançamento da Doutrina Truman (1947) nos EUA até a Crise dos Mísseis de Cuba (1962), onde tanto o governo estadunidense quanto soviético não mantiveram nenhuma comunicação diplomática, aumentando a expectativa de um confronto nuclear entre as duas potências.

Com isto, tem-se que a globalização enquanto dimensão econômica do globalismo, possível graças ao desenvolvimento tecnológico, caracteriza a contemporaneidade do Sistema do Capital e, por sua vez, do sistema histórico que determina.

1.3 Relações Internacionais, Relações Transnacionais e o Sistema Internacional: novos atores em um contexto de interdependência

1.3.1 O campo teórico das Relações Internacionais e seus atores

As Relações Internacionais³¹ (RIs) entendidas enquanto campo teórico ou a “mais jovem ciência social”, criada como disciplina acadêmica em 1919 na Inglaterra (SILVA e GONÇALVES, 2005), é marcada pelas divergentes formas de apreensão dos acontecimentos no cenário internacional. A distinção se dá, basicamente, pela definição de quem são seus atores e, portanto, explicitando a importância de quais elementos influem, agem e são influenciados em tal plano. Tais abordagens são denominadas de *paradigmas*³².

Três paradigmas que constituem o arcabouço teórico das RIs: *realista*, *pluralista* e *globalista* (SARFATI, 2005).

No que tange ao paradigma realista alguns pontos merecem destaque. O realismo tem origem nos escritos políticos clássicos de *Thomas Hobbes*³³ (1588-1679) e de *Niccolò*

³¹ A expressão *Relações Internacionais (RIs)* se referirá exclusivamente ao campo das ciências humanas que se ocupa do estudo dos acontecimentos na esfera internacional (SILVA e GONÇALVES, 2005).

³² *Paradigma* diz respeito a um conjunto teórico, determinando premissas comuns às diversas teorizações que o integram. Entretanto os teóricos podem discordar entre si na interpretação dessas diretrizes determinando a heterogeneidade conflituosa que se encerra em um paradigma (KUHN, 1996).

³³ No tocante a *Thomas Hobbes of Malmesbury*, a obra que mais se destaca é *Leviathan or the Matter, Forme and Power of a Common-wealth Ecclesiastical and Civill (O Leviatã)*, escrita em 1651, apresentando o conceito de *estado de natureza* e o *Bellum omnia omnes*, o princípio de “todos contra todos”. Apreendendo a sociedade enquanto anárquica e não podendo ser classificada enquanto “sociedade” (HOBBS, 2002), o estabelecimento de ordem dentro dos grupamentos humanos torna-se fundamental para a fundação de uma forma civil de estabelece normas de conduta: o *Estado*. Tal *forma civil* é soberana, já que é o resultado do contrato entre os

*Machiavelli*³⁴ (1469-1527), além do autor da Antiguidade Clássica, *Tucídides*³⁵ (471 a. C.-400 a. C.) Tais autores configuram a tradição realista, a “pré-história” das RIs (SARFATI, 2005, p. 63), as *teorias realistas clássicas*. Todavia, essa tradição não se limita apenas às obras mencionadas, mas também às do século XX como Hans Morgenthau³⁶, Edward H. Carr³⁷, Kenneth Waltz³⁸ como exemplos. O ponto comum a todos estes autores, incluído os clássicos citados, é o fato de que somente os *Estados* são considerados como atores das RIs. Nenhum outro agente é relevante no cenário internacional no sentido de influenciar ou o alterar, a não ser o Estado. Sarfati (2005) elenca quatro premissas básicas do realismo: i) os Estados são os principais atores das relações internacionais; ii) os Estados são atores unitários culminando então que as relações no plano externo são apenas inter-estatais; iii) tais atores são atores racionais (calculam custos e o emprego de meios de acordo com sua política externa) e iv) existe hierarquia nos assuntos concernentes a tais inter-relações, onde a *segurança nacional* é primordial.

Já o *pluralismo* se diferencia daquele supracitado pelo fato de que considera atores de RIs não apenas os Estados, mas também os *não-estatais* como Organizações Internacionais Não-governamentais (OINGs), Empresas Transnacionais (ETNs), terroristas, por exemplo;

indivíduos que cedem sua *liberdade* – no sentido hobbesiano, tal liberdade configura-se como ilimitado alcance da ação humana – ao rei, instituindo um *poder soberano*, coercitivo no intuito de estabelecimento e manutenção de uma *ordem civil* (HOBBS, 2002). HOBBS, T. *Leviathan or the Matter, Forme and Power of a Commonwealth Ecclesiastical and Civill*. 10. ed. Courtney: Project Gutenberg, 2002. Cf. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu003207.pdf>. Acessado em Março de 2005.

³⁴ Clássico autor da filosofia e ciência políticas, destaca-se a obra *O Príncipe*, escrita em 1512, tendo como foco o Estado, em especial, as formas pelas quais o soberano – o *príncipe* – deve se portar para manter a soberania do poder instituído, também, para impor uma ordem na sociedade (*principado civil*), estendendo-se (MAQUIAVEL, 1998), também dessa forma, ao cenário internacional, onde as ações do Estado visam sua segurança e integridade enquanto poder soberano. MAQUIAVEL, N. *The Prince*. Champaign: Project Gutenberg, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu001232.pdf>. Acesso em Março de 2005.

³⁵ Tucídides descreveu a *Guerra do Peloponeso* entre Atenas e Esparta (431 a. C. – 400 a. C.), apresentando termos que se tornariam conceitos recorrentes às RIs, como *honra*, *interesse próprio* e *segurança* (TUCÍDIDES, 1972, p. 80).

³⁶ Em especial *A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: UnB, 1999.

³⁷ A obra sem tradução para o português *The twenty years crisis 1919-1939*. Londres: Macmillan Press, 1981.

³⁸ *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

são “importantes entidades de relações internacionais com políticas independentes dos Estados e com capacidade de influenciar as relações internacionais” (SARFATI, 2005, p. 39). O Estado não é um ator unitário, como também admite que sua racionalidade não é fundamental para o estudo dos acontecimentos no âmbito internacional. Não há hierarquia ou grau de importância dos temas de pesquisa segundo esse enfoque, além de abarcar a possibilidade de um maior número de assuntos de interesse às relações internacionais.

Devido ao que foi exposto, um termo faz-se presente, *transnacional*. Rafael A. D. Villa (1999) define a transnacionalização como - “processos que atravessam as fronteiras e escapam inteiramente à autoridade ou ao controle dos Estados” (VILLA, 1999, p. 20). Entretanto, tal concepção não relega o Estado a segundo plano. Em face disso, ator transnacional pode ser considerado um

agente societal que estabelece um tipo inovador de vinculações extra-estatais, baseando-se em contatos, coligações e interações através das fronteiras nacionais ante os quais os órgãos centrais de da política externa estatal ou supranacional têm relativa, ou nenhuma, capacidade regulatória (VILLA, 1999, p. 55)

Com isso, formam-se novos “agentes societais”, sendo os mais significativos as *Organizações Não-governamentais (ONGs)* e as *Empresas multinacionais* (VILLA, 1999). As Empresas Multinacionais – e suas sinônimas *Empresas* ou *Corporações Transnacionais* – podem ser definidas como “firmas nacionais comerciais que possuem filiais controladas por uma matriz. Em outras palavras, são organizações transnacionais hierarquizadas e dirigidas de forma centralizada” (VILLA, 1999, p. 56). Já as ONGS – e as OINGs - podem ser caracterizadas como organizações de representação de grupos sociais tanto nacionais quanto internacionais com atividades nos mais diversos campos como religião, economia, cultura, direitos humanos, ecologia, política e etc. Entretanto, de acordo com Villa (1999) são menos centralizadas e hierarquizadas que as ETNs.

Assim, a existência de tais atores de relações internacionais deve-se ao processo de *transnacionalização*, onde a interdependência é sua característica mais expressiva, somente possível com o desenvolvimento tecnológico subsequente à Segunda Guerra Mundial e o que ocorreu durante a Guerra Fria (KEOHANE e NYE, 2001), (SILVA e GONÇALVES, 2005),

a revolução nas telecomunicações (TV, satélites, microinformática), bem como a acelerada modernização dos transportes (aviões, navios e motores), tornou possível que cidadãos e políticos ‘vissem’ a agregação de microações em macrorresultados (VILLA, 1999, p. 54-55)

Este fenômeno, inscrito num sistema histórico capitalista, abarca não somente as clássicas relações interestatais – sempre marcadas pelas temáticas *interesse* e *segurança nacionais* – mas também distintos processos sociais que não fazem parte da agenda de política externa do Estados. Por isso, ao se referir aos acontecimentos que se desdobram na esfera internacional na contemporaneidade, opta-se pela expressão *relações transnacionais* ao invés de “relações internacionais”.

Relações transnacionais abrangem todas as atividades ditas internacionais, o que inclui áreas de finanças e produção, área política (como grupos de pressão e de interesses), cultural (como movimentos e grupos religiosos), social (como grupos voltados para a assistência humanitária e de desenvolvimento), científica (constituindo organizações profissionais), dentre outras (SILVA e GONÇALVES, 2005, p. 249)

Portanto, todos os eventos internacionais podem ser considerados *transnacionais*, devido a uma conjuntura histórica específica, não se resumindo aos movimentos e ações de Estados.

O outro paradigma das RIs, denominado *globalismo* configura-se como um modo de apreensão dos acontecimentos transnacionais enquanto desdobramentos de uma *estrutura internacional* ou, em outras palavras, ao contexto no qual os atores estão inseridos, uma *visão histórica* desses fenômenos, enfatizando os *mecanismos de dominação* entre os diversos atores, tendo como aspecto fundamental a economia (SARFATI, 2005). Essa abordagem, ou “maneira de observar o mundo”, abre-se para uma processualidade, uma dinâmica que marca

o momento histórico contemporâneo, no qual se apresentam diversos atores no cenário internacional com a capacidade de *influenciar*³⁹ nas interações entre os diversos atores no plano internacional, marcado por uma ordem sociometabólica totalizadora (MÉSZÁROS, 2002). A apresentação de conceitos relevantes das RIs vem no intuito de possibilitar a apreensão do sistema histórico capitalista, assim como enriquecer o debate acadêmico no campo das “relações internacionais”.

1.3.2 Sistema Internacional, Empresas Transnacionais e os Estados

A discussão sobre atores transnacionais das relações internacionais articula-se com o conceito de sociedade global (IANNI, 2004), marcado por vários agentes, causando e sendo influenciados em níveis local e global. Contudo, enfatizar-se-á dois componentes desse *sistema internacional*⁴⁰ (SI), os Estados e as ETNs.

Em relação aos primeiros, sua importância histórica para o desenvolvimento do sistema capitalista foi fundamental, como explicita Mézszáros:

É tanto mais revelador que o Estado moderno tenha emergido com a mesma inexorabilidade que caracteriza a triunfante difusão das estruturas econômicas do capital, complementando-as na forma da *estrutura de comando político do capital*. Este implacável desdobramento das

³⁹ Segundo Villa (1999), *influência* enquanto conceito teórico está relacionado com o de *poder*, entendido como “relação social na qual a vontade manifesta de um ator impõe seu desejo sobre outras vontades” (VILLA, 1999, p. 61). Contudo, essa associação valia apenas quando se considerava atores das relações internacionais os Estados, com seu poder de coerção e, também, seu “monopólio legítimo do uso da força” (WEBER, 2004). Após o surgimento dos atores transnacionais, os processos de decisão e ação políticas deixaram de ser monopólios estatais. Assim, a diferença básica entre *poder* e *influência* se dá no que tange ao uso da violência legítima com fins coercitivos, o que não ocorre tanto com as ONGs quanto com as ETNs, recorrendo-se então ao consenso, pois “as situações de influência encontram sua especificidade quando a ação política é instaurada no nível daquilo que Gramsci chamaria de hegemonia, isto é, quando a política é exercida não com o recurso da *ultima ratio*, mas sim por via do consenso, que se manifesta como direção política e cultural de um grupo que vê realizadas determinadas concepções culturais-ideológicas do mundo. (...) Os atores transnacionais não estariam interessados em estabelecer formas diferenciadas de poder político em concorrer por ele, mas se interessariam por orientar sua ação política de tal forma a gerar consenso em torno do conteúdo de sua atuação, resultante de suas inserções nos processos globais-transnacionais” (VILLA, 1999, p. 61-62).

⁴⁰ O conceito de *sistema internacional* será utilizado como sinônimo de *sociedade global* em virtude do arcabouço teórico utilizado.

estruturas estreitamente entrelaçadas do capital em todas as esferas é essencial para o estabelecimento da viabilidade limitada desse modo de controle sociometabólico tão singular ao longo de toda a sua vida histórica. A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno. (MÉSZÁROS, 2002, p. 106, grifo no original)

Com isso, as ETNs ou CTNs – os sujeitos econômicos transnacionais (VILLA, 1999)

- fazem-se presentes também no cenário internacional, integrando o SI. As relações entre estes dois atores merecem destaque já que há diversidade de opiniões resultantes sobre o atual momento histórico do capitalismo, que se caracteriza pela globalização⁴¹.

De acordo com Fligstein (1999), as corporações dependem de seu Estado de origem para governarem mercados, estabelecerem direitos de propriedade e possibilitar o acesso para o comércio com o objetivo de aumentar a oferta de bens trazendo à tona a interação entre os dois atores.

Dentro da realidade transnacional, o Estado assume o papel de “facilitador” (MÉSZÁROS, 2002) para a expansão de suas unidades econômicas nacionais dominantes,

No domínio da competição internacional, quanto mais forte e menos sujeita a restrições for a empresa econômica que recebe o apoio político (e, se preciso, também militar), maior a probabilidade de vencer seus adversários reais ou potenciais (MÉSZÁROS, 2002, p. 113)

⁴¹ Neil Fligstein (1997) no artigo *Is Globalization the cause of the crisis of Welfare States?* discorre sobre os supostos efeitos da globalização na economia mundial e no que tange o Estado de Bem Estar Social, tanto em sociedades industriais “avançadas” (*advanced industrial societies*) quanto nas “menos avançadas” (*less advanced industrial societies*), de outra maneira, o que seria *globalização*: i) o processo que consiste no aumento do comércio mundial pelo fato de firmas não apenas competirem em sua própria economia (mercado nacional de origem), mas também contra outras firmas ao redor do globo, apoiando-se sobretudo nas tecnologias informacionais para a distribuição de suas atividades para onde os custos de produção sejam mais baixos, mudando inclusive suas formas de organização internas, como o modelo organizacional proposto por Manuel Castells, o *informacionalismo*, que tem por base a revolução tecnológica informacional; ii) o “fenômeno” dos Tigres asiáticos (países do Centro-sul asiático marcados por uma economia cuja mão-de-obra é altamente especializada, principalmente, na área de eletro-eletrônicos) fazendo com que muitas firmas tanto dos EUA, quanto Europa e Japão transferissem suas atividades produtivas para tais países já que sua mão-de-obra, mesmo sendo especializada, é mais barata do que as suas próprias e iii) o processo no qual os mercados financeiros mundiais cresceram substancialmente. O autor declara que “não há evidência sistemática que mostre que o ‘informacionalismo’ tem produzido uma mudança qualitativa na organização de firmas até mesmo para as multinacionais” (FLIGSTEIN, 1997, p. 14). Tradução livre do autor: “there is no systematic evidence to show that ‘informationalism’ has produced a qualitative change in firm organization even for multinationals”. Além disso, encontra-se num período de mudanças, mas não em um novo estágio do capitalismo (*a new stage of capitalism*) caracterizado pela globalização.

Dessa forma, as relações de poder entre os diversos Estados podem estar sujeitas às pressões e interesses de grupos representantes dessas corporações, segundo o conceito de influência. Entretanto, não é um movimento determinado *apriorísticamente* e *imutável*, pois segundo Keohane e Nye (2001 p. 29) as ETNs podem também atuar indo ao encontro dos interesses de seus governos – ou ao grupo politicamente hegemônico - de origem, indicando, de certa forma, seus comportamentos em estreita relação com políticas externas.

1.4 Sistema Internacional, Hegemonia e os Estados Unidos da América: relações de poder em um contexto de transnacionalização.

1.4.1 A Hegemonia dos EUA no contexto internacional

Sobre o papel dos EUA no mundo, principalmente a partir dos fatos dos primeiros anos do século XXI (atentados terroristas, as “guerras” do Afeganistão e do Iraque), vem à tona a discussão sobre sua *hegemonia* ou sua *posição hegemônica*, incontestemente como assinalado por Ana Ester Ceceña: “a hegemonia estadunidense sobre o mundo atual é indiscutível e não há potência visível capaz de disputá-la, apesar de se desenvolver em um contexto de permanente contradição e competição em todos os níveis”⁴² (CECEÑA, 2002, p. 181).

⁴² Cf.: “La hegemonía estadounidense sobre el mundo actual es indiscutible y no hay potencia visible capaz de disputarla, a pesar de desenvolverse en un contexto de permanente contradicción y competencia en todos los niveles”.

Com isso, torna-se relevante discorrer, brevemente, sobre *hegemonia*. De acordo com Raymond Williams (1988) tal epíteto (originário do grego, *egemonia*⁴³), enquanto conceito teórico, aparece nos escritos de Antonio Gramsci, significando, de maneira sucinta, “a noção de predominância política tanto nas relações entre estados quanto nas relações entre classes sociais, como na hegemonia burguesa”⁴⁴ (WILLIAMS, 1988, p. 145). Contudo, Williams explicita que o termo não se detém apenas a essa noção unidimensional, “não se limita apenas a matérias de controle político direto, mas procura descrever um modo mais amplo de ver o mundo, a natureza humana e as relações entre ambos”⁴⁵ (WILLIAMS, 1988, p. 145). Dessa forma, o significado estende-se também para “formas ativas da experiência e consciência” - *active forms of experience and consciousness* (WILLIAMS, 1988, p. 145).

Entretanto, no plano internacional - do qual fazem parte as relações inter-estatais - *hegemonia*, *hegemon*⁴⁶ ou *potência hegemônica* estão relacionados à

imposição de poder preponderante de um Estado e de seus interesses sobre sistemas internacionais regionais ou globais. Isso se dá por meio de instrumentos de influência, controle, primazia, liderança, intimidação e/ou prestígio. Como resultado, o poder hegemônico impõe arranjos e regras às relações político-econômicas de forma a garantir a distribuição de bens coletivos do sistema internacional de acordo com seus interesses e, conseqüentemente, a ordem internacional. Não há aqui (...) o recurso direto ao militarismo, muito embora a superioridade bélica e econômica seja pré-requisito essencial para o exercício factual da hegemonia (SILVA e GONÇALVES, 2005, p.102)

Todavia, Ornelas (2002) apresenta o conceito *hegemonia mundial*, que se define pela capacidade dos agentes sociais de conversão de seus respectivos projetos - cujos objetivos seriam o de organizar a sociedade - em projetos geralmente aceitos e, neste caso, em escala

⁴³ Segundo Silva e Gonçalves, o termo *egemonia* na Grécia antiga referia-se à noção de “poder absoluto” ou “direção suprema”. *Egemón*, por exemplo, era a forma utilizada para denominar os chefes dos exércitos em tal época histórica. Assim sendo, “origem primeira do conceito de hegemonia está assentada (...) na idéia de imposição da vontade por intermédio da força armada” (SILVA e GONÇALVES, 2005, p. 102).

⁴⁴ Cf.: “the notion of political predominance from relations between states to realtions between social classes, as in burgeois hegemony”.

⁴⁵ Cf.: “That is to say, it is not limited to matters of direct political control but seeks to describe a more general way of seeing the world and human nature and relationships”.

planetária. Sendo assim, a posição de hegemonia mundial dos EUA na contemporaneidade, é caracterizada por quatro dimensões: i) político-militar; ii) geográfica; iii) cultural e iv) econômica. Contudo, em relação às três primeiras componentes, os EUA não apresentaram nenhum rival com capacidade de ameaçar sua primazia no período que se inicia com a extinção da URSS até os dias atuais. Assim, desde os anos 1970, a competição pela hegemonia mundial se deu no campo econômico, pois ela “constitui o principal espaço da construção da hegemonia”⁴⁷ (ORNELAS, 2002, p. 99), permitindo dessa forma a imposição de uma *cosmovisão do mundo* enquanto legitimação sistêmica ocidental ou capitalista (CECEÑA, 2002). Para esse objetivo, as ETNs consistiram – e ainda consistem – no grande vetor da liderança econômica mundial estadunidense que, segundo Ornelas (2002), tem dois momentos históricos: o primeiro, como resultado das relações de força após a Segunda Guerra Mundial, o período de reconstrução e expansão econômica da Europa – o plano Marshall, Japão (plano Colombo), algumas economias asiáticas e latino-americanas nas décadas de 1960, 1970 e parte dos anos 1980 e segundo, ao êxito das empresas transnacionais dos EUA na liderança em quase todas as atividades rentáveis e dinâmicas, em especial, nos anos de 1990. Com isso, as ETNs tendem a garantir um papel de destaque da posição dos EUA, na medida em que exercem sua *influência*, provocando ou respondendo às ações políticas do estado norte-americano *overseas* (MÉSZÁROS, 2002).

1.4.2 As Empresas transnacionais estadunidenses e a hegemonia mundial

⁴⁶ Leslie Sklair utiliza o conceito de *hegemon* para descrever a assimetria do sistema internacional, podendo ser “um indivíduo representativo, uma organização, um estado ou uma classe cujos interesses prevaleçam na competição pelos recursos globais” (SKLAIR, 1995, p. 19).

⁴⁷ Cf.: “la competencia por el liderazgo económico mundial constituye el principal espacio de la construcción de la hegemonía”.

O fenômeno de transnacionalização ocorre principalmente com a expansão das empresas estadunidenses, como parte do projeto de hegemonia econômica (ORNELAS, 2002) indo ao encontro do argumento de Villa,

O processo de modernização tecnológica e a concorrência pela hegemonia mundial foram condições que permitiram à empresa americana atravessar os limites domésticos e transformar-se num importante ator transnacional. As suas operações, convém enfatizar este ponto, deram-se sobre um aspecto muito característico da política hegemônica americana: ao contrário das potências globais anteriores à Segunda Guerra Mundial, a hegemonia americana aparece sob a forma de império de funções, e não de território. Isso significa que a expansão americana foi caracterizada não pela aquisição de novos territórios, mas por sua *penetração* neles⁴⁸ (VILLA, 1999, p. 57, grifo no original).

Raymond Aron afirma que o “transnacionalismo foi o modo americano de expansão” (ARON *apud* VILLA, 1999, p. 57). Segundo Ornelas (2002), as ETNs, em especial as de atividade industrial, possuem importante papel na economia internacional, além de serem fundamentais para a liderança econômica norte-americana. A Tabela 01, ilustra a distribuição por atividades das empresas industriais mais importantes do mundo, no período de 1980, 1985 a 1997 e 2000. O dados mostram que a indústria petrolífera, a química-farmacêutica – incluindo o setor de cosméticos- e a informática-eletrônica são responsáveis por grande parte das vendas e lucros das ETNs mais expressivas da economia internacional, superando a automobilística e a de alimentos, ramos industriais considerados mais dinâmicos no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial.

Tabela 01

Distribuição das atividades industriais das principais ETNs do mundo.

	Número de Empresas	Vendas (bilhões de US\$)	Lucros (bilhões de US\$)
<i>Petróleo</i>	11,4%	17,8%	20,3%

⁴⁸ Essa idéia de “penetração” do “império de funções” norte-americano vai de encontro à toda história da expansão das fronteiras estadunidense ocorrida, principalmente, na segunda metade do século XIX como a Guerra contra a Espanha por causa de Cuba (1898). Maiores detalhes serão apresentados no segundo capítulo do presente trabalho.

<u>Química –Farmacêutica</u>	16,3%	12,1%	18,5%
<u>Informática- eletrônica</u>	13,0%	17,0%	16,3%
<u>Telecomunicações</u>	3,0%	5,5%	8,5%
<u>As Quatro atividades</u>	43,7%	52,4%	63,6%
<u>Alimentos- bebidas-tabaco</u>	13,2%	10,2%	12,7%
<u>Automobilística</u>	8,6%	16,2%	7,7%
<u>Outras indústrias</u>	34,5%	21%	16%
<u>Total</u>	615,7	5.519	217

Fonte: ORNELAS, 2002.

Ainda de acordo com a Tabela 1, o setor petrolífero foi o que mais gerou lucros para as ETNs, um total de 20,3% do total de 217 bilhões de dólares.

Além disso, a distribuição das principais empresas por países, no período considerado, grande parte (37,5%) são de origem estadunidense como demonstra a Tabela 02,

Tabela 02

Distribuição por países das principais ETNs do mundo.

País	Número de Empresas	Vendas (bilhões de US\$)	Lucros (bilhões de US\$)
<u>Estados Unidos</u>	37,5%	38,6%	48,4%
<u>Japão</u>	21,5%	20,5%	9,3%
<u>Alemanha</u>	5,9%	8,3%	4,5%
<u>Inglaterra</u>	8,9%	8,7%	13,1%

<i>França</i>	5,1%	5,%7	4,1%
<i>Os cinco</i>	78,9%	81,8%	79,4%
<i>Outros</i>	21,1%	18,2%	20,6%
<i>Total</i>	615,7	5.519	217

Fonte: ORNELAS, 2002.

Analisando a Tabela 2, percebe-se que há um predomínio das empresas com sede nos EUA também tanto nas vendas – 38,6% do total- como nos lucros, 48,4% de um montante de 217 bilhões de dólares.

Assim, o surgimento das ETNs estadunidenses e seu espaço no cenário político internacional, influenciando o Estado de acordo com seus interesses ou ainda atuando em sintonia como próprio governo na aplicação de um projeto hegemônico – como a *liderança econômica* como um dos elementos constituintes, explicitando, a relação entre poder político, exemplificado pelas relações entre os EUA com os demais Estados, e o poder econômico num momento histórico específico do capitalismo. Esse relação traz à tona a impossibilidade da separação entre essas duas “esferas” que Ellen Wood descreve como um legado dos economistas burgueses clássicos e de sua construção teórica econômica mediante o esvaziamento do capitalismo de seu “conteúdo político e social” (WOOD, 2003, p.27).

Com isso tem-se uma caracterização das relações internacionais – *transnacionais* – contemporâneas, tendo como ponto de referência os EUA, contextualizado num sistema histórico marcado por uma ordem sociometabólica de organização e reprodução social, o capitalismo. As relações de poder na esfera internacional e os movimentos dos atores inseridos em tal cenário não podem ser percebidos senão dentro dessa totalidade histórica que se configura como globalismo.

2. A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA E SUA IDEOLOGIA: DIALÉTICA HISTÓRICA.

Como exposto no Capítulo 1, para observar ou perceber os fatos em âmbito internacional deve-se levar em consideração um sistema internacional caracterizado por uma ordem sociometabólica capitalista. Assim, tendo esse parâmetro estrutural, os desenvolvimentos da política internacional, totalidade entendida enquanto a ação política externa dos governos dos diversos Estados, não podem ser considerados como simples *fenômenos*. Com isso, por mais que se esteja trabalhando com o tema *política externa* e a ideologia como sua componente de maneira exclusiva nesse capítulo – enquanto *conceito* – a fidelidade ontológica ao materialismo histórico faz-se presente.

2.1 A Política externa, o “interesse nacional” e seus atores: prolegômenos teóricos.

De acordo com Silva e Gonçalves (2005), *política externa* normalmente confunde-se com *diplomacia*¹. Entretanto, política externa refere-se como a atividade – ação - por meio da qual os Estados se relacionam. “Em sentido amplo, representa o canal através do qual as políticas e estratégias internacionais de um Estado são formuladas, executadas e avaliadas” (SILVA e GONÇALVES, 2005, p. 186).

De acordo com o que foi disposto no primeiro capítulo do presente trabalho, o conceito de política externa proposto por Karl W. Deutsch (1982) possui duas componentes: i) manutenção da *independência* e *segurança* (*segurança nacional*) e ii)

¹ *Diplomacia* caracteriza-se como principal meio pacífico para o exercício da política exterior de um Estado.

promoção e manutenção de seus *interesses econômicos*. Entretanto, a *segurança nacional* é elemento que possui a primazia na política exterior dos Estados que compõem o sistema internacional. O tema da *segurança nacional*, segundo os teóricos do paradigma realista das RIs, constitui o principal ponto na elaboração e execução da política externa: “a segurança [nacional] é vista como ‘alta política’ (*high politics*), enquanto a economia e outros assuntos sociais são percebidos com uma importância reduzida e, por conseguinte, como ‘baixa política’ (*low politics*²)” (SARFATI, 2005, p. 39). Para Hans Morgenthau (1999), a condução ou elaboração da ação política de um Estado no contexto internacional estará de acordo com aquilo que é definido enquanto *interesse nacional*, caracterizando-se como poder no âmbito externo:

O interesse definido como poder constitui uma categoria objetiva que é universalmente válida, mas não outorga a esse conceito um significado fixo e permanente. A noção de interesse faz parte realmente da essência da política, motivo por que não se vê afetada pelas circunstâncias de tempo e lugar. A afirmação de Tucídides, fortalecida pelas experiências da Grécia antiga, de que ‘a identidade de interesses é o mais seguro dos vínculos, seja entre Estados, seja entre indivíduos’ foi retomada no século XIX pela observação de lordes Salisbury, segundo a qual ‘o único vínculo de união que permanece’ entre as nações é a ‘ausência de quaisquer interesses em conflito’ (MORGENTHAU, 1999, p. 16-7).

Para o autor, o interesse nacional de qualquer Estado (desde os grandes até os pequenos) é elaborado segundo dois aspectos: i) *conteúdo lógico e permanente* e ii) *conteúdo determinado pelas “circunstâncias históricas”*. O primeiro diz respeito à defesa das instituições, dos valores culturais sobre os quais repousa determinada sociedade além da proteção do território. Já o conteúdo segundo as “circunstâncias históricas” diz respeito à ligação do Estado com a conjuntura nacional (MORGENTHAU, 1999). Todavia, Silva e Gonçalves (2005), explicitam a idéia de que o conceito de interesse nacional é frequentemente criticado como tautológico, pois “toda a decisão política externa tomada

² Tal classificação foi elaborada por Edward H. Carr (1971) em sua obra *The twenty years crisis 1919-1939*.

pelo Estado exprimiria, invariavelmente, a defesa dos interesses nacionais (...) todas as decisões por mais contraditórias que possam parecer, sempre são anunciadas como favoráveis ao interesse nacional” (SILVA e GONÇALVES, 2005, p. 117). Apesar da denominação de “tautológico³” do conceito de Morgenthau (1999) por Silva e Gonçalves (2005), o *interesse nacional* expressa uma mutabilidade, uma dinâmica característica da totalidade histórica e sua natureza processual.

Contudo, alguns autores, como Pecequilo (2005) explicitam a idéia de que a política externa apresenta caráter *multidimensional* (econômica, política, cultural, etc.) sem a existência *a priori* de uma hierarquia entre os elementos integrantes dessa ação política no âmbito externo, dependendo do momento histórico específico em que se apresenta sua necessidade.

Sendo assim, percebe-se que a política externa, sem uma hierarquia dimensional, multifacetada, está intimamente ligada ao conceito de interesse nacional, onde a história e seus desdobramentos acabam dando o esboço das ações políticas externas dos diversos Estados componentes do SI.

2.2 A Política Externa Norte-americana: contornos ideológicos e históricos

³ A crítica de Silva e Gonçalves sobre o conceito de *interesse nacional* de Morgenthau (1999) como “tautológico” merece um cuidado maior. Acredita-se que a conceituação seja *generalista*, mas qualificá-la como tal é partir do pressuposto de que o principal ator das relações internacionais seja o Estado, mas entendido enquanto ente unitário, homogêneo, o que levaria a uma simplificação dos elementos relevantes integrantes do *rol* de temas do campo de pesquisa das Relações Internacionais. Merece destaque o fato de que apesar de ser de orientação realista – paradigma das RIs, que considera o Estado como único ator das relações internacionais – o conceito de *interesse nacional* abre-se para a perspectiva de conceber a história como *processo*, já que o componente conceitual *circunstâncias históricas*, apesar de geral e sem um maior rigor teórico, possibilita fazer a ligação contexto *interno* com o *externo*, definindo assim, de acordo com o momento histórico em que se encontra, o interesse nacional de determinado Estado.

A definição de política externa e interesse nacional explicitam aspectos gerais, indicam caminhos para a observação e compreensão dos comportamentos dos Estados no contexto internacional. Todavia, quando se trata da *política externa norte-americana (PENNA)*, existem alguns pontos que merecem destaque, como afirma Pecequilo (2005, p. 29-30), baseando-se nas idéias de Walter Russell Mead,

a política externa dos Estados Unidos, como a de qualquer outro país, é sustentada por um conjunto de interesses e valores tradicionais, sintetizados em preocupações estratégicas-chave, que são traduzidas, em uma determinada época e por uma determinada geração, de formas específicas. Mead considera que, embora possam variar as maneiras pelas quais o interesse norte-americano está sendo perseguido, aplicando-se diferentes táticas, dependendo do local, tempo e circunstância, há um certo padrão subjacente na definição desse interesse que é invariável e não-modificado (sic) pelas demandas do contexto. Embora mudem as formas pelas quais perseguem seu interesse, sua base de elaboração está localizada na tradição da nação. Para Mead, quatro são as prioridades estratégicas básicas dos Estados Unidos: a liberdade dos mares (hoje traduzida como a liberdade dos mares e dos ares), a abertura das portas (visando a expansão dos interesses comerciais), o controle dos fluxos financeiros, comerciais e monetários e a proteção doméstica do país e a preservação do caráter específico de sua sociedade e política.

Assim, a *tradição da nação* ou *valores tradicionais*, como explicita Mead, representa um conjunto de idéias, nascidas com a fundação da república em 1776, servindo de “princípios fundamentais para a definição do interesse nacional e a formulação de políticas, apresentando-se como tendências e temas permanentes e recorrentes das relações internacionais do país” (PECEQUILO, 2005, p. 29). Dessa forma, torna-se necessário identificar os elementos que integram tal *tradição nacional estadunidense* sob o auspício da categoria de ideologia, segundo a ontologia marxista.

2.2.1 Por um conceito de Ideologia

De acordo com Raymond Williams (1988) o epíteto *ideologia* tem origem na obra de Destutt de Tracy (1774-1836), filósofo racionalista francês, denominada *Elements*

D'Idéologie no período compreendido de 1801 a 1815, composto de quatro volumes. Com esses escritos, Tracy funda a corrente filosófica dos *Ideólogos*. Na acepção seminal do termo, *idéologie* definia-se como a elaboração teórico-filosófica tendo o pensamento ou as idéias – estados de consciência - como objetos de estudo, com a finalidade de se distinguir esse “novo campo” da antiga metafísica (WILLIAMS, 1988, p. 154). Entretanto, Napoleão Bonaparte (1760-1821), percebendo a inspiração republicana e democrática de tal corrente de pensamento, os princípios do Iluminismo, atribuiu um sentido pejorativo ao conceito, popularizando-o já que os pressupostos democráticos acabariam por “levando o povo a se perceber enquanto detentor da soberania, a qual era incapaz de exercer⁴” (*apud* WILLIAMS, 1988, p. 154). O conjunto desses preceitos Napoleão denominou de *ideologia*. Para Williams (1988), seguindo-se a conotação napoleônica, a sinonímia de ideólogo em *revolucionário* e o conceito proposto por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã (Die Deutsch Ideologie)* de 1846⁵ bebia desse sentido. Entretanto, ideologia foi proposta pelos autores alemães como *produção de idéias* ou *formas de consciência*⁶

A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens (...). O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como a emanação direta de seu comportamento material. (...) Os homens são produtores de suas representações, de suas idéias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida (MARX e ENGELS, 1996, p. 36-7).

⁴ Cf. original: “Misled the people by elevating them to a sovereignty which they were incapable of exercising”.

⁵ O público alemão e russo somente teve contato com a obra completa em 1936 quando foi lançado em Leipzig e Moscou. Até então, as edições de *A Ideologia Alemã* foram parciais.

⁶ A *consciência* é um produto social, fruto da necessidade de “estabelecer relações com os indivíduos que o circundam é o começo da consciência de que o homem vive em sociedade” (MARX e ENGELS, 1996, p. 44).

No objetivo de apreender materialmente a história⁷, expondo “o processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata; e em conceber a forma de intercâmbio conectada a este modo de produção e por ele engendrada (...) como o fundamento de toda a história” (MARX e ENGELS, 1996, p. 55), a ideologia é concebida pelos autores como uma “visão distorcida” ou “uma completa abstração” da história, embora seja produto dela. Williams (1988) sintetiza as idéias apresentadas da seguinte maneira: “as formas ideológicas são expressões das – e mudanças nas - condições de produção. Mas também são vistas aqui como formas nas quais os homens tornam-se *conscientes* do conflito que surge das condições de produção e também de suas mudanças⁸” (WILLIAMS, 1988, p. 156, grifo no original).

Maurice Dobb explicita que a categoria marxiana *ideologia* remete-se à idéia da *falsa consciência hegeliana*. No entanto, Marx e Engels apresentaram a “relatividade histórica das idéias⁹” (DOBB, s/d, p. 13). Assim, ideologia pode ser definida como

ao total de um *sistema* de pensamento ou conjunto coordenado de opiniões e idéias – que formam uma armação – ou a um grupo de um nível mais alto de conceitos conexos destinados a obter noções mais específicas e particulares, análises, aplicações e conclusões. Como tal, a dita palavra estará relacionada geralmente com certas atividades políticas, mas nem sempre de uma maneira simples, óbvia ou direta; e para aqueles que lidam com a discussão em um nível mais alto (ou mais geral) a relação pode não ser sempre plenamente consciente e ainda menos explícita. Em sua acepção mais geral uma ideologia constitui ou implica um ponto de vista filosófico, no nosso contexto presente uma filosofia social, sempre que não se atribuir [a ideologia] uma conotação demasiado formal ou metodológica¹⁰ (DOBB, s/d, p. 13-4, grifo no original).

Assim, a consciência se define como uma relação com: a) *Natureza* (aspecto “animal”) e b) *Social* (os demais indivíduos), caracterizando-se como uma dupla relação, resultante do processo de *produção da vida*.

⁷ Na mesma obra, Marx e Engels caracterizam a “Ciência da História” como subdividida em : história dos *homens* e da *natureza*. Aquela diz respeito à forma pela qual os homens produzem os *meios de vida* para sua existência: “o que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com *o que* produzem, como com o modo *como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (MARX e ENGELS, 1996, p. 27-8, grifo no original).

⁸ Cf.: “the ideological forms are expression of (changes in) economic conditions of production. But they are seen here as the forms in which men become *conscious* of the conflict arising from conditions and changes of condition in economic production”.

⁹ Cf.: “relatividad histórica de las ideas”.

¹⁰ Cf.: “al total de un *sistema* de pensamiento o conjunto coordinado de opiniones e ideas – que forman un armazón – o a un grupo de nivel más alto de conceptos conexos destinados a lograr nociones más específicas

Assim sendo, a ideologia não pode ser caracterizada como processo consciente ou de direta percepção de sua existência, tampouco separada da concepção material da história, sendo definida como “sistema de pensamento ou conjunto coordenado de opiniões e idéias”, revelando – como explicita Dobb – sua relação com “atividades políticas”. Tal implicação política merece destaque, já que a ideologia possui papel central na política externa norte-americana (HUNT, 1987, p. 13), sendo identificada como “tradição nacional”.

2.2.2 Ideologia, continuidade histórica e a PENA: considerações iniciais.

A atuação política dos EUA no sistema internacional, orientada pelo *interesse nacional*, definido pelos *policymakers*¹¹, parece seguir uma *continuidade*, um padrão de ação ao longo da história, apesar do contexto pós-Guerra Fria ter se caracterizado como um momento de reorientação da PENA devido ao fim da bipolaridade e, com isso, a impossibilidade de manter a *política da contenção*¹². Pecequilo explicita que:

Parece existir mais continuidade do que mudança na política externa norte-americana desde 1989 em seus aspectos gerais, realçando o aspecto da adaptação dessa política a um novo cenário. No Pós-Guerra Fria, apesar da ausência de uma grande estratégia como a da contenção, as diretrizes de ação dos Estados Unidos parecem remontar a períodos passados,

y particulares, análisis, aplicaciones y conclusiones. Como tal, dicha palabra estará relacionada generalmente con ciertas actividades y políticas, pero no siempre de una manera simple, obvia o directa; y para quienes manejan la discusión a un nivel más alto (o más general) la relación puede no ser siempre plenamente consciente y aun menos explícita. En su acepción más general una ideología constituye o implica un punto de vista filosófico, en nuestro contexto una filosofía social, siempre que no se le atribuya una connotación demasiado formal o metodológica”.

¹¹ Refere-se ao *establishment* responsável pela política externa. No caso dos EUA, o Departamento de Estado – poder executivo – tem o encargo de elaborar as diretrizes da atuação política externa contando com a contribuição de outros órgãos, estatais ou não, como os *think-tanks* das universidades norte-americanas (BANDEIRA, 2006), (DEUTSCH, 1981), (PECEQUILO, 2005).

¹² A contenção (*containment*) definiu-se como um conjunto de premissas que orientou a PENA na Guerra Fria, para *conter* a expansão da influência soviética. Voltar-se-á à política da contenção no capítulo 3.

destacando-se, como ‘grandes temas’, a preservação da liderança e da estabilidade mundial por meio de uma posição de proeminência, impedindo a emergência de hegemonias regionais e promovendo a expansão dos valores da democracia e do livre mercado com posturas que cultivam elementos liberais e realistas de política externa. Em outros termos, tais diretrizes podem ser encaradas como uma tradução do interesse nacional dos Estados Unidos, visando a garantia de seu lugar no mundo e a preservação de sua segurança (PECEQUILO, 2005, p. 20).

Pecequilo define tal continuidade mediante um *padrão histórico* da PENA, um padrão de atuação dos EUA no SI, caracterizado por três momentos distintos: a) a “*fase formativa e evolutiva da nação*”, de 1776 a 1945; b) a *Guerra Fria* (1945 a 1989) e c) o *pós-Guerra Fria* (1989 a 1999). Dessa forma, mesmo num escopo temporal bastante extenso, a autora explicita que “há, ao longo da política externa americana, um alto grau de continuidade entre as prioridades e as estratégias estabelecidas para a orientação de sua ação no mundo, independentemente do período considerado” (PECEQUILO, 2005, p. 28-9). Mesmo com caráter *multidimensional* (econômico, político e estratégico) (HUNT, 1987), (WILLIAMS, 1978), desde a há a fundação da república (1776), um *conjunto de idéias* é permanente (ou continuamente) reincorporado à política externa americana em diferentes períodos (PECEQUILO, 2005, p. 29).

Tal conjunto de idéias, a “tradição da nação” de Mead, é denominado por Hunt de *ideologia*, exatamente pela “ausência de autoconsciência” sobre sua constante presença na PENA: “o corolário, e em larga medida a consequência, dessa continuidade da ideologia na política externa americana é a *ausência de uma autoconsciência* dessa ideologia¹³” (HUNT, 1987, p. 13, grifo do autor). Pecequilo declara que as ações políticas dos EUA no âmbito externo, ao longo da história, sempre se definiram de modo dual, oscilando entre o *idealismo* e *pragmatismo*:

¹³ Cf.: “the corollary, and in large measure the consequence, of this continuity in American foreign-policy ideology is the absence of a self-consciousness about that ideology”.

A oscilação moral/real atravessa todas as fases da política externa norte-americana, da histórica à contemporânea, e é uma dualidade característica no conteúdo das iniciativas externas. Tal dualidade nos fornece como os componentes do padrão histórico, mais um dado específico do caráter permanente das relações internacionais norte-americanas: a mescla de idealismo e pragmatismo (2005, p. 31).

Exemplo do que foi supracitado, o posicionamento dos EUA no SI, desde sua independência até os dias atuais, resume-se em postura *isolacionista e internacionalista*. A primeira, característica da PENA do período compreendido pela Independência (1776) até a Guerra Hispano-americana¹⁴ (1898), diz respeito ao não envolvimento direto dos EUA em questões de política internacional, na busca de seus interesses – ou a de seus *interesses nacionais* (MORGENTHAU, 1999) – que se orientavam pela garantia ou defesa da nova sociedade constituída e regime político instaurado¹⁵ (PECEQUILO, 2005, p. 35). Convém lembrar que o não-envolvimento norte-americano tinha com objetivo assegurar liberdade de ação ou negocial no intuito de alcançar seus interesses. Já a outra, o internacionalismo, refere-se ao envolvimento dos Estados Unidos no plano internacional – como já indica o termo – caracterizando-se como elemento integrante da ação política exterior. Assim, a Guerra Hispano-americana, como marco histórico, encerra o isolacionismo, e dá início ao internacionalismo dos EUA, que se estende à contemporaneidade (PECEQUILO, 2005, p. 57).

Todavia, entender os motivos do isolacionismo implica em se ater à ideologia original da fundação dos Estados Unidos da América e de seus princípios basilares da ordem social e política. Como explicitado por Marx e Engels (1996), as idéias são produtos do processo histórico, não podendo ser desvinculadas da história dos homens, definida

¹⁴ Guerra entre os Estados Unidos e a Espanha na disputa por Cuba. Bandeira (2006, p. 46) explicita que a guerra é um movimento de expansão fronteiras, já iniciado em 1812 no campo doméstico. NICARÁGUA

¹⁵ Segundo McDougall (apud PECEQUILO, 2005, p. 42) quatro eram os objetivos da PENA nesse período: garantia da unidade nacional; distanciamento da Europa; exploração do equilíbrio de poder e ênfase na diplomacia comercial.

sobre o motor das condições materiais necessárias à vida em sociedade. Assim, torna-se imprescindível recorrer à história para identificar e elencar os elementos ideológicos que integram e alimentam a PENA, desde a independência até o momento histórico presente.

2.2.3 Raízes históricas: a ideologia fundacional norte-americana e a PENA (1776 a 1800).

A fundação dos Estados Unidos da América, tendo como marco documental a Declaração da Independência de 1776, abarca um conjunto de idéias presente no momento de estabelecimento da nova ordem político-social, fazendo parte da caracterização do que Williams (1978, p. 20) denomina “visão tradicional norte-americana de si mesma e do mundo” – *America’s traditional view of itself and the world* – compondo-se de três noções básicas: a missão de “salvar o mundo” por meio da democracia; sua posição anti-imperialista e a percepção de que “uma combinação única de poder econômico, genialidade intelectual e prática e rigor moral dão condições aos Estados Unidos para vigiar os inimigos da paz e progresso – e construir um mundo melhor – sem erigir um império nesse processo¹⁶”. Todavia, a fundação dos EUA, envolvendo e baseando-se em idéias e *mitos*¹⁷

¹⁶ Cf.: “a unique combination of economic power, intellectual and practical genius, and moral rigor enables America to check the enemies of peace and progress – and build a better world – without erecting an empire in the process”.

¹⁷ O historiador norte-americano Ray Raphael apresenta como mitos as construções dos heróis, a excepcionalidade dos *founding fathers* (pais fundadores) – como a deificação de George Washington pelo escritor Mason Locke Weems (1756-1825) na obra *The Life of Washington* (A Vida de Washington) para a unificação a nação – e da própria fundação dos EUA na obra *Mitos sobre a fundação dos Estados Unidos: a verdadeira história da independência norte-americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Como exemplo, cita a *Cavagalda de Paul Revere*, de Henry Wadsworth Longfellow (1807-1882) sobre a *Midnight Ride* de Paul Revere entre 18 e 19 de Abril de 1775, de Boston a Lexington alertando sobre a movimentação das tropas britânicas (“the British are coming!”) nos vilarejos e cidades situadas no trajeto. Revere foi instruído por Joseph Warren (médico e defensor da independência norte-americana) – assim como também William Dewes – para avisar John Hancock (que viria a ser governador de Massachussets em 1780 e 1787) e Samuel Adams (quarto governador de Massachussets em 1793) em Lexington, possibilitando a elaboração de

permitiram a criação de uma “*lembrança*” coletiva (RAPHAEL, 2006, p. 17) criando uma identificação ao povo norte-americano,

Lentamente, durante mais de um século e meio, os colonos desenvolveram em casa as suas histórias locais. Elas se mantiveram separadas e distintas até que de repente, com um evento cataclísmico, se fundiram. A Guerra Revolucionária forneceu aos americanos as histórias de um passado comum. Este passado, desde então, serviu aos interesses da formação da nação. Durante mais de dois séculos, a tão repetida história de como os Estados Unidos obtiveram sua independência uniu os americanos. Todas as nações gostam de louvar sua origem, mas a origem dos estados Unidos é uma história especialmente irresistível. Os Estados Unidos têm uma ‘fundação’ claramente definida, obra de uma única geração. (...) A história norte-americana, pelo contrário, é simples mas grandiosa. O seu enredo é fácil de acompanhar: os colonos americanos resistiram à opressão britânica, travaram uma guerra, conquistaram a independência e criaram seu próprio governo. Essa estrutura simples e direta pode ser enfeitada como quisermos, mas a trama propriamente dita é clara e eficiente. (...) Cria a uma identidade distinta para o povo americano (RAPHAEL, 2006, p. 15-6).

Contudo, o que de fato interessa sobre a fundação dos EUA é a ideologia referente ao significado da independência de 1776 e da construção da nação¹⁸. Nesse intuito são relevantes destacar os *princípios* que inspiraram a Declaração de Independência:

Com base nas verdades auto-evidentes de que todos os homens e nações são criados iguais e livres e que possuem os direitos inalienáveis à *vida*, à *liberdade* e à *procura da felicidade*, a Declaração de Independência sinalizou o início da *experiência norte-americana livre, republicana e democrática*. Segundo a visão dos norte-americanos, todos os homens, e, nesse sentido, nações, têm o direito à sua *autonomia* e *liberdade*, não podendo ser dominados e controlados por quaisquer forças externas que ameacem seu desenvolvimento e reprodução (PECEQUILO, 2005, p. 37, grifo do autor).

A experiência norte-americana se caracteriza por valores basilares, como a *liberdade*¹⁹, a *forma republicana de governo* e o *regime democrático*. Assim, a nação que

uma estratégia para conter o avanço inglês. Revere atingiu seu destino por volta da meia noite. Raphael (2006, p.29) explicita que Longfellow exarcebou o papel de Revere – e sua caracterização enquanto herói revolucionário – pois no contexto histórico da época, toda a sociedade estadunidense encontrava-se num estado de prontidão em relação à ameaça inglesa, culminando em ações semelhantes, mas sem importância decisiva em todo o processo de independência.

¹⁸ *Lato senso*, nação refere-se à identidade nacional, ou seja, um elemento que unifica uma população, homogeneidade e inclusão, apesar das diferenças entre os indivíduos. Entretanto, essa união dá espaço à *soberania* para a instauração do Estado Moderno Burguês (SILVA e GONÇALVES, 2005, p. 142).

¹⁹ Pecequilo (2005, p. 37) também destaca a idéia do “nascer livre” dos EUA caracterizada pela não-contaminação dos problemas e contradições sociais do Velho Mundo (plano interno) assim como também as questões externas, como “ a idéia do isolamento e proteção dos Estados Unidos por vastos oceanos, pela não-

“nascia livre”, com desdobramentos posteriores – período de 1776 a 1789, duração da Revolução Americana²⁰ – assumiam-se como *exceção*, o que Pecequillo (2005) denominou *excepcionalismo* norte-americano. Hunt (1987) apresenta componentes da “ideologia fundacional” a partir do escrito de Thomas Paine²¹, denominado *Common Sense* (“Senso Comum”), um *widely-read pamphlet* – publicado em Janeiro de 1776 – no qual o autor justifica a necessidade de as treze colônias americanas se emanciparem da Grã-Bretanha, apresentando a concepção de exceção, distinção do futuro país mediante o conceito de esferas (*spheres*) ou sistemas (*systems*): “a Inglaterra pertencia ao sistema Europeu e a América²² ao seu próprio²³” (HUNT, 1987, p. 19). Todavia, Paine acrescia um elemento de diferenciação entre os “dois sistemas”, *the commitment to freedom* (“o compromisso com a liberdade”), como destaca Hunt (1987, p. 20)

O Novo Mundo tinha se transformado em ‘o refúgio para os amantes perseguidores da liberdade civil e religiosa’, enquanto na Inglaterra ‘uma corrupta e descrente corte’ abusava da liberdade e em qualquer outro lugar do Velho Mundo, a liberdade era simplesmente negada. Os americanos reconheciam-se, então, como os guardiães da cintilante chama da liberdade. Isso figura em contexto posterior do panfleto de Paine, em sua estonteante conclusão, introduzindo aos americanos a oportunidade sem precedentes em virtude da independência. (...) ‘O nascimento de um novo mundo está ao alcance da mão e uma raça de homens, talvez tão numerosa quanto a da Europa, está por receber sua porção de liberdade mediante eventos que ocorrerão em poucos meses’²⁴.

proximidade de inimigos imediatos entre seus vizinhos, por sua auto-suficiência interna e capacidade de expansão, ainda somente potenciais naquele século”.

²⁰ De acordo com Colley (2006, p. 370-1), a Revolução Americana resumiu-se à declaração de Independência e às lutas com a Grã-Bretanha para a independência de fato. Todavia, o contexto pré-revolucionário foi de grande movimentação – política e de organização de tropas para a luta armada - nas treze colônias como litígios com as imposições britânicas como o *Stamp Act*, (tributos sobre as impressões de documentos), o *Sugar Act* (sobre o açúcar) (KNOLLENBERG, 1975, p. 11).

²¹ Thomas Paine (1737-1809), inglês de nascimento, foi para as Colônias Americanas em 1774, dois anos antes da Declaração de Independência.

²² Leia-se as “treze colônias americanas” ou “colônia inglesa da América do Norte”. Até então, devido ao fato de grande parte da literatura sobre o tema estiver escrito em língua inglesa, onde se apresenta a palavra *America*, a tradução para o português tem sido “Estados Unidos da América” (EUA). Contudo, por não se concordar com tal denominação essa ressalva merece destaque, já que os “Estados Unidos” ainda não existiam no momento histórico de Paine.

²³ Cf.: that England belonged to the European system and that America to its own”.

²⁴ Cf.: “The New World had become ‘the asylum for the persecuted lovers of civil and religious liberty’, while in England ‘a corrupt and faithless court’ abused liberty, and elsewhere in the Old World liberty was simply denied. Americans were thus marked out as the keepers of the flickering flame of liberty. It was in this latter context that Paine, in the pamphlet’s stirring conclusion, introduced Americans to the unprecedented

Com a caracterização do excepcionalismo dos EUA (PECEQUILO, 2005), principalmente pautada nos princípios iluministas e na filosofia individualista de Locke, a fundação dos Estados Unidos acabou por institucionalizar seu nacionalismo (CHÂTELET, DUHAMEL e PISIER-KOUCHNER, 2000, p 89), a partir uma gama de idéias com o objetivo de unir o povo por meio de uma identidade nacional. Michael Hunt (1987, p.23) explicita que essa ideologia está expressa na percepção da “grandeza nacional” – *national greatness* – que os norte-americanos possuem sobre o país.

Wallerstein atesta que a *liberdade* sempre foi o grande pilar de sustentação ideológica da sociedade estadunidense, configurando-se de forma tripartite:

Os novos Estados Unidos da América, nascidos da rebelião contra a metrópole, legitimados por uma Constituição escrita que pretendia ser um pacto social conscientemente elaborado e criava um governo que tinha ‘a anuência dos governados’ – fortalecida por uma Carta de Direitos que explicitava proteções contra esse mesmo governo – , viam-se e eram vistos pelo mundo europeu como um centro irradiador de esperança, racionalismo e possibilidade humana. [1] A *liberdade* que ele preconizava parecia ser tripla: a *liberdade do indivíduo perante o Estado e toda e qualquer instituição social* (especialmente a *liberdade de expressão*); [2] a *liberdade do grupo com relação a outros grupos mais poderosos* (especialmente a *liberdade de culto*); e [3] a *liberdade do povo como um todo contra o controle externo (independência)* (WALLERSTEIN, 2004, p. 201, grifo do autor).

A última componente da liberdade tripartida estadunidense, a independência, relaciona-se diretamente à política externa, “conduzindo” a atuação estadunidense no plano internacional entre os anos de 1776 e 1898, resume-se a uma posição isolacionista e *unilateral* (movimentos pautados única e exclusivamente no interesse nacional, sem caráter cooperativo com outros Estados), pois a maneira pela qual as relações internacionais se desenrolavam na época assentava-se em uma estrutura de poder, possuindo como

opportunity that independence would present to them. (...) ‘The birthday of a new world is at hand, and a race of men, perhaps as numerous as all Europe contains, are to receive their portion of freedom from the events of a few months’”.

protagonistas principais (a) Grã-Bretanha e França. Deve-se enfatizar que a luta pela independência das colônias americanas – ideologicamente – fundamentou-se no repúdio a esse padrão de relacionamento interestatal, que tinha como diretrizes de ação a divisão internacional do trabalho mercantilista e a competição – tanto comercial quanto por acúmulo de colônias que, além de fornecedoras das matérias-primas, também seriam mercado consumidor e área de domínio de sua metrópole correspondente – onde o uso da força militar apresentava-se de maneira constante (a própria Revolução Americana é um exemplo). O discurso de George Washington (*Farewell Address*) de 19 de setembro de 1796 no momento em que deixa a presidência dos EUA, deixa claro tal recusa, indicando qual deveria ser a ação do país no contexto externo:

A grande regra de conduta para nós, em relação às nações estrangeiras, é estender nossas relações comerciais, tendo com elas o mínimo possível de conexões políticas. (...) A Europa tem um conjunto de interesses primários que conosco têm nenhuma ou pouca relação. Daí por que ela está envolvida em freqüentes controvérsias, cujas causas são estranhas a nossas preocupações. (...) Nossa situação descolada e distante nos convida e nos permite um curso diferente (...) Por que abandonar as vantagens de situação tão peculiar? Por que sairmos de nosso país para ocuparmos solo estrangeiro? Por que ligar nosso destino com qualquer parte da Europa, mesclar nossa paz e prosperidade com os meandros da ambição, rivalidade, interesse, humor ou capricho europeus? Daí nossa verdadeira política de evitarmos, nos afastar de alianças permanentes com qualquer parte do mundo externo²⁵ (WASHINGTON, 1796).

²⁵ Cf.: “The Great rule of conduct for us, in regard to foreign Nations is in extending our commercial relations to have with them as little political connection as possible. (...) Europe has a set of primary interests, which to us have none, or a very remote relation. Hence she must be engaged in frequent controversies, the causes of which are essentially foreign to our concerns. (...) Hence therefore it must be unwise in us to implicate ourselves (...) Our detached and distant situation invites and enables us to pursue a different course (...) Why forego the advantages of so peculiar a situation? Why quit our own to stand upon foreign ground? Why, by interweaving our destiny with that of any part of Europe, entangle our peace and prosperity in the toils of European Ambition, Rivalship, Interest, Humour or Caprice? 'Tis our true policy to steer clear of permanent Alliances, with any portion of the foreign world”. WASHINGTON, G. *Farewell Adress*. 19 de Setembro de 1796. Cf.: http://www.pbs.org/georgewashington/milestones/farewell_address_read4.html. Acesso em: Novembro de 2006.

Dessa forma, há o desenvolvimento de uma postura pacifista, idealista²⁶, com o interesse nacional pautado na liberdade de ação no âmbito internacional (SCHLESINGER, 1992). Esse idealismo, na verdade ideologia fundacional, determinou, de certa forma, o ingresso dos EUA no mundo, mediante uma “missão” ou “destino” de “dar o exemplo” ao resto mundo, já que a sociedade estadunidense “nascia” embasando-se na tríade *liberdade-democracia-república*:

Os Estados Unidos tinham uma consciência bastante específica de ‘estarem nascendo diferentes’ do resto do mundo conhecido, e suas orientações de política interna e externa tinham como objetivo central preservar essa diferença e liberdade, para, depois de seu fortalecimento servir de modelo para os povos que desejassem seguir o mesmo caminho (PECEQUILO, 2005, p. 47).

Assim, a relação do conjunto de idéias por detrás da independência dos Estados Unidos com os interesses de estabilidade e consolidação interna – mais notadamente econômica e política – explicita os momentos iniciais da PENA e a primazia dos temas referentes ao plano interno do “novo país”. Com isso, a postura internacional dos EUA de 1776 a 1800 define-se pelo isolacionismo e unilateralismo, buscando consolidar e desenvolver seu contexto interno, simultaneamente em conformidade com a identidade nacional instituída em torno dessa ideologia fundacional. Momento posterior a esse padrão de comportamento político internacional norte-americano será o da expansão das fronteiras domésticas, em que a postura de não-envolvimento começa a esboçar uma certa fissura, alimentada por uma *ideologia expansionista* como a “missão estadunidense no mundo” (HUNT, 1987); (WILLIAMS, 1978).

²⁶ Pecequilo (2005) explicita que a PENA desse período é caracterizada como uma mescla entre *realismo* (a importância da estabilidade interna – econômica, política, etc – e da manutenção de sua independência) e *idealismo*, significando o excepcionalismo dos EUA em relação aos princípios sobre os quais assenta-se a sociedade estadunidense (*liberdade, democracia e o republicanismo*).

2.2.4 O *Destino Manifesto* e a PENA (1800 a 1898): definindo a ideologia expansionista.

O período compreendido entre os anos de 1800 a 1850 (Guerra Hispano-americana) marca o processo de expansão das fronteiras domésticas resultando nos cinquenta estados (unidades da federação) que configuram os EUA da contemporaneidade, além do último confronto com a Grã-Bretanha em 1812 para garantir seu *status* independente, já que o Império Britânico ia de encontro aos interesses econômicos da nova nação, além do interesse estadunidense de estender suas posições até o Canadá (WILLIAMS, 1978). Contudo, convém lembrar que a independência de 4 de Julho de 1776 foi empreendida politicamente pelas treze colônias que se rebelaram contra o domínio britânico – *the British rule* - em 1775²⁷ que eram: Província de *New Hampshire*, Província de *Massachussets Bay*, Colônia de *Rhode Island e Providence Plantations*, Colônia de *Connecticut*, Província de *New York*, Província de *New Jersey*, Província da *Pennsylvania*, Colônia de *Delaware*, Província de *Maryland*, Colônia e Domínio de *Virginia*, Província de *North Caroline*, Província de *South Caroline* e Província de *Georgia*.

Com o interesse da nova nação definido em torno da garantia de sua independência e também do desenvolvimento, econômico, e da estabilidade – política e social – internos, a partir de 1800 (e se estendendo até 1850) (ARON, 1975) há o início de uma ação política

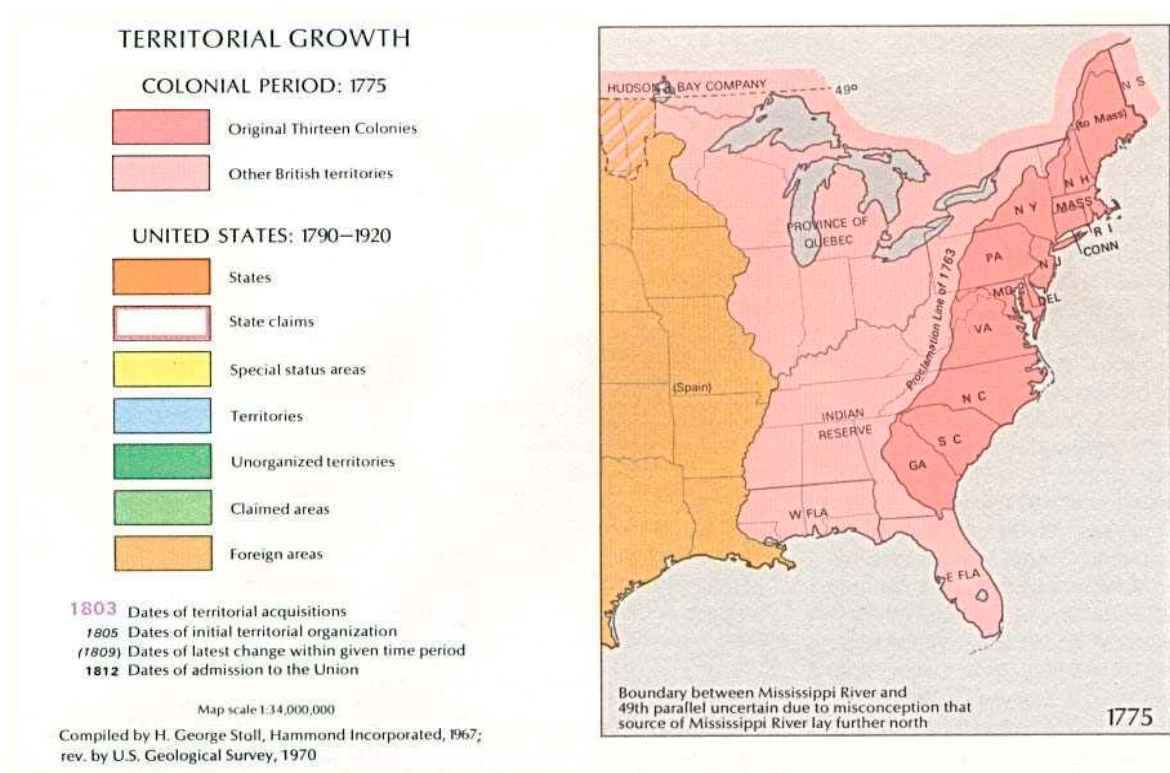
²⁷ O ano de 1775 foi de grande movimento insurrecional nas colônias norte-americanas. Como exemplo, em 9 de Fevereiro, o Parlamento britânico declara a Província de *Massachussets Bay* como “rebelde”: ocorreram as batalhas de *Lexington e Concord* em 19 de abril, consideradas a intensificação das hostilidades entre ingleses e colonos. A insurgência americana caracterizava-se como uma luta contra os imperativos ou imposições que a Grã-Bretanha realizava na América do Norte, depois de seu fortalecimento – colocando-a como grande império mundial - devido à vitória da Guerra dos Sete Anos (1754 e 1756-63) que se configurou como uma guerra entre as principais nações européias estendendo-se aos territórios coloniais, tendo como resultado fundamental o enfraquecimento do poder francês. Após a guerra, a Grã-Bretanha resolveu taxar as colônias da América do Norte pela defesa contra a França. Entretanto, a grande reclamação dos colonos é que não havia

no plano externo orientada pela busca de novos territórios e/ou aumento de suas fronteiras domésticas, mediante duas formas: *iniciativas diplomáticas e luta por terras (as guerras)* (PECEQUILO, 2005, p. 57).

Na Figura 01, tem-se a disposição das colônias em 1775, com os territórios tanto da Grã-Bretanha, quanto da Espanha (parcial).

Figura 01

As Colônias Inglesas Norte-Americanas de 1775.



Fonte: *United States Geological Survey*.

representação das colônias no Parlamento britânico. Desse episódio surge a frase “*no taxation without representation*” (“sem representação, não há taxaço”).

Dessa forma, os territórios da Lousiana (1803), o da Flórida (1821), o Alasca em 1867 foram obtidos mediante respectivamente mediante compra da França, cessão da Espanha e compra da Rússia. Outros territórios situados à Oeste e Sul foram conquistados, como o Oregon (1859) – domínio britânico – o Texas (em 1845), anteriormente território mexicano e a Califórnia (1850) como resultado da Guerra Mexicana²⁸ de 1846 a 1848, como exemplos.

Esse comportamento externo estadunidense seguia a direção contrária aos “princípios” basilares da República da América do Norte de 1776, explicitando um interesse nacional na expansão de suas fronteiras. Entretanto a contradição que, *a priori*, parece se instaurar em relação a essa *práxis* é desfocada com um novo elemento ideológico: o *Destino Manifesto*.

A expressão “Destino Manifesto” – *Manifest Destiny* – foi cunhada pelo jornalista estadunidense John Louis O’Sullivan em 1845 em seu artigo *Anexação*²⁹ (*Annexation*) no periódico *The United States Magazine and Democratic Review*, que versava sobre a justificação ideológica para a anexação do território do Texas. O’Sullivan defende a idéia desse “destino” quando argumenta sobre o porquê do desejo de o México retomar o Texas, como uma nação, entre as outras (como a Grã-Bretanha) que se colocavam “entre nós e as partes interessadas, em um espírito de hostil interferência conosco, declarando claramente que nossa política é perversa, impedindo de exercermos nosso poder, limitando nossa grandeza nacional e conferindo o cumprimento de nosso destino manifesto em todo o

²⁸ A Guerra Mexicana – *Mexican War* – consistiu na disputa entre EUA e o México devido à anexação do território do Texas pelos norte-americanos já que não reconhecia tal secessão, declarando-o província rebelde e ameaçando obtê-la à força. Instaurou-se o conflito armado entre as duas nações, culminando na derrota do México que por sua vez “cedeu” tanto a Califórnia quanto o Novo México. Os mexicanos denominam esse episódio como *La intervención norteamericana* ou *La Guerra del’ 47* (BAUER, 1974).

²⁹ Em anexo, p. 130. Cf.: <http://web.grinnell.edu/courses/HIS/f01/HIS202-01/Documents/OSullivan.html>. Acesso em Novembro de 2006.

continente como designado pela Providência para o livre desenvolvimento para nos transformarmos em milhões³⁰”.

Pecequilo (2005, p. 57-8, grifos do autor) define o Destino Manifesto como

Uma justificativa de racionalização de interesses de poder por meio de uma retórica de fé, escolha e crença, [assim] a doutrina do Destino Manifesto fundamentava a perseguição de objetivos e a expansão do regime político em termos não somente de interesses, mas da importância, e necessidade, da disseminação da experiência norte-americana por meio de ações concretas (...). Em linhas gerais, o Destino Manifesto considerava que a expansão territorial como um direito divino dos Estados Unidos de se espalharem por toda a América do Norte, com o apoio de Deus para a conquista, pois ela possibilitaria levar a *liberdade* e a *democracia* a locais que ainda não existiam. Dotada de um sentido de propósito, a expansão territorial era racionalizada e explicada não por interesses materiais, mas pelo dever que os norte-americanos tinham de espalhar e afirmar seu espírito e visão, sintetizados no par democracia/república. Aí, a combinação de *cruzada* e *interesse*, também característica de toda a política externa norte-americana, encontrou sua primeira expressão.

Figura 02

O Destino Manifesto



Fonte: *Cornell University*.

³⁰ Cf.: “between us and the proper parties to the case, in a spirit of hostile interference against us, for the avowed object of thwarting our policy and hampering our power, limiting our greatness and checking the

Assim, o Destino Manifesto combina tanto elementos da excepcionalidade da “experiência norte-americano” – a liberdade, a democracia e a república – quanto a presença divina, *a Providência* (Figura 02³¹), caracterizando a sociedade estadunidense como o “povo eleito de Deus”, como explicita Williams:

A frase ‘Destino Manifesto’ (...) simbolizava a afirmação de que Deus estava do lado dos Estados Unidos, ao invés da modesta afirmação de que era o país que havia se juntado às legiões do Senhor. Como a lógica implicava, o argumento era de que os Estados Unidos eram a ‘mais progressiva’ sociedade cujos cidadãos faziam o ‘uso apropriado do solo’³² (WILLIAMS, 1978, p. 60).

Além do mais, os pilares do Destino Manifesto podem ser caracterizados como: *i) Direito divino à expansão; ii) predestinação geográfica (territórios vizinhos e do exterior – americanos - eram destinados à conquista norte-americana); iii) baseia-se no ritmo natural dos Estados Unidos e iv) expansão percebida como um recompensa do trabalho virtuoso, empreendedor e dedicado do povo estadunidense* (HUNT, 1987), (PECEQUILO, 2005), (WILLIAMS, 1978).

Hunt (1987) e Pecequilo (2005) trazem à luz a discussão de que o Destino Manifesto foi o componente ideológico da expansão territorial norte-americana, uma “ideologia do crescimento nacional” ou “ideologia expansionista” (PECEQUILO, 2005, p. 58). A *Doutrina Monroe*³³ de 1823 é expressão desse momento histórico expansionista

fulfillment of our manifest destiny to overspread the continent allotted by Providence for the free development of our yearly multiplying millions”.

³¹ Óleo em tela de John Gast (1872) denominado *American Progress*, onde a Providência, Deus, é representada por *Columbia*, figura feminina que simboliza os EUA e a Liberdade, segurando um livro escolar, representando os princípios iluministas.

³² Cf.: “The phrase ‘Manifest Destiny’ (...) symbolized the assertion that God was on America’s side rather than the more modest claim that the country had joined the legions of Lord. As the logic implied, the argument was that America was the ‘most progressive’ society whose citizens made ‘proper use of the soil’”.

³³ James Monroe (1758-1831), o quinto presidente norte-americano, em discurso de 2 de dezembro de 1823 apresenta um conjunto de diretrizes de ação política externa privilegiando o continente americano (o que se denomina de sistema americano) com o objetivo de criar e garantir de uma esfera de influência, afastando-se do envolvimento com possíveis litígios com as potências coloniais européias .

estadunidense, tendo como “premissa fundamental” o repúdio à intervenção de qualquer nação européia nas Américas, como o estabelecimento de novas colônias no continente assim como nas questões internas americanas. Contudo a Doutrina era uma política unilateral com fins intervencionistas no Caribe, sob a bandeira da *igualdade e cooperação* – o panamericanismo - pois se configurava como “uma afirmação da posição norte-americana dentro de seu continente” (PECEQUILO, 2005, p. 65)

A contradição existente entre os “princípios” (idéias) e as práticas políticas – ou, em outros termos, a mistura de idealismo e pragmatismo – no seio da nação que “nasceu livre” é explicitada por Michael Hunt reproduzindo argumentações referentes à questão discutidas no congresso norte-americano, mais notadamente os discursos dos senadores Chesselden Ellis (democrata, do estado de *New York*, em 25 de Janeiro de 1845), Lewis Cass (democrata, *Michigan* em 10 de Fevereiro de 1847) e Sidney Breese (democrata, *Illinois* em 14 de Fevereiro de 1848):

As críticas que pesaram sobre a expansão como inimiga da liberdade, gerou respostas passionais, senão, familiares. Liberdade requeria constante progresso e ‘quase um poder ilimitado de expansão’ insistiu um senador em Fevereiro de 1848 [Sidney Breese] debatendo os objetivos por detrás da Guerra Mexicana. Outro colega partilhou dessa visão. ‘Pela ação solitária – pela incessante ação’ os norte-americanos poderiam preservar a liberdade. ‘Deixe-nos expandir para nossas verdadeiras e apropriadas dimensões e nossa liberdade será eterna; para, no processo, crescer nossa força, e nossa flama crescerá e ficará mais brilhante, iluminando um campo muito mais extenso’ [Lewis Cass]. Para tentar, em outra mão, ‘estabelecer limites segundo a indubitável energia de nossa raça ... e será uma traição para com a causa da liberdade humana [Chesselden Ellis]. Um Estados Unidos passivo estagnaria e caminharia para o crescimento dos problemas sociais que viriam com uma grande população como a Europa³⁴ (HUNT, 1987, p. 31).

³⁴ Cf.: “Charges by critics that expansion was inimical to liberty drew passionate if familiar responses. Liberty required constant progress and ‘almost unlimited power of expansion’, insisted one Senator in the February 1848 debate over the objectives behind the Mexican War. A colleague seconded his view. ‘By action alone – by ceaseless constant action’ Americans could preserve liberty. ‘Let us expand to our true and proper dimensions, and our liberty will be eternal; for, in the process, it will increase in strength, and the flame grow brighter, whilst it lights a more extensive field’. To attempt, on the other hand, to ‘set bounds to the indomitable energy of our noble race ... would be treason to the cause of human liberty’. A passive America would stagnate and ultimately fall prey to the fate of Europe, where a concentrated population had given rise to great social ills”.

Dessa forma, tem-se um contexto ideológico que se adapta às questões definidas enquanto interesse nacional norte-americano, agora vindo à tona não como um isolamento político no âmbito internacional, e sim com caráter expansionista, onde o “externo” é relevante: “é fato que, depois de mais de um século de crescimento interno, criando suas próprias fronteiras e se tornando um país continental, moderno e auto-suficiente, passou a expandir-se para o exterior” (PECEQUILO, 2005, p. 62). O padrão isolacionista da PENA é quebrado pela Guerra hispano-americana de 1898, a disputa entre Espanha e Estados Unidos por Cuba, então colônia espanhola,³⁵ como demonstra Bandeira (2006, p. 47)

Os Estados Unidos tinham interesses diretos nas ilhas pertencentes à Espanha. Esses interesses não eram meramente econômicos, relacionados com o açúcar, café e tabaco. Eram também estratégicos. O governo americano percebia o domínio de Cuba, da mesma forma que de Porto Rico e das Ilhas Virgens, cuja cessão o presidente McKinley buscava obter da Dinamarca com o objetivo de ali estabelecer uma base naval e um depósito de carvão, como fundamental para a segurança das rotas no Golfo do México e a defesa do canal, que projetava abrir no istmo do Panamá (...) Entretanto, embora o Congresso americano juntamente com a declaração de guerra à Espanha, houvesse aprovado a *Teller Amendment*, pela qual os Estados Unidos renunciavam qualquer intenção de exercer ‘soberania, jurisdição e controle’ sobre Cuba, salvo para o fim de a pacificar, McKinley tratou de apoderar-se de tudo que restava do império espanhol, tanto no Caribe quanto o Pacífico.

O envolvimento norte-americano, tendo a Doutrina Monroe como plano de atuação, marca a entrada do país em uma nova fase, posterior à do desenvolvimento e estabilidade internos, onde a política externa, se resumia a mais um instrumento para alcançar os

³⁵ Para Williams esse é o marco histórico inicial da “tragédia da diplomacia americana” – *tragedy of American diplomacy*. O autor analisa a ação política dos EUA no âmbito internacional desde o início do conflito até a Crise dos Mísseis de Cuba (1962), tendo a ideologia como importante elemento na busca de interesses econômicos na esfera externa, onde os “assuntos domésticos” (*domestic affairs*) balizavam a definição do interesse nacional, culminando em um resultado trágico, principalmente no uso retórico da democracia de maneira irrestrita para tal fim (daí a ironia do emprego do epíteto “tragédia”). “Se os Estados Unidos não podem aceitar a existência de certos limites sem desistir da democracia e se não puderem proceder realçando-a e estendendo-a dentro de tais limites, então o esforço tradicional para sustentar a democracia pela expansão acabará por levá-la à destruição”(WILLIAMS, 1978, p. 312). Tradução livre do autor: “If the United States cannot accept the existence of such limits without giving up democracy and cannot proceed to enhance and extend democracy within such limits, then the traditional effort to sustain democracy by expansion will lead to the destruction of democracy”. Percebe-se nesse trecho o juízo de valor do autor norte-americano, apesar das críticas à PENA, no tocante à democracia e ao papel dos EUA para sua promoção: devem existir “limites” de ação para tal fim, continuando sua valoração positiva e sendo um princípio

interesses nacionais, pois tanto com a Doutrina Monroe quanto com o reconhecimento da autonomia dos demais Estados americanos – a América Latina,

Os Estados Unidos abandonaram sua posição de neutralidade e esboçaram a primeira manifestação de sua influência no hemisfério, afirmando-se como sua maior potência. (...) Outro ponto que a destacar sobre a importância da Doutrina Monroe é que com ela os Estados Unidos perceberam, pela primeira vez, uma associação direta entre a sua segurança e a de outros países” (PECEQUILO, 2005, p. 68).

Esse novo momento histórico da PENA, caracterizando-se pelo interesse norte-americano nos acontecimentos internacionais e seu envolvimento direto, já que se estabelece a relação entre segurança interna norte-americana com o plano externo – *vg.* sistema americano – é denominado de *internacionalismo* (PECEQUILO, 2005). Sendo assim, toda a atuação externa norte-americana no século XX classifica-se como internacionalista, tendo como destaque o diálogo entre tal ideologia – descrita até esse ponto do trabalho – e a PENA, agora em um cenário internacional, afirmando sua presença enquanto potência, que em um século (1776-1898) desenvolve-se, cresce economicamente e se estabiliza (política e socialmente), fazendo presença na estrutura de poder internacional que, outrora, consistiu numa postura inconciliável com a ideologia diretora da PENA.

2.2.5 Internacionalismo da PENA e a ideologia: do imperialismo do século XIX ao wilsonianismo do século XX.

Não obstante, a década de 1890 significou um período de crise econômica de superprodução, trazendo à tona problemas econômicos que deveriam ser “administrados”, implicando uma atuação mais efetiva dos EUA nas relações internacionais. Pecequilo

extensível ao resto do mundo. Em anexo p. 127, encontram-se algumas ilustrações da época referentes ao conflito.

(2005, p. 76) declara que “os Estados Unidos chegavam ao final do século XIX enfrentando o dilema de como administrar uma crescente produção agrícola e industrial que não mais conseguia ser absorvida em sua totalidade”. Sobre tal quadro econômico, Williams declara:

Por causa de sua dramática e extensa natureza, a crise de 1890 levantou o espectro do caos e da revolução. Conservadores e reformistas dividiram a mesma convicção de que alguma medida drástica deveria ser tomada, não somente para resolver o problema imediato, mas também para prevenir a recorrência de tais crises. Então, uma política externa expansionista forneceria uma solução e prevenção, tornando-se rapidamente parte integral e vital³⁶(...) (WILLIAMS, 1978, p. 29).

Não se pode esquecer que apesar de os EUA – e suas ações externas – serem o foco deste trabalho, o desenvolvimento econômico norte-americano estava ligado a um momento de expansão da ordem capitalista, principalmente entre os anos de 1848 e a década de 1870, pois, para Hobsbawn (1982, p. 49) “foi o período no qual o mundo tornou-se capitalista e uma minoria significativa de países ‘desenvolvidos’ transformou-se em economias industriais”. O mesmo autor afirma que as principais economias da época – os países europeus – estavam num “movimento em direção à total liberdade de comércio”. Entretanto, os EUA caracterizavam-se como um “bastião do protecionismo”, cuja economia baseava-se num modelo industrial dependente do mercado interno, implicando em sua proteção e pobre em exportações (HOBSBAWM, 1982, p. 56). Esse desdobramento expansionista do modo de produção capitalista – e as tecnologias a ele associadas, como a estrada de ferro, máquinas a vapor, etc. – acabou por determinar, com o passar do tempo, em uma conjuntura instável, que toma corpo em 1870,

³⁶ Cf.: “Because of its dramatic and extensive nature, the Crisis of the 1890s raised in many sections of American society the specter of chaos and revolution. Conservatives and reformers came to share the same conviction that something drastic had to be done, not only to solve the immediate problem, but to prevent the recurrence of such crises. That an expansionist foreign policy would provide such relief and prevention rapidly became an integral and vital part of all (...)”.

Com o mundo entrando na década de 1870 (...) o processo de expansão era curiosamente catastrófico. Violentas quedas, algumas vezes dramáticas e globais, sucediam *booms* estratosféricos, até que os preços descessem suficientemente para dissipar os mercados retraídos e limpar o campo de empresas falidas, para que então os homens de negócios recomencessem o investimento e a expansão, renovando desta forma o ciclo [do comércio] (HOBSBAWN, 1982, p. 65).

Assim, as realizações globais do capitalismo industrial engendram “uma genuína economia mundial e o globo estava transformado (...) de uma expressão geográfica em uma constante realidade operacional. História, dali em diante, passava a ser história mundial”(HOBSBAWN, 1982, p. 66). Bandeira (2006, p. 35) também aponta a especificidade capitalista: “ao longo da história, a única formação econômica com capacidade de expansão mundial”. Partindo-se desse cenário, o rompimento do padrão isolacionista da PENA, cronologicamente coincide com o período denominado por Hobsbawm (1982) de “era do capital”. Com a economia mundial, tendo como marco histórico o ano de 1850, e baseando-se no liberalismo econômico – nas palavras de Wallerstein (2003), *liberalismo centrista* – o comércio internacional era um resultado da expansão do capital, fazendo com que as economias industriais da época empreendessem uma corrida em busca de colônias, processo denominado de *imperialismo*. Bandeira (2006, p. 45, grifos no original), vai ao encontro de Williams (1978, p. 28) sobre a crise ou depressão da economia estadunidense (1890-1893)

A esse tempo, os Estados Unidos já se defrontavam com o problema da *closing frontier*, i.e., o desaparecimento da última fronteira livre no continente e a necessidade de mais terras para atender à demanda de sua crescente população. E a depressão de 1890-1893 levou-os a voltar-se cada vez mais para a Ásia, o que tornava uma base no Pacífico ocidental, bem como o controle das Filipinas, de modo que pudessem disputar os ricos mercados da China e sudoeste da Ásia³⁷. Muitos *business men* estavam convencidos de que o mercado doméstico não era mais suficiente para absorver sua vasta produção industrial. O

³⁷ Essa expansão ao Pacífico, em especial às Filipinas e a anexação do arquipélago havaiano, caracterizam-se também segundo interesses geo-estratégicos, pautados nas idéias do almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan (1840-1914) na obra *The influence of seapower upon History 1864-1783* (“A influência do poder marítimo na História 1864-1783”) na qual o domínio dos mares seria exercício de poder efetivo para a expansão das fronteiras e zonas de influência (WILLIAMS, 1978, p. 123).

crescimento da indústria americana tornou a conquista de mercados no exterior não somente uma possibilidade, mas uma necessidade, duramente sentida.

A mudança da postura da PENA, do isolacionismo ao internacionalista, tem ligação direta com a expansão do modo de produção capitalista com seus imperativos estruturais dirigindo a ação política externa – não somente dos EUA mas também da Grã-Bretanha e as demais nações que passavam pela Revolução Industrial – onde o crescimento interno da sociedade já não era mais possível. Nesse ímpeto estrutural, a Guerra hispano-americana (1898) foi um desdobramento, implicando em resultados estratégicos e políticos afirmando a presença – domínio – norte-americano no continente americano.

Assim, a partir da presidência de William McKinley³⁸ (1897-1901) a PENA tem como diretriz a expansão ao exterior, pautada na necessidade de se contornar – ou, nos termos de Williams, *administrar* - uma conjuntura sócio-econômica de crise, devido à superprodução como resultado do aumento da capacidade produtiva/industrial que por sua vez declara a insuficiência do mercado doméstico no consumo de tal incremento produtivo. A Guerra Hispano-americana somente seria o prelúdio da ativa atuação dos EUA no contexto internacional que caracterizou as relações internacionais do século XX e explicitando a relação direta do conceito de *política externa* com os interesses econômicos (DEUTSCH, 1982), aspecto relevante para a elaboração do *interesse nacional* (MORGHENTAU, 1999). Também em 1898 tem-se a *Política das Portas Abertas*³⁹ (*Open Door Policy*) que Pecequillo (2006, p. 85) descreve como resultado do “ponto de inflexão

³⁸ William McKinley (1843-1901), republicano, foi o 25º presidente estadunidense, assassinado em 1901 na Exposição Pan-americana em Buffalo. Foi considerado o presidente das anexações e conquistas (HUNT, 1987), (WILLIAMS, 1978).

³⁹ Foi estabelecida pela *Open Door Note* de Setembro de 1899, divulgado pelo secretário de Estado do governo McKinley, John Hay, declarando o repúdio dos EUA a uma possível partilha da China pelas potências européias e, também que os *business men* estadunidenses (negociadores e empreendedores)

que combinava a transformação do perfil das relações internacionais norte-americanas, a conjuntura externa e um interesse específico, no caso a China, objeto de disputa imperial e correndo o risco de, como outros territórios, ser ‘dividida’ entre os países europeus”. Para essa mesma autora, a PENA possuiu dois *ciclos de reorientações*: o *primeiro*, compreendido entre os anos de 1898 e 1918 – presidência de Theodore Roosevelt (1858-1919)⁴⁰ – e o *segundo* entre os anos de 1918 e 1921, no mandato de Woodrow Wilson (1913-21) com a política de contenção (PECEQUILO, 2005, p. 88).

No mandato de Roosevelt, a PENA caracterizou-se pela definição de diretrizes principalmente no tocante ao continente americano (assuntos hemisféricos), relacionando a segurança nacional com a estabilidade no SI (GADDIS *apud* PECEQUILO, 2005, p. 92). Em relação à posição de liderança dos EUA no “hemisfério”, o *corolário Roosevelt* – o *Big Stick Policy* de 1904 – representava, simbolicamente, o direito de intervenção e interferência nos Estados que compunham o sistema americano, desde que não fossem capazes (ou não desejavam) conduzir suas políticas de forma “responsável”, em uma perspectiva de ameaça à estabilidade hemisférica (HUNT, 1987). Resumidamente:

O Corolário e a atuação nas Américas privilegiaram o papel e o lugar especial dos Estados Unidos no mundo e deviam ser entendidos como um desenvolvimento natural do caminho da expansão do poder norte-americano em seu continente, como também um reflexo imediato das concepções mais gerais defendidas pelo então presidente. Para Roosevelt, a ação norte-americana no sistema deveria orientar-se segundo dois princípios básicos: ordem e estabilidade, dos quais derivavam temas correlatos que estabeleciam prioridades estratégicas e *visões de mundo específicas* (...) Seguindo essas orientações, em 1904, os Estados Unidos assumiram a responsabilidade pela defesa e condução dos assuntos ‘internos’ dos países do hemisfério, determinando unilateralmente caso necessário, seus fluxos políticos, econômicos e de segurança (PECEQUILO, 2005, p. 88, grifo do autor).

deveriam ter liberdade e igualdade de tratamento para sua navegação e comércio dentro da China e inclusive em áreas que estivessem sob domínio de outros Estados (PECEQUILO, 2006, p. 85).

⁴⁰ Vigésimo sexto presidente norte-americano entre 1901 e 1909.

Já no primeiro ano do governo de Woodrow Wilson, a iminência da Primeira Guerra Mundial (1913), resultado direto da expansão da ordem capitalista, com o início na segunda metade do século XIX (HOBSBAWM, 1982), caracterizava o contexto internacional. Dessa forma, o conflito entre a Tríplice Entente – Grã-Bretanha, França, Império Russo (até 1917, devido à Revolução Russa) e Estados Unidos (a partir de 1917) – e a Tríplice Aliança (Império Austro-Húngaro, Império Alemão e o Império Turco-otomano) teve por desfecho a reordenação geopolítica da Europa, provocando o colapso dos principais impérios da época (britânico, alemão, austro-húngaro e turco-otomano) (HOBSBAWM, 2006). Convém lembrar que a tese principal de envolvimento dos EUA no conflito (seminalmente europeu) foi a de barrar o expansionismo do império alemão que, apresentando-se como principal potência européia acabaria por desestabilizar – de forma significativa – o sistema internacional, já que agora, para os Estados Unidos, a estabilidade externa está vinculada à segurança interna (nacional) (PECEQUILO, 2005),(WILLIAMS, 1978).

A Primeira Guerra Mundial envolveu *todas* as grandes potências, e na verdade todos os Estados europeus, com exceção da Espanha, os Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça. E mais: tropas do ultramar foram, muitas vezes pela primeira vez, enviadas para lutar e operar fora de suas regiões. Canadenses lutaram na França, australianos e neozelandeses forjaram a consciência nacional numa península do Egeu (...), e, mais importante, os Estados Unidos rejeitaram a advertência de George Washington quanto a ‘complicações européias’ e mandaram seus soldados para lá, determinando assim a forma da história do século XX (HOBSBAWM, 2006, p. 30-1).

O fim da Primeira Guerra tem como marco a assinatura do armistício de 11 de novembro de 1918, caracterizando-se mediante os tratados de *Versalhes* (1919) e de *Saint Germain*⁴¹ (tratado que impedia a união entre Alemanha e a Áustria). Deve-se destacar um

⁴¹ De acordo com Hobsbawm (2006, p. 38), o tratado de Versalhes de 1919 – tecnicamente – é descrito como um tratado sobre o armistício, mas, tecnicamente refere-se apenas à Alemanha. *Saint Germain, Trianon,*

desdobramento posterior à assinatura desse Tratados: a criação da *Liga* (ou *Sociedade*) *das Nações*⁴², organismo internacional cujo objetivo seria impedir o surgimento de outras guerras mundiais e que teve como seu principal mentor o presidente Woodrow Wilson (SILVA e GONÇALVES, 2005, p.232) como sendo o último item de seu pronunciamento – *Fourteen Points Speech* – na sessão de 09 de Janeiro de 1918 do congresso estadunidense: “uma associação geral de nações deve ser criada sob tratados específicos no intuito de promover garantias mútuas de independência política e integridade territorial, de forma igualitária, tanto aos países grandes quanto aos pequenos⁴³” (WILSON, 1918). Com essa conjuntura, a PENA o governo Wilson caracteriza-se por uma ideologia “internacionalista” mediante a qual os EUA declaram abertamente ao mundo a assunção enquanto nação com um projeto de ordem e promoção ativa do experimento (a democracia e a república), o ponto-chave do *wilsonianismo*, “termo para descrever práticas posteriores que enfatizam o internacionalismo, principalmente de natureza ativista e internacionalista, moralista e retórico, destacando a centralidade dos valores democráticos e da liberdade” (PECEQUILO, 2005, p. 95), como disposto no discurso de 1918

No reconhecimento dessas retificações essenciais de erros e direitos, sentimo-nos intimados a estarmos próximos de todos os governos e povos associados contra os imperialistas. Não podemos estar separados no interesse ou divididos nesse propósito. Estaremos juntos até o fim. Para tais acordos [versando sobre as matérias dispostas nos catorze pontos] devemos lutar e continuar a lutar até que todos os povos e parceiros até que os alcancem; mas não somente porque queremos que o certo prevaleça e acreditamos que uma paz estável possa ser assegurada apenas removendo o carro chefe das provocações para a guerra [a Alemanha] (...). Nós não invejamos a grandeza da Alemanha (...). Não devemos dar-lhe o aprendizado para o empreendimento da paz como se ela não o merecesse, marcado por um rancor. Não desejamos, de nenhuma maneira, ofender ou bloquear sua influência ou poder legítimos. Não desejamos combatê-la tanto com armas quanto com

Sèvres, Neuilly nomes de parques e castelos nos arredores de Paris se referiram aos acordos bilaterais de paz, respectivamente, com Áustria, Hungria, Turquia e Bulgária.

⁴² A Liga das Nações teve seu início oficial em 10 de Janeiro de 1920, com sede em Genebra, Suíça. Contava com a adesão de 42 países, com dezesseis europeus, dezesseis latino-americanos, EUA e Canadá, Austrália e Nova Zelândia, cinco asiáticos, além da África do Sul e da Libéria.

⁴³ Cf.: “A general association of nations must be formed under specific covenants for the purpose of affording mutual guarantees of political independence and territorial integrity to great and small states alike”.

acordos hostis de comércio se ela associar-se a nós e às demais nações amantes da paz mediante tratados de justiça e lei e, também, de negócios claros, corretos. Somente queremos que ela aceite uma lugar de igualdade entre as outras nações do mundo – um novo mundo neste momento – ao invés de um lugar de supremacia⁴⁴.

Três temas resumem o wilsonianismo orientando a PENA: a democracia, a segurança coletiva e autodeterminação⁴⁵ (HUNT, 1987), (WILLIAMS, 1978). Como explicita Pecequillo, o wilsonianismo é a última característica do padrão histórico da política externa estadunidense acrescentando uma nova tarefa: a construção da ordem internacional, onde a ideologia adquire agora uma “versão” internacional, justificando a inserção ativa norte-americana na estrutura de poder mundial, como um imperativo estrutural de uma ordem capitalista, marcada pelo liberalismo econômico em que o imperialismo (a corrida colonial na busca de mercados consumidores *overseas*) na segunda metade do século XIX, é seu desdobramento principal. A necessidade ideológica faz-se presente já que:

Desde a época da independência, passando pela expansão interna e externa, parece ter sido dotadas as ações norte-americanas de um sentido de ‘missão’, que por vezes esconde, ou traveste motivos variados, interesses de poder. Nesse sentido, é mais bem aceito justificar uma ação em termos da necessidade e da importância de expandir a democracia e a

⁴⁴ Cf.: “In regard to these essential rectifications of wrong and assertions of right we feel ourselves to be intimate partners of all the governments and peoples associated together against the Imperialists. We cannot be separated in interest or divided in purpose. We stand together until the end. For such arrangements and covenants we are willing to fight and to continue to fight until they are achieved; but only because we wish the right to prevail and desire a just and stable peace such as can be secured only by removing the chief provocations to war (...). We have no jealousy of German greatness (...). We grudge her no achievement or distinction of learning or of pacific enterprise such as have made her record very bright and very enviable. We do not wish to injure her or to block in any way her legitimate influence or power. We do not wish to fight her either with arms or with hostile arrangements of trade if she is willing to associate herself with us and the other peace-loving nations of the world in covenants of justice and law and fair dealing. We wish her only to accept a place of equality among the peoples of the world, – the new world in which we now live, – instead of a place of mastery”.

⁴⁵ O princípio de autodeterminação relaciona-se diretamente com o conceito de *soberania nacional*, onde os povos possuem a primazia para a condução de suas sociedades sem a interferência externa (SILVA e GONÇALVES, 2005, p. 228-31). É o quinto ponto dos “catorze” de Wilson (1918): “Um livre, aberto e imparcial ajuste para todos os clamores das colônias, baseados em uma estrita observância do princípio que determina todas as questões da soberania das populações a quem dizem respeito devem ter o mesmo peso com as equivalentes reivindicações dos governos que se intitulam determinados”. “A free, open-minded, and absolutely impartial adjustment of all colonial claims, based upon a strict observance of the principle that in determining all such questions of sovereignty the interests of the populations concerned must have equal weight with the equitable claims of the government whose title is to be determined.

república, do que afirmar que se está prevenindo a ascensão de um rival potencial. Na história norte-americana (...) não é muito ‘popular’ justificar comportamentos calcando-os unicamente no poder, devendo haver uma convivência de motivações pragmáticas e ideais [ideológicas] para a ação (PECEQUILO, 2005, p. 91-2).

Desde a independência em 1776 até o final da primeira guerra mundial há a presença de uma ideologia imanente à PENA, pautando-se sobre o excepcionalismo dos EUA, tendo como pilares a democracia, a liberdade e a república como princípios a serem promovidos em suas relações internacionais (PECEQUILO, 2005, p. 118-9).

Se em momento anterior, apenas “o exemplo deveria ser dado ao mundo” da nação que “nascia livre”, em outro, esses princípios deveriam ser perseguidos mesmo que a luta/intervenção fizesse-se necessária. A relação entre *política externa* e *ideologia* – no caso estadunidense torna-se mais consistente e particular quando se acompanha o desenvolvimento histórico da PENA, que, apesar de apresentar uma postura que em momento anterior era “isolacionista” e, posteriormente, “internacionalista”, estava inserida em uma realidade capitalista onde “democracia” e “liberdade” foram utilizadas enquanto “flâmulas de guerra” no intuito de alcançar os objetivos que definem o *interesse nacional*.

O conceito de política externa Deutsch (1982), apresentado na primeira parte do capítulo, tem como componente o *interesse econômico*, além da *manutenção da independência* e *segurança internacional*, o que engendra a impossibilidade de desconsiderar as bases materiais sobre as quais se assentam as instituições sociais relevantes, mesmo sendo colocada em “segundo plano” como defende o autor. Assim, a caracterização da ideologia da PENA como uma “tradição nacional” ou “valores tradicionais”, como proposto por Mead não vislumbra que enquanto *mediação*, essa ideologia se adaptou conforme circunstâncias estruturais (onde a oscilação da política externa entre internacionalismo e isolacionismo exemplifica é exemplo desses aspectos).

Os valores “democracia” e “liberdade” integrantes dessa ideologia foram constantemente invocados mesmo que os meios para a sua promoção não necessariamente implicavam em posicionamentos e/ou procedimentos democráticos ou libertários.

Além do mais, a ideologia da PENA (a fundacional além do Destino Manifesto) componente de seu padrão histórico (PECEQUILO, 2005), traz à tona quais os principais temas de que se utilizou para o estabelecimento, ou não, de relações dos EUA com os demais Estados. Percebe-se que a ideologia foi alterada de acordo com os interesses dos Estados Unidos em uma estrutura capitalista que se definia pelo imperialismo do século XIX. O rompimento do isolacionismo, cujos elementos ideológicos são evidenciados, por exemplo, no discurso de “adeus” (*farewell*) de Washington, pelo internacionalismo é suplantado por uma nova ideologia, agora expansionista (WILLIAMS, 1978), a do Destino Manifesto, já que a economia capitalista industrial norte-americana (e a necessidade da expansão) chocava-se com as premissas da nação isolada das disputas de poder, próprias dos europeus. Esse movimento de “conveniência ideológica” acaba exemplificando a percepção marxiana das relações estabelecidas no seio das sociedades de acordo com os princípios do capitalismo: a ideologia como mediação no estabelecimento de relações de dominação, poder, tanto no nível doméstico quanto internacional.

3. A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA NA CONTEMPORANEIDADE: A “MISSÃO CIVILIZATÓRIA” E O IRAQUE.

3.1 A PENA e sua ideologia no século XX: um breve histórico.

Com o advento do século XX, a atuação estadunidense no plano internacional externalizou o desejo de um maior espaço para a obtenção de seus interesses, reunidos e organizados segundo o conceito de “interesse nacional”. As mudanças paradigmáticas da PENA, como descrito no capítulo 2 do presente trabalho, apresentam como “pano de fundo” uma ordem própria de um modo de produção que, desde a segunda metade do século XIX, impôs a necessidade de ultrapassar as fronteiras nacionais tendo por resultado a corrida imperialista empreendida pelas potências européias capitalistas, culminando na Primeira Guerra Mundial em 1914 (HOBSBAWM, 1982 e 2006). A partir de 1898, com a Guerra Hispano-americana, tem-se a presença efetiva dos EUA no cenário externo, tendo como objetivo inicial a criação de uma zona de influência, em especial a América Latina. O passo inicial para esse intento foi o de afastar e conter a presença européia. Cuba foi o exemplo significativo, já que era colônia espanhola que desejava emancipar-se. Assim, a inserção norte-americana em tal episódio traduz a postura “internacionalista” de sua política externa, e coincidindo com a conjuntura econômica própria dos países capitalistas industriais da época, marcada por superprodução tanto industrial quanto agrícola.

Com o disposto no capítulo anterior, todas as ações ou posicionamentos de política externa dos EUA, desde sua fundação até o início do século XX, tiveram a necessidade de legitimação perante a sociedade. Dessa forma, o componente ideológico mereceu destaque sendo concretizadas pela e na PENA. A relação das *idéias* com a *produção material da*

vida, nos termos marxianos, se particulariza com a transição do “isolacionismo” para o “internacionalismo” ou, como afirma Kissinger (1996), os EUA passam de *beacon* para *crusader*¹.

A partir do século XX, as visões sobre o experimento tornaram-se um dado e um referencial do comportamento norte-americano, não funcionando efetivamente como estratégia e tática direta de política externa. O idealismo norte-americano [ideologia] e o sentido de destino, também associados ao experimento, foram retrabalhados e recuperados no idealismo wilsonianismo, fornecendo-lhe maior consistência (PECEQUILO, 2005, p. 101).

Com isso, a ideologia apresentou-se como um instrumento no intuito de estabelecer relações de dominação tanto na expansão das fronteiras – as anexações territoriais durante todo o século XIX – quanto na criação de uma zona de influência própria.

Seguindo tal orientação “internacionalista”, a atuação externa norte-americana no século XX fundamentou-se na importância do “internacional” para os assuntos domésticos, já que a segurança nacional estaria assegurada com a estabilidade do SI (PECEQUILO, 2005). Assim, apresentamos um resumo dos principais acontecimentos que expressam esse argumento, pois são desdobramentos de um processo histórico e, sendo assim, relevantes para nosso objeto de estudo. Dividimos esses fatos em três períodos: *i) o período compreendido entre 1918 a 1945, ii) o de 1945 a 1991 e iii) o pós-1991.*

3.1.1 1918-1945: o “entreguerras” e a Segunda Guerra Mundial.

Após a Primeira Guerra Mundial, os EUA se apresentam como nova potência a participar da estrutura de poder internacional, ocorrendo a transferência “do eixo de

¹ De acordo com as premissas de Kissinger (1996) os EUA deixam de ser um “farol” (*beacon*), um exemplo a guiar todas as nações segundo os valores democráticos e republicanos – o experimento norte-americano – para uma atuação externa sob a égide de tais valores, caracterizando-se como um “cruzado medieval” (*crusader*).

gravitação econômica e política da Europa para os Estados Unidos” (BANDEIRA, 2006, p. 88), provocando a criação de uma organização com o objetivo de manter a estabilidade entre as nações do globo, e estabelecer e assegurar a paz nas relações internacionais, a Sociedade ou Liga das Nações, como mencionado no capítulo anterior.

Todavia, a conjuntura econômica norte-americana na década de 1920 encaminhou-se a uma crise de superprodução, culminando na quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, significando também a erosão do arcabouço ideológico do liberalismo econômico, ou clássico como atesta Eric Hobsbawm (2006, p. 91 e 113):

Mesmo os orgulhosos EUA, longe de serem um porto seguro das convulsões de continentes menos afortunados, se tornaram o epicentro deste que foi o maior terremoto global medido na escala Richter dos historiadores econômicos – a Grande Depressão do entreguerras. Em suma: entre as guerras, a economia mundial capitalista pareceu desmoronar (...) De todos os fatos da Era das Catástrofes [a crise sistêmica da economia capitalista; a Grande Depressão], os sobreviventes do século XIX ficaram talvez mais chocados com o colapso dos valores e instituições da civilização liberal cujo progresso seu século tivera como certo, pelo menos nas partes ‘avançadas’ e ‘em avanço’ do mundo.

O surgimento de regimes totalitários pela Europa (Alemanha e Itália) na mesma década e sua consolidação no poder apresenta-se como um desdobramento da crise do capitalismo, caracterizando-se, por exemplo, a impossibilidade da regulação ou manutenção da estabilidade internacional mediante a Liga das Nações tendo os EUA como grande regente, segundo a proposta de Woodrow Wilson e seus “Quatorze Pontos”.

Os objetivos de manutenção da estabilidade do SI e “prevenção do surgimento de hegemonias regionais em qualquer continente e de qualquer caráter” (PECEQUILO, 2005, p. 103) por parte da PENA mostraram-se difíceis de serem conseguidos devido ao contexto histórico que se apresentava. Assim, os Estados Unidos mantiveram um isolamento estratégico em relação à Europa, observando-se uma atuação externa efetiva no hemisfério americano, inclusive com a presença de tropas impondo a liderança hemisférica pela

coerção, pela força, como nos casos de Honduras e no “conselho” do presidente Calvin Coolidge (1872-1933)² ao presidente mexicano Plutarco Calles, ambos em 1924:

Preservando esse senso de responsabilidade, Coolidge enviou os *marines* [tropa de elite] a Honduras em 1924 porque, de acordo com a frase do Departamento de Estado, ‘uma condição de anarquia parece querer se desenvolver’. No mesmo ano, a administração [de Coolidge] também aconselhou formalmente o recém eleito presidente mexicano Plutarco Calles cujo reconhecimento sobre a continuação da proteção e respeito às vidas e propriedades estadunidenses era incerto. Esse aviso direto serviu somente para fortalecer os grupos no México que desejavam levar a diante medidas que limitavam a intervenção e a influência econômica estrangeiras³ (WILLIAMS, 1978, p. 153).

Todavia, no intuito de preservar de sua hegemonia continental, os Estados Unidos lança a Política da Boa Vizinhança (*Good Neighbour Policy*), uma “mudança abrupta na política norte-americana” (PECEQUILO, 2005, p. 116), tendo como princípio diretor a *cooperação*, caracterizando-se como uma renúncia às intervenções nas Américas, reconhecendo a soberania das nações latino-americanas.

Até sua entrada na Segunda Guerra, após o ataque japonês ao arquipélago havaiano, em especial o Porto “Pearl” (*Pearl Harbor*), a ação externa norte-americana pautou-se no destaque ao hemisfério americano, afirmando e garantindo sua posição de liderança.

3.1.2 1945-1991: da Segunda Guerra Mundial ao desmembramento da URSS: a old ideology e a PENA.

A Segunda Guerra Mundial foi um marco histórico para as relações internacionais dos Estados Unidos. Suas conseqüências sobre o SI, como a instauração da ordem bipolar,

² Foi o 30º presidente sendo de autoria da frase de que os EUA era *patron of tranquility abroad* (*promotores da tranqüilidade no exterior*) (WILLIAMS, 1978, p. 152).

³ Cf.: “In keeping with that sense of responsibility, Coolidge sent Marines into Honduras in 1924 because, in the phrase of the State Department, ‘a condition of anarchy seems likely to develop’. In the same year, the administration also formally advised Plutarco Calles, the newly elected Mexican President, that recognition was contingent upon continuing protection and respect for American lives and property. That blunt warning

após as conferências de *Potsdam* e *Yalta*⁴, significando a emergência dos EUA no contexto internacional como “a primeira superpotência nuclear na história mundial”⁵, um posicionamento efetivo e bem definido após 15 anos de entraves tanto no âmbito doméstico quanto externo. São dois os obstáculos que marcaram a história estadunidense antes de 1945: um padrão administrativo instaurado na presidência de Herbert Hoover (1874-1964) – 31º presidente estadunidense – que se mostrou problemático para lidar com a “política das portas abertas”, a diretriz da PENA e o âmbito doméstico em crise (Grande Depressão); o segundo como sendo a necessidade de um consenso interno⁶ nos EUA frente à realidade de crise do capitalismo e o surgimento, por outro lado, de modelos “revolucionários” como os regimes totalitários na Alemanha e Itália, além da presença da União Soviética (WILLIAMS, 1978, p. 163-4).

Incontestemente a condição de supremacia político-econômico-militar pós-1945, a PENA caracterizou-se pela inserção de dois vetores de ação externa:

Depois da Segunda Guerra Mundial, embora passando por um processo de ajuste para a sua readequação ao novo sistema e à nova condição de poder norte-americano dentro dele, todos esses componentes e prioridades do padrão histórico mantiveram-se fundamentais na elaboração da agenda externa, evoluindo em duas novas direções: a *construção da ordem* e a *contenção*. Partindo de um processo cumulativo de tradições, tais direções, que conformam o padrão contemporâneo da política externa, promoveram um salto qualitativo

served only to strengthen the groups in Mexico that wanted to push ahead with measures limiting foreign economic penetration and influence”.

⁴ Ambos os acordos foram celebrados em 1945 e versaram sobre a bipartição política do mundo: a zona sob a influência norte-americana e outra soviética. A separação do mundo em *Leste* (URSS) e *Oeste* (EUA) ocorreu de maneira *lato sensu* na Conferência de Yalta (Criméia) entre 4 e 11 de Fevereiro com Franklin Delano Roosevelt (EUA), Josef Stálin (URSS) e Winston Churchill (Reino Unido). A conferência de Potsdam – 17 de Julho a 2 de Agosto – versou sobre a futura administração da Alemanha após a derrota na guerra, e sua divisão em uma parte Oriental (República Democrática da Alemanha) sob controle soviético e a Ocidental (República Federal da Alemanha) sob controle dos EUA e da Inglaterra. Os acordos foram celebrados entre Josef Stálin, Winston Churchill e o recém-empossado presidente Harry Truman.

⁵ Cf.: “the first nuclear superpower in world history”.

⁶ Sobre a necessidade de consenso, Williams (1978, p. 164) argumenta que “a decisão chave tomada pelos líderes americanos, e aceita pelo resto da nação, envolveu um acordo *bipartisan* preservando a existência do sistema capitalista corporativo governado segundo as práticas de existência da democracia constitucional”. Cf.: “the key decision made by American leaders, and accepted by the rest of the nation, involved a bipartisan agreement to preserve the existing system of corporate capitalism governed according to the existing practices of constitutional democracy”.

na estratégia norte-americana em sua fase de maior potência global. Buscando inspiração no passado, respondendo aos dilemas da época e projetando uma visão de futuro, a construção da ordem e a contenção representaram a passagem definitiva dos Estados Unidos para a idade ‘adulta’ de suas relações internacionais, caracterizada pela hegemonia e pelo internacionalismo (PECEQUILO, 2005, p.125, grifos no original).

Com isso, ater-se-á a esses dois novos elementos da PENA, principais diretrizes da atuação externa norte-americana.

No tocante à *construção da ordem*, os acordos de Bretton Woods⁷ destinados à estabilidade *econômica* mundial com a posterior subserviência, mesmo sendo organismos internacionais, à política externa estadunidense (HOBSBAWM, 2006, p. 269), (BANDEIRA, 2006, p. 197-8). A ajuda econômica dos EUA com o *Plano Marshall*⁸ para recuperar a capacidade produtiva européia, e para o Japão, com o *Plano Colombo*⁹. Outra organização internacional criada foi a Organização das Nações Unidas (ONU) com a Carta de San Francisco de 1945 e com início das discussões para sua criação na Conferência de Dumbarton Oaks¹⁰. Com isso, e mais os acordos de Potsdam e Yalta – e a conseqüente bipolaridade – a PENA caracterizou-se como o conjunto de ações na busca da construção de uma ordem organizada em torno dos interesses dos EUA, juntamente com as demais

⁷ De acordo com Silva e Gonçalves (2005, p. 11) a Conferência Econômica de Bretton Woods realizada “entre 1 e 22 de julho de 1944, num hotel da pequena cidade norte-americana de Bretton Woods, em New Hampshire, (...) reuniu representantes de 44 países, inclusive a antiga União Soviética, com a finalidade de criar as instituições que formariam os pilares da nova ordem econômica internacional do pós-guerra e estabelecer seus princípios”. As instituições a que se referem os autores são o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento). Ruggie (1996) traz à tona a idéia de que tanto o FMI quanto o Banco Mundial são versões contemporâneas da Política das “Portas Abertas”.

⁸ O Plano Marshall foi “um projeto [econômico] maciço para a recuperação européia, foi lançado em junho de 1947. Como complemento, teve um braço “estratégico-militar”: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949” (Cf. HOBSBAWM, 2006, p. 237-238).

⁹ Versão do Plano Marshall com o objetivo de ajuda econômica ao Japão no pós-guerra.

¹⁰ A *Dumbarton Oaks Conference* ou *Washington Conversations on International Peace and Security Organization* (Conversações de Washington sobre a Paz Internacional e a Organização da Segurança) foi realizada em Agosto de 1944 na capital estadunidense, na mansão Dumbarton Oaks, com a participação de representantes estadunidenses, do Reino Unido, da URSS e da República da China.

nações por meio da promoção da democracia e do liberalismo econômico (WILLIAMS, 1978, p. 261):

Apesar de seu caráter democrático e aberto, que buscava a paz, a prosperidade e a liberdade, a ordem que os Estados Unidos começaram a criar dependeu de uma realidade bastante concreta de poder: a hegemonia. Devido à sua hegemonia, o país foi capaz de concentrar não somente os recursos, mas também a legitimidade para agir, combinando equilibradamente todas as dimensões de seu poder: a *estrutural*, a *institucional* e a *situacional*. Ou seja, os Estados Unidos valeram-se, para construir e sustentar sua hegemonia, de elementos variados, que vão desde os recursos concretos de poder (*dimensão estrutural*) à criação de mecanismos para exercê-lo, instituições e organizações de caráter multilateral, das quais detêm a liderança (*dimensão institucional*), e fontes diversas, como a ideologia, as visões de mundo, os projetos e as táticas de convencimento que permitiram ampliar a sua aceitação pelos outros Estados e o estabelecimento de relações cooperativas com estes Estados (*dimensão situacional*) (PECEQUILO, 2005, p. 133, grifos do autor).

Sendo assim, a PENA – mantendo seu padrão histórico no qual a ideologia é componente constituinte – todo o contexto que se apresentou, a partir do término da Segunda Guerra Mundial pode-se afirmar que *institucionalizou* o poder político-econômico-militar no mundo. Como resultado de ações efetivas, confirmava-se a hegemonia estadunidense no plano externo e sua assunção como novo líder, segundo uma *hegemonia liberal* (IKENBERRY, 1998/99, p. 65), definida como “um sistema abrangente que confundia a política doméstica e internacional ao criar um elaborado sistema político transnacional e transgovernamental com os Estados Unidos no centro do sistema”.

Organizando a ordem internacional de acordo com seus interesses, uma nova preocupação emergia para os EUA: a URSS que se apresentava no pós-guerra como potência vencedora e, portanto, fortalecida politicamente. A ameaça comunista parecia um perigo iminente e precisava ser *contida*: em 12 de março de 1947 cria-se a *Doutrina Truman*¹¹. Na verdade, essa Doutrina esboçou as diretrizes de ação norte-americana no

¹¹ A Doutrina Truman tornou-se pública no discurso proferido ao Congresso em 1947 no qual o presidente estadunidense afirma o papel dos EUA no mundo (como o defensor da liberdade e da estabilidade do SI). TRUMAN, H. *President Harry Truman's Address before a Joint Session of Congress, 1947*. Cf.:

contexto externo, a *política da contenção*¹² (*containment*), e deu início à Guerra Fria. Pecequillo (2005, 141) a *Cold War* foi “produto da percepção de incompatibilidade, mas também como resultado de confrontos de interesse reais entre duas superpotências que, de fato, haviam se tornado os dois pólos principais no sistema depois da Segunda Guerra Mundial”. A inter-relação entre os princípios de *contenção* e de *construção da ordem* do pós-guerra é explicitada por Bandeira (2006, p. 152-3)

Em 12 de março de 1947, Truman anunciou que os Estados Unidos estavam dispostos a dar assistência política, econômica e, acima de tudo, militar aos ‘povos livres’, isto é, a qualquer governo anticomunista (*não* importava se *democrático* ou *ditatorial*) ameaçado por uma insurreição, invasão estrangeira ou mesmo pressões diplomáticas (...) E lançou o *European Recovery Programme*, que tomou o nome do secretário de Estado americano, George Marshall, com o objetivo de fornecer maciça ajuda econômica à Europa. (...) A doutrina do *containment* só seria mais viável e eficaz se os Estados Unidos colaborassem com a recuperação econômica da Europa, de modo a superar a ameaça revolucionária .

Assim, a contenção possuiu como meios a ajuda política, econômica e estratégica no intuito de conter o avanço da URSS, já que em 14 de abril de 1950, o Conselho de Segurança Nacional (*National Security Council*) emitiu a NSC-68, um relatório elaborado para definir os objetivos e programas para a segurança nacional estadunidense (*United States objectives and programs for national security*) que previa a utilização desses meios e do componente ideológico no combate à “ideologia comunista”, de modo que novamente a

<http://www.yale.edu/lawweb/avalon/trudoc.htm>. Acesso em outubro de 2006. Merece destaque também que o contexto interno norte-americano no momento de elaboração da Doutrina Truman foi caracterizado também pela intensificação da caça aos comunistas e simpatizantes instituída pelo mccarthismo do fim dos anos 1940 até o final da década de 1950. Tendo como fundador o senador Joseph Raymond McCarthy (*Wisconsin*), o mccarthismo instituiu uma censura político-ideológica por meio das Comissões Senatoriais de Operações Governamentais e as Subcomissões de Investigação.

¹² A política da contenção – *containment* – teve como criador George Frost Kennan (1904-2005), diplomata norte-americano por meio do “artigo X”, ou *The Sources of Soviet Conduct* (As fontes da conduta soviética) publicado no periódico *Foreign Affairs* na edição de Julho de 1947. Recebeu a denominação de “artigo X”, pois quem o assinava era o “Sr. X”, pseudônimo de Kennan. Segundo o artigo, a fonte do poder soviético provinha da “ideologia” e “circunstâncias”: a forma pela qual os líderes soviéticos chegavam ao poder era uma herança de como surgiu tal poder no momento da Revolução; e as circunstâncias ou formas de exercício desse poder pelos dirigentes da URSS em três décadas. KENNAN, G. F. *The Sources of Soviet Conduct*. In:

democracia e a liberdade¹³ apresentam-se como eixos, idéias e valores a serem perseguidos e implementados pelos EUA no SI:

Ao longo de toda a NSC-68 há uma preocupação marcante com a definição da importância do papel de liderança mundial dos Estados Unidos, sua responsabilidade na manutenção da ordem e justiça e da democracia e liberdade no sistema internacional. Além disso, seus valores fundamentais [ideologia] e a segurança nacional são definidos como fundamentais da estratégia da Guerra Fria e a correlação entre a preservação do bem-estar norte-americano e a situação do contexto mundial (PECEQUILO, 2005, p. 159).

A ideologia – ou os “valores fundamentais” – é um importante elemento no embate entre as duas potências do pós-guerra. Michael Hunt (1987, p. 151-3) descreve a interação entre a “velha ideologia” – *old ideology*, a “ideologia fundacional” no presente trabalho – e o novo contexto, onde a liderança estadunidense da ordem internacional torna-se um imperativo para a nova geração de *policymakers*

Para a nova geração de formuladores de política [externa] a compreensão de que a velha ideologia estava fortalecida por duas novas formulações. Uma enfatizava as lições históricas que validavam a visão da velha ideologia. Tais lições, as quais guiaram os formuladores de política na década de 1940 e também após, migraram da mitologia histórica, segundo a teoria do grande ciclo. Seus proponentes olharam ao passado com nostalgia onde se fazia presente a promessa de um Estados Unidos que se movia para uma política externa madura e afirmativa que assegurava os ideais nacionais e o crescimento do poder nacional. A outra recente formulação subestimava a velha ideologia, pois a caracterizava como geopolítica. A velha ideologia, então, duplamente reforçada, desenhou a política da Guerra Fria e inspirou a mais importante expressão de tal política, a doutrina da contenção. A ideologia foi definida para advogar a favor da contenção já que uma temática estava em jogo: a sobrevivência da liberdade no mundo. A ideologia também foi definida para o líder da ameaça à liberdade: o comunismo soviético, o qual os Estados Unidos possuíam a obrigação de combater¹⁴.

Foreign Affairs, Julho de 1947. Cf.: <http://www.foreignaffairs.org/19470701faessay25403/x/the-sources-of-soviet-conduct.html>. Acesso em Outubro de 2006.

¹³ Cf. em especial destaca-se o item II, intitulado “*Fundamental Purpose of the United States*” (Finalidade Fundamental dos Estados Unidos) que reafirma sua ideologia fundacional: “na essência, a finalidade fundamental é assegurar a integridade e vitalidade de nossa liberdade livre, a qual foi fundada sob a dignidade e o valor individual”. *United States Objectives and Programs for National Security, NSC-68*. Washington: National Security Council, 1950. Cf.: <http://www.fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.htm>. Acesso em novembro de 2006.

¹⁴ Cf.: “For this generation of policymakers the grip of the old ideology was strengthened by two new formulations. One emphasized historical lessons that validated the old ideological vision. Those lessons, which were to guide policymakers in the 1940s and after, flowed from a historical mythology known as the great-cycle theory. Its proponents looked back with nostalgia to the high promise of the First World War, when the United States had moved toward mature, assertive foreign policy in keeping with national ideals and

A *teoria do grande ciclo*, utilizada pelos *policymakers* estadunidenses, defendia a crença de que algo deveria ser feito para assegurar a ordem ou estabilidade internacional para que não se repetisse o que ocorreu na Primeira e Segunda Guerra Mundiais. Para se evitar outro conflito mundial, os EUA deveriam assumir sua posição de mantenedor da paz, da democracia e da liberdade. Dessa forma, seguindo-se o raciocínio dessa teoria, “uma volta ao isolacionismo após a Segunda Guerra *certamente* levaria a outro conflito global¹⁵” (HUNT, 1987, p. 152, grifo do autor). Além do mais, a concepção do grande ciclo partia do pressuposto de que o SI estava dividido por Estados democráticos e, portanto, “amantes da paz” (*peace-loving states*), com a liderança estadunidense, e os não-democráticos, representados por atitudes agressivas e hostis no plano externo e políticas domésticas repressivas, tendo como principal exemplo a URSS. (Op. cit., p. 153).

Sendo assim, a PENA guiou-se pelas premissas da contenção, durante a segunda metade do século XX, apesar das distintas fases da Guerra Fria¹⁶ até seu fim, em 1989 (PECEQUILO, 2005, p. 207). A contenção apenas possuiu ressalvas como padrão de ação da PENA na *Détente* – afrouxamento das tensões entre as duas potências que ditavam a

growing national power (...) The other fresh formulation undergirding the old ideology was geopolitics (...) The old ideology, thus, doubly reinforced, shaped Cold War policy and inspired the most important expression of that policy, the doctrine of containment. Ideology defined for the advocates of containment the issue at stake: survival freedom around the world. That ideology also defined the chief threat to freedom: Soviet communism – which the United States had an incontestable obligation to combat”.

¹⁵ Cf.: “a retreat to isolationism after World War II would be certain to precipitate yet another global conflict”.

¹⁶ Convém lembrar que a Guerra Fria, segundo Pecequilo (2005), pode ser subdividida em cinco fases: *Confrontação* (1947-62), subdividindo-se em *Inicial* ou *Formativo* (47-55) e *Evolutivo* (1955-62); *Coexistência Pacífica* (1963-69); *Détente* (1969-79); *Confrontação Renovada* (1979-1985) e *Retomada do Diálogo* (1985-89). Não obstante, a criação da contenção se deu na fase da *Confrontação*, especificamente no período *Inicial*, com a presidência de Dwight Eisenhower (1953-61) transformando-a de uma política anti-soviética a uma política anticomunista, e de estratégia defensiva/preventiva para ativa (WILLIAMS, 1978, p. 245). As diferenças ou variações nas formas pelas quais os EUA buscavam a contenção da URSS, têm como exemplos o *brinkmanship* (a ameaça nuclear como pressão política contra a União Soviética) característico do governo John F. Kennedy (1961-63) bem delimitado no incidente de Cuba – a Crise dos Mísseis de 1962; e o *policy linkage*, estratégia de ação da PENA, criada na administração Richard Nixon (1969-74), tentativa de

ordem bipolar – na presidência democrata de Jimmy Carter (1977-81), quando houve um certo repúdio ao comportamento dos Estados Unidos, o que promoveu a demanda de um retorno aos “compromissos morais”, como a promoção da democracia. Hunt afirma que a ação externa dos EUA na administração de Carter criou um abismo (*gulf*) com a de Nixon.

Além do mais:

Carter entrou na Casa Branca compromissado, como Jefferson esteve antes dele, em refrear, somente, a política externa populista, confiante de que o mundo começava a ficar mais hospitaleiro para os valores americanos (...) Sua política ‘estava desenhada para servir a humanidade’ e fazer com que seus conterrâneos ‘sentissem orgulho em serem americanos’. Rejeitar acordos secretos e operações encobertas que vinham denegrindo a reputação das nações e a causa dos direitos humanos. Ele declarou que seu compromisso para essa causa era ‘absoluta’; trabalharia para proteger ‘o indivíduo do poder arbitrário do Estado’ não se limitando às fronteiras nacionais. Carter tinha esperança de que essa nova perspectiva restauraria para a política americana o apoio doméstico, devolvendo o prestígio nacional no exterior e alinhando os Estados Unidos com as *irresistíveis forças da liberdade e progresso*¹⁷.(HUNT, 1987, p. 184-5, grifos do autor).

No que tange à PENA no governo Carter, convém lembrar as crises internas como a dicotomia política entre dois importantes membros de seu *staff* : enquanto Cyrus Vance – Secretário de Estado – esforçava-se para continuar as negociações sobre o plano SALT¹⁸, seguindo as instruções do presidente, Zbigniew Brzezinski, Consultor de Segurança Nacional (*National Security Adviser*), desejava uma política de confrontação com a URSS, tendo como retórica os temas da autodeterminação e os direitos humanos (HUNT, 1987, p.

submissão soviética mediante a superioridade econômica norte-americana por meio das trocas comerciais internacionais.

¹⁷ Cf.: “Carter entered the White House committed, as Jefferson had been long before him, to a restrained, just, populist foreign policy, confident that the world was becoming an ever more hospitable place for American values (...) His policy would ‘be designed to serve mankind’ and make his countrymen ‘proud to be Americans’. That meant rejecting the resort to secret deals and covert operations that had recently sullied nation’s reputation and championing the cause of human rights. He declared that his commitment to this cause was ‘absolute’; he would work to shield ‘the individual from the arbitrary power of the state’ without regard, he implied, to national boundaries. Carter hoped this new approach would restore to America policy a popular base of support at home, burnish the tarnished national prestige abroad, and align the United States with the irresistible forces of liberty and progress everywhere”.

¹⁸ Os planos SALT (*Strategic Arms Limitation Talks*) referiam-se aos acordos de controle de armas, em especial os mísseis balísticos intercontinentais, entre a URSS e os EUA, compostos por duas rodadas: a primeira, denominada de SALT I, com o início das negociações em 1969 (Helsinki) e fim em 1972, com a assinatura do tratado entre Leonid Brezhnev (URSS, 1964-82) e Gerald Ford,(1974-77), na cidade de

185). No final de 1979, no entanto, houve uma volta ao confronto, já que no mesmo ano percebia-se o *military build-up*¹⁹ soviético. Dessa forma, a PENA assume uma orientação hegemônica, um confronto permanente, onde os preceitos do presidente Carter – os direitos humanos e individuais – são utilizados como pretexto para o enfrentamento, segundo as premissas de contenção da União Soviética.

O mandato de Ronald Reagan (1981-89) tem início na fase de Confrontação Renovada (1981-85). Sua principal medida no tocante às relações interestatais entre as potências rivais, o *military build-up* americano²⁰, elemento fundamental da estratégia para a superação da URSS e eliminação da vulnerabilidade militar norte-americana. Pecequilo (2005, p. 207) considera que esse plano estratégico foi uma das causas do fim da Guerra Fria, pois “ao tentar acompanhar o ritmo da corrida armamentista imposta pelos Estados Unidos, a União Soviética descobriu que não possuía nem recursos nem tecnologia para fazê-lo novamente, devendo abrir mão da disputa”. Mantém-se também com Reagan²¹ a idéia do excepcionalismo americano, a *old ideology* ou ideologia fundacional, na PENA combinada à sua superioridade militar e nuclear, resultando um fortalecimento do poder e da “missão” norte-americana no mundo (HUNT, 1987, p. 188), (PECEQUILO, 2005, p. 207).

Vladivostok (URSS), seguida pelo SALT II, cujas conversações começaram em 1972, concluídas com a assinatura em 18 de junho de 1979, entre Carter e Brezhnev em Viena, Áustria.

¹⁹ O *military build-up* refere-se a medidas tomadas pelos governos com o objetivo de aumentar a capacidade para produzir armas ou aumento da tropa, logística e etc., lógica que perdurou durante toda a Guerra Fria. O *build-up* é um retorno à corrida armamentista empreendida pelos EUA e a URSS. Após esse incremento bélico, a URSS invade o Afeganistão, o que provocou uma reação da parte dos EUA, como um embargo aos soviéticos e a perda do esforço por parte do executivo norte-americano na busca da ratificação pelo Senado do acordo SALT II (HUNT, 1987, p. 186).

²⁰ O exemplo emblemático do *military buildup* estadunidense é o programa Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE), também denominado programa “Guerra nas Estrelas”.

²¹ Convém lembrar a célebre referência de Reagan à URSS de “Império do Mal” (*Evil Empire*) remetendo a uma concepção maniqueísta do mundo, onde o “Bem” diria respeito ao mundo capitalista, democrático e o “Mal” o bloco socialista (GALLO, 2004, p. 71-73).

Com o fim da Guerra Fria – tendo por marco a queda do Muro de Berlim em 1989 – e a desarticulação da URSS, o princípio que sempre orientou a PENA, a contenção, revelou-se anacrônico, pois se desenhava um novo contexto se apresentava que exigia dos EUA a reformulação de sua política externa.

3.1.3 O pós-Guerra Fria: 1989-2000.

A partir do desmembramento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a PENA – regida pela idéia de conter a expansão soviética – não mais se adaptava a esse novo contexto. Os anos de 1990 representaram a vitória do liberalismo – ou liberalismo centrista e sua mais “nova” forma, o neoliberalismo – sobre o socialismo. As transformações do capitalismo²², a perda da liderança econômica mundial²³, além das alterações políticas no âmbito internacional, o fim do “mundo bipolar”, definiram o cenário pós-Guerra Fria. O imperativo de reajuste das ações no exterior não se restringiu aos EUA: tanto as políticas quanto as prioridades externas das demais nações também precisaram ser revistas (PECEQUILO, 2005, p. 246).

No que se refere à PENA, seu padrão internacionalista parecia estar ameaçado, pois houve dissenso no campo político estadunidense, com o retorno à postura isolacionista como estratégia hegemônica. Assim, “os partidários da corrente isolacionista pregavam o

²² Transformações apresentadas no primeiro capítulo do presente trabalho, como os processos de globalização e transnacionalização, por meio do conceito de globalismo (IANNI, 2004),(KEOHANE e NYE, 2002), implicando a quebra do monopólio estatal nas relações internacionais.

²³ Pecequilo (Op. cit. p. 247) apresenta a idéia de que os EUA perdem a liderança na economia internacional. Para Ornelas (2002, p. 99) a década de 1990 foi o momento no qual ocorreu um processo de renovação dessa liderança mediante a exitosa atuação das ETNs norte-americanas. O mesmo autor explicita que é nesse período que essas empresas tiveram sucesso em suas atividades, em especial as industriais, controlando “porções essenciais da atividade econômica mundial, dando uma base material para a expansão estadunidense nas outras dimensões da hegemonia (militar, política e cultural)” (ORNELAS, 2002, p. 102). Cf.: “porciones

slogan da ‘America first’, com a retirada das tropas estacionadas no exterior, na Europa e na Ásia [prática oriunda da contenção], a diminuição considerável dos gastos com defesa e uma maior atenção à competição econômica representada na Guerra Fria nessas mesmas regiões” (PECEQUILO, 2005, p. 258). Percebe-se a preocupação com a performance dos EUA na economia internacional, que foi uma das armas utilizadas contra a URSS (*policy linkage* do *policymaker* Henry Kissinger, secretário de Estado da administração Nixon). Os EUA partem para uma política externa unilateral – tradição primordial da PENA segundo Williams (1978) – todavia, nas estruturas cooperativas, multilaterais, criadas no contexto do pós-1945 com o objetivo de construção da ordem internacional. Contudo, no plano da política internacional um dos reajustes da PENA foi a substituição da “ameaça vermelha” pelos *rogue states*, os “estados imprevisíveis”, “não confiáveis” (aos interesses estadunidenses) como a Líbia, o Irã, o Iraque e a Iugoslávia²⁴.

A política externa tanto no mandato republicano de George Bush (1989-93) quanto nos dois do democrata William “Bill” Clinton (1993-2001), a estabilidade do SI como pré-requisito para a segurança interna, tema constante do engajamento externo, manteve-se intacto (PECEQUILO, 2005, p. 265) como também a ideologia da “missão” dos EUA em

esenciales de la actividad económica mundial, dando una base material a la expansión estadounidense en las otras dimensiones de la hegemonía (militar, política y cultural)”.

²⁴ A substituição da ameaça soviética por outros inimigos é descrita por Clarke (1995, p. 4) como “síndrome da superpotência restante” devido à incapacidade em lidar com um cenário em que o desempenho econômico norte-americano é superado por outros Estados – não se faz presente mais a liderança econômica dos EUA – e a ameaça de *forças transnacionais*, entendidas enquanto ameaças provindas do terrorismo e do narcotráfico (BANDEIRA, 2006, p 482). Não se pode esquecer de desdobramentos como a longa guerra entre o Irã e o Iraque iniciada em meados de 1980, onde o Irã era o *rogue state*, já que vinha de uma revolução religiosa islâmica, com a ascensão ao poder dos aiatolás, que depôs o xá Rhexa Palevi, um dos “pilares estratégicos” dos EUA na região que concentra as maiores reservas de petróleo no mundo. No caso da Líbia, o golpe de Estado de Muammar Al-Qadhafi em 1º de Setembro de 1969 derrubou Muhammad Al-Sousi (Idris I) e “pretendia organizar o que chamou de *Jamhiriyyat* (Estado das massas), uma espécie de democracia direta, baseada no poder do povo, ‘sem substituto nem representação’”(BANDEIRA, op. cit, p. 463), como disposto no *Livro Verde*. Ao mesmo tempo, Qadhafi teve uma postura anti-americana – tendência característica na década de 1970 dos governos do Oriente Médio, com exceção de Israel, Emirados Árabes, Arábia Saudita e Kuwait.

promover a democracia mediante a defesa do “livre mercado global” (Idem, p. 292). Essa continuidade também é explicitada por Bandeira (2006, p. 556):

Clinton não alterou, essencialmente, a política internacional, desenvolvida por George Bush, e optou pelo *assertive multilateralism* [multilateralismo afirmativo], i. e., o uso da força armada pelos Estados Unidos, caso a diplomacia coercitiva não obtivesse resultado (...) na ONU (...) em que tiranias e regimes democráticos não se diferenciavam. De acordo com tal diretriz, os Estados Unidos, liderando outros sócios da OTAN, efetuaram o bombardeio contra as forças da Sérvia, na Iugoslávia, em 1994 e 1995. E Clinton ordenou, em setembro de 1994, a *Operation Uphold Democracy* [Operação Apoiar a Democracia], invadindo o Haiti, após o Conselho de Segurança da ONU (31/7/1994) aprovar o uso de ‘*all necessary means*’ [‘todos os meios necessários’] a pretexto de restaurar a ordem democrática naquele país, intervenção esta de importância estratégica, baseada na U. S. National Strategy of Engagement and Enlargement. Ele [Clinton] nunca descartou a possibilidade de uma intervenção unilateral, caso os Estados Unidos sentissem seus interesses ameaçados.

Além disso, o presidente Clinton, em discurso proferido na Universidade de Oklahoma (*Second Inaugural Address*) em 20 de janeiro de 1997, evidencia a *old ideology*, o Destino Manifesto e a caracterização dos EUA como um *beacon* orientando o resto do mundo:

Devemos manter nossa velha democracia sempre jovem. Guiados pela antiga visão da terra prometida, vamos estabelecer os sinais de uma terra com uma nova promessa (...) Então, em uma comoção e triunfo, a promessa eclodiu no palco mundial fazendo desse século o Século Americano. (...) A América transformou-se na mais poderosa força industrial, salvando o mundo da tirania, de duas guerras mundiais e uma longa Guerra Fria; e tem alcançado, continuamente através do globo milhões que, como nós, têm desejado as bênçãos da liberdade (...) Nesses quatro anos [primeiro mandato de Clinton, de 1993 a 1997] temos sido tocados pela tragédia, animados pelo desafio, fortalecidos pelo que foi alcançado. A América permanece como a única nação indispensável ao mundo²⁵ (CLINTON, 1997).

²⁵Cf.: “We must keep our old democracy forever young. Guided by the ancient vision of a promised land, let us set our sights upon a land of new promise (...) Then, in turmoil and triumph, that promise exploded onto the world stage to make this the American Century. (...) America became the world's mightiest industrial power; saved the world from tyranny in two world wars and a long cold war; and time and again, reached out across the globe to millions who, like us, longed for the blessings of liberty (...) In these four years, we have been touched by tragedy, exhilarated by challenge, strengthened by achievement. America stands alone as the world's indispensable nation”. CLINTON, W. *Second Inaugural Address to the University of Oklahoma Center of Law*. 20 de Janeiro de 1997. Cf.: <http://www.law.ou.edu/ushistory/clinton2.shtml>. Acesso em Novembro de 2006.

Dessa forma, a ideologia se reproduz na PENA ao longo da história norte-americana. A *old ideology* – o conjunto formado pela idéia da excepcionalidade da experiência norte-americana (democracia, a “república dinâmica” e a liberdade) mais o Destino Manifesto – foi adaptada, realimentando a PENA no intuito de justificar, legitimar as diferentes ações dos Estados Unidos, mesmo quando o horizonte histórico se apresentava antagônico a esse conjunto ideológico.

3.2 A PENA no primeiro mandato do governo George W. Bush (2001-2004): contexto histórico e a Invasão do Iraque.

3.2.1 A PENA de George W. Bush (2001-2004) e o novo contexto.

As atuações externas norte-americanas foram descritas levando-se em consideração os principais elementos definidores de seu contexto, ou, em outras palavras, o momento histórico característico dos EUA segundo uma ordem sociometabólica inerente ao modo de produção capitalista, com seus antagonismos estruturais e contradições resultantes, assim explicitando a processualidade e totalidade da história.

No que se refere ao tema “Invasão do Iraque”, por exemplo, suas ações, enquanto expressão da política externa estadunidense, se desenvolvem em um novo momento ou quadro societal – abarcando as esferas nacionais e internacionais – denominado globalismo ou sociedade global. Dessa forma, o SI é entendido agora como uma sociedade que se estabelece mediante relações – de caráter multidimensional – que ultrapassam fronteiras

nacionais. Com isso, as ideologias ou as “idéias” migram ou circulam como fluxos ao redor do globo, como propõe Ianni (2004, p. 303-5):

O processo de globalização aparece de forma particularmente acentuada no âmbito das ideologias que se criam e recriam, ou mesclam e digladiam. São ideologias nas quais convivem utopias, nostalgias e escatologias, em geral decantando ou exorcizando o jogo das forças sociais que fermentam os novos quadros sociais e mentais de referência. (...) Ocorre que realmente está em causa a gênese de uma nova época da história dos povos e nações, compreendendo tribos e nacionalidades, modos de vida e possibilidades de ser, condições de pensamento e perspectivas de imaginação.

Para Ramonet (2003) teve início um novo período da história a partir da queda do Muro de Berlim e da União Soviética, desde os aspectos políticos aos econômicos. No que tange à PENA, nesse novo processo de expansão do capitalismo, a transição da política externa dos EUA do pós-Guerra Fria para o início do século XXI foi marcada pela ausência de um “inimigo a combater” – lógica da política da contenção – e por uma conjuntura caracterizada pela transnacionalização e a globalização. Pecequilo (2005, p. 246) traz à tona as necessidades de adaptação da PENA a esse novo cenário e enfatiza a perda de liderança na competição econômica internacional. Com a desarticulação da URSS, houve a hegemonia do liberalismo centrista, que de acordo com Wallerstein (2003, p. 443) é a “metalinguagem auto-evidente do sistema mundial”. Dessa forma “a Guerra Fria não era um jogo a ser vencido, mas um minueto a ser dançado (...) [e] suprimiu o último sustentáculo da hegemonia e da prosperidade dos Estados Unidos: o escudo soviético” (WALLERSTEIN, 2004, p. 196).

É nesse contexto que George Walker Bush torna-se presidente dos Estados Unidos da América em 2001. Para Pecequilo (2005, p. 359), o pleito de 2000 das eleições à presidência dos Estados Unidos:

Revelou as contradições da maior democracia do mundo, as fragilidades de seu sistema político e reajuste de forças de grupos internos, opondo moderados de ambos os partidos e

os neoconservadores republicanos: como resultado dessas tensões presenciou-se a vitória neoconservadora, levando à implantação de uma série de reformas internas e externas, cujas conseqüências geram impactos diretos sobre a América e o mundo.

Wallerstein (1995, 2004) e Pecequilo atestam que o fim da Guerra Fria possibilitou a expansão e o crescimento dos *neoconservadores*, ou *neocons*, políticos do partido republicano que após a queda do Muro de Berlim desejavam uma postura agressiva no âmbito internacional para assegurar e alcançar os “interesses norte-americanos”:

Remanescentes da Era Reagan, e responsáveis por suas políticas neoliberais na economia (corte de impostos, encolhimento do Estado de Bem-Estar, aumento dos gastos em defesa), endurecimento e militarização no setor externo, balizados por uma retórica messiânica e religiosa, os neoconservadores tiveram sua trajetória ascendente deste período dos anos 1980 interrompida pelos governos seguintes de Bush pai e Clinton. Minoritários dentro do partido republicano, os neoconservadores foram afastados da linha de frente da política, mantendo sua organização e influência em setores como o energético e o militar (PECEQUILO, 2005, p. 360).

Apesar de conturbada – e contestada – a vitória de Bush representou a ascensão dos *neocons* ao poder, identificados como representantes de dois grupos de interesse bem delimitados: o setor petrolífero e o complexo militar-industrial (BANDEIRA, 2006, p. 647), (HARVEY, 2004, p. 24), (MÉSZÁROS, 2002), (PECEQUILO, 2005, p. 360).

Assumindo a presidência em 2001, Bush empossou algumas personagens que se desenvolveram durante os últimos anos da Guerra Fria, denominados por Bandeira de *hard-liners* (os linha-duras): Dick Cheney, como vice-presidente; Donald Rumsfeld, como Secretário de Defesa; Paul Wolfowitz, membro do Departamento de Defesa; Condoleezza Rice, especialista em assuntos relacionados à Rússia e Leste europeu – que participou do governo de Bush “pai” e de empresas do setor de defesa e energético – Conselheira de Segurança Nacional e Collin Powell, como secretário de Estado – entretanto em posição secundária, pois era considerado “pomba moderada republicana” pelos *hard-liners* ou

“falcões neoconservadores”²⁶. Essa configuração da Administração Bush repercutiu de imediato na comunidade internacional, pois deixava clara a ligação da presidência com os setores armamentista e energético.

Em relação à PENA, há o *internacionalismo diferenciado*:

No campo externo, a plataforma foi denominada de Internacionalismo Diferenciado. Em campanha, Bush indicou a desmoralização e o enfraquecimento da posição hegemônica dos Estados Unidos provocados pelas atitudes complacentes e tímidas dos democratas. (...) O momento unipolar, a força unilateral estavam sendo desperdiçados em meandros burocráticos e temas secundários como meio ambiente (PECEQUILO, 2005, p. 364).

Condoleezza Rice em campanha para a eleição de Bush em 2000 apresenta sucintamente os parâmetros de ação da PENA, segundo o internacionalismo diferenciado:

A política externa norte-americana na administração republicana deve voltar a enfatizar os interesses dos Estados Unidos na perseguição de prioridades chave (...): assegurar que o poder militar americano possa desencorajar a guerra, projetando seu poder e lutando para a defesa de seus interesses se a tentativa de conter falhar; promover o crescimento econômico e abertura política estendendo o livre comércio e um sistema monetário internacional estável para todos aqueles que se comprometeram com tais princípios, incluindo o hemisfério ocidental, (...) freqüentemente negligenciado como área vital ao interesse nacional dos EUA; renovar um efetivo e íntimo relacionamento com os aliados que partilham os valores americanos e que podem, então, dividir a tarefa de promover a paz, prosperidade e liberdade; focar as energias dos EUA em amplas relações com as grandes potências, particularmente a Rússia e a China que podem e irão moldar o caráter do sistema político internacional; e enfrentar decisivamente a ameaça oriunda dos regimes imprevisíveis e as potências hostis que cada vez mais tomam a forma potencial do terrorismo e do desenvolvimento de armas de destruição em massa²⁷ (RICE, 2000, p. 2).

²⁶ As designações “falcões” e “pombas” tornaram-se clássicas da PENA, aparecendo pela primeira vez no momento da Guerra com a Grã-Bretanha (1812-1814). O motivo para conflito, além das querelas comerciais, foi a conquista de territórios no Canadá. Os “falcões” seriam todos os que apóiam um política externa ativa, agressiva e de intervenção – os adeptos das guerras como meios para obtenção do interesse nacional – e as “pombas”, os que não desejavam tal postura.

²⁷ Cf.: “American foreign policy in a Republican administration should refocus the United States on the national interest and the pursuit of key priorities. These tasks are: to ensure that America’s military can deter war, project power, and fight in defense of its interests if deterrence fails; to promote economic growth and political openness by extending free trade and a stable international monetary system to all committed to these principles, including in the western hemisphere, which has too often been neglected as a vital area of U.S. national interest; to renew strong and intimate relationships with allies who share American values and can thus share the burden of promoting peace, prosperity, and freedom; to focus U.S. energies on comprehensive relationships with the big powers, particularly Russia and China, that can and will mold the character of the international political system; and to deal decisively with threat of rogue regimes and hostile powers, which is increasingly taking the forms of the potential for terrorism and the development of weapons of mass destruction”.

Sendo assim, na administração Bush houve a criação de uma agenda para os *rogue states*, da qual o Iraque fazia parte, além da definição de um posicionamento no campo internacional mais agressiva, de “falcões”, utilizando-se do *hard power*²⁸ – “poder duro”, poder militar - como condizente ao *status* dos EUA de “única superpotência do mundo” (NYE JR, 2002, p. 14).

Não obstante, os eventos de 11 de Setembro de 2001 acabaram por acelerar as intenções da PENA na administração *neocoon*, além da quebra daquilo que vinha sendo há tanto tempo seu tema de engajamento: a segurança nacional, que sempre era objeto de preocupação e também um dos elementos da assunção internacionalista dos Estados Unidos. Ramonet (2003, p. 63) descreve as conseqüências dos atentados à política externa estadunidense,

Atacados pela primeira vez em casa, no santuário de sua própria metrópole e de modo particularmente mortífero, os Estados Unidos decidiram reagir, alterando a política internacional. Temendo, inicialmente, uma réplica precipitada e impulsiva, o mundo suspendeu o fôlego. Entretanto (...) os Estados Unidos conseguiram manter o sangue frio e souberam aproveitar a emoção internacional e a solidariedade expressas por quase todas as chancelarias (com notável exceção do Iraque) para reforçar sua hegemonia planetária.

Pecequilo (2005, p. 391) argumenta que a PENA “antes mesmo do 11 de Setembro a América vivia um momento unipolar (...) os atentados legitimaram esse padrão, validado pelos falcões neoconservadores que passam, com mais confiança e agressividade, a definir a nova agenda internacional”. A “Guerra contra o Terror” foi proclamada em 06 de Outubro de 2001 e preparou a invasão do Afeganistão, realizada no dia seguinte. Segundo Bandeira (2006, p. 641-2), essa “Guerra” se caracterizou pelo “ressurgimento” de um “inimigo a combater”, na velha fórmula da contenção: o terrorismo. No caso do

²⁸ A postura de ação externa, o poder exercido, segundo Nye Jr pode ser mediante o *hard power* – utilização da força militar – e o *soft power*, um exercício mais “brando”, caracterizando-se como o poder de barganha na assinatura de acordos e tratados, a dominação cultural e etc. (NYE JR, 2002).

Afeganistão, os EUA demonstraram uma política externa unilateral: “os Estados Unidos apresentam uma clara escolha a cada nação: ou estão com o mundo civilizado ou estão com os terroristas²⁹”. E caso as nações não escolhessem o “mundo civilizado”, então “pagariam um preço caro³⁰”. Após a ameaça à comunidade de Estados, o “passo seguinte” foi a invasão do território afegão para destituir o regime Talebã, que apoiava o terrorismo, e capturar Osama Bin Laden, líder da Al-Qaeda, grupo responsável pelos acontecimentos de 11 de setembro. Todas as decisões legitimadas³¹ em grande parte pelo impacto provocado pelos atentados³².

Em continuação a uma PENA agressiva e unilateral, tem início a invasão ao Iraque em 20 de março de 2003, sem apoio da comunidade internacional (RAMONET, 2003, p. 63) com exceção do Reino Unido, Austrália e Portugal.

3.2.2 A “Guerra” do Iraque: os reais motivos.

Alguns autores defendem a idéia de que os EUA, apesar de seu *status* de “única superpotência”, devem participar das relações internacionais de forma cooperativa, multilateral, buscando a manutenção de seu interesse nacional mediante o *soft power* caracterizado em seis pontos, depois do 11 de setembro:

1. conservar o equilíbrio do poder em regiões importantes;
2. promover uma economia internacional aberta;
3. preservar os bens comuns internacionais;
4. manter as normas e

²⁹Cf.: “The United States is presenting a clear choice to every nation: Stand with the civilized world, or stand with the terrorists”. BUSH, G. W. *Radio Address of the Presidente to the Nation*. 06 de Outubro de 2001. Cf.: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2001/10/20011006.html>. Acesso em Junho de 2005.

³⁰Cf.: “there will be a heavy price”.

³¹ Convém lembrar que o ataque foi realizado pela *Força de Assistência para a Segurança Internacional (International Security Assistance Force)*, com o apoio da OTAN.

³² Merece destaque o fato de que o “11 de setembro” foi também denominado o “dia da infâmia”, expressão para lembrar o ataque japonês a *Pearl Harbor*, estopim para a entrada norte-americana na Segunda Guerra Mundial.

instituições internacionais; 5. contribuir com o desenvolvimento econômico e; 6. Atuar como fomentadores de coalizões e mediadores de disputas (NYE JR, 2002, p. 238).

Essa procura por parceiros foi verificada na “luta contra o terror” com esforços norte-americanos para formar uma coalizão global contra o terrorismo internacional³³, com a qual a invasão do Afeganistão foi possível.

No caso do Iraque, não se verificou o papel dos Estados Unidos como “fomentadores de coalizões e mediadores de disputas”. Ao invés disso, o que ocorreu foi o rechaço por parte dos governos ao redor do mundo, tendo maior significância o repúdio dos aliados históricos, como a França.

Se a invasão ao Afeganistão teve apoio internacional e ao Iraque não, o ponto comum aos dois eventos – além de ambos serem caracterizados como uma luta antiterror³⁴ - de que é o fato de que as duas regiões são importantes reservas energéticas, sendo a Ásia Central (Afeganistão) rica em gás e o Iraque – o Oriente Médio de maneira geral – com uma grande jazida petrolífera³⁵ (BANDEIRA, 2006, p. 640). Segundo Ceceña (2002, p. 172):

O Oriente Médio, junto com a área euro-asiática e da Ásia Central, concentram 75% dos recursos mundiais. (...) Geograficamente, a localização dos depósitos e de fontes geradoras de energia se convertem então em um dado fundamental para a orientação da política internacional [política externa] dos Estados Unidos e rege em grande medida seus movimentos de logística militar³⁶.

³³ O apelo ao multilateralismo, mesmo a contragosto dos *neocons*, foi de fundamental importância para legitimar as ações da PENA e torná-las mais efetivas como exemplificado no caso do Afeganistão em 2001 (PECEQUILO, 2005, p. 377).

³⁴ Paul Wolfowitz associou Osama Bin Laden a Saddam Hussein, tentando imputar a este a ação conjunta aos ataques terroristas de 11 de setembro (PECEQUILO, 2005, p. 377).

³⁵ Mapa da distribuição dos recursos energéticos no mundo, em anexo, p. 134 (CECEÑA, p. 174).

³⁶ Cf.: “Medio Oriente, junto com el área euasiática y de Asia Central, sigue concentrando el 75% de los recursos mundiales. (...) Geograficamente, la localización de yacimientos y de fuentes generadores de energía se convierte entonces en un dato fundamental para la orientación de la política internacional de Estados Unidos y rige en gran medida sus movimientos de logística militar”.

O petróleo é um dos temas de segurança nacional da PENA (PECEQUILO, 2005, p. 411), e como seu controle possibilita a manutenção da posição hegemônica estadunidense (CECEÑA, 2002, p. 171), esse expediente serviu como principal motivo para a invasão do Iraque. Ornelas (2002, p. 99) argumenta que as ETNs estadunidenses tiveram grande êxito na economia internacional, configurando um processo de renovação de sua dominância, fundamental à hegemonia norte-americanas, pois “as empresas industriais [transnacionais] desse país controlam porções essenciais da atividade econômica mundial, dando uma base material para a expansão estadunidense nas outras dimensões da hegemonia³⁷” (Ibid. p. 102). A Tabela 03 evidencia a primazia das ETNs americanas petrolíferas em relação às demais transnacionais de outros Estados:

Tabela 03

Distribuição por países da indústria petrolífera

	Número de Empresas	Vendas (milhões de US\$)	Lucros (milhões de US\$)
<i>Estados Unidos</i>	31,0%	39,8%	39,0%
<i>Japão</i>	10,6%	6,5%	1,1%
<i>Alemanha</i>	3,9%	3,0%	0,7%
<i>Reino Unido</i>	7,9%	17,9%	21,7%
<i>França</i>	3,1%	6,0%	4,0%
<i>Os cinco</i>	56,5%	73,1%	66,5%
<i>Outros</i>	43,5%	26,9%	33,5%

³⁷ Cf.: “las empresas industriales de ese país controlan porciones esenciales de la actividad económica mundial, dando una base material a la expansión estadounidense en las otras dimensiones de la hegemonía”.

<i>Total</i>	70,2	98, 718	44, 064
--------------	------	---------	---------

Fonte: ORNELAS, 2002, p. 107.

Assim, as ETNs estadunidenses detêm 40% das vendas totais além de 39% do lucro total obtido. Contudo, a base de preocupação dos EUA é a diversidade – presença de diferentes agentes – do setor petrolífero atual, indicada na tabela supracitada como “Outros³⁸”, representando mais de 40% do total de empresas além de 27% das vendas totais.

Esta diversidade dos principais agentes da atividade petroleira deve ser considerada como uma das razões profundas que levam o Estado estadunidense a buscar novas fontes de provisão. No meio de uma exitosa transformação de sua liderança econômica, os agentes hegemônicos constataam que a indústria petroleira é uma fonte potencial de instabilidade³⁹ (ORNELAS, 2002, p. 103).

Possuindo a segunda maior reserva mundial (11%) e com um “petróleo de excelente qualidade e fácil e barato de extrair (...) substituir Saddam por um leal Estado vassalo daria obviamente aos EUA e à sua indústria petrolífera um controle maior das fontes de petróleo do mundo” (MANN, 2006, p. 282).

Além da relevância geoestratégica⁴⁰ e econômica, a questão “petróleo” já é tema constante da PENA, como bem atesta Harvey (2004, p. 26):

Para todo o conceito de controle global elaborado durante a Segunda Guerra Mundial, era fundamental o controle do Oriente Médio, considerado parte do antigo Império Britânico, e absolutamente essencial para o controle econômico, militar e político do globo – não sendo o motivo menos importante o fato de ser ele o repositório da maioria das reservas de petróleo comprovadas do mundo. Os Estados Unidos iniciaram então uma longa série de operações declaradas e encobertas na região durante a década de 1950, tendo a principal sido a derrubada em 1953 do governo iraniano democraticamente eleito de Mossadegh, que nacionalizara companhias de petróleo de propriedade estrangeira. O sucesso das iniciativas norte-americanas foi claro. Entre 1940 e 1967, empresas dos EUA aumentaram seu controle

³⁸ Como exemplos, as ETNs petroleiras do Brasil, México e Venezuela corresponderam a 8% das vendas totais e quase 10% dos lucros totais.

³⁹ Cf. : “Esta diversidad de los principales agentes de la actividad petrolera debe ser considerada como una de las razones profundas que llevan al estado estadounidense a buscar nuevas fuentes de aprovisionamiento. En medio de una exitosa transformación de su liderazgo económico, los agentes hegemónicos constatan que la industria petrolera e una fuente potencial de inestabilidad”.

⁴⁰ Ornelas (2002, p. 105) defende a tese de que a intervenção no Afeganistão, assim como a do Iraque, serviram para conter e debilitar o avanço da China na região, uma estratégia para impedir o acesso a recursos essenciais para a consolidação econômica e geoestratégica chinesa.

das reservas de petróleo do Oriente Médio de 10% a algo próximo de 60%, ao mesmo tempo em que as reservas sob controle britânico caíram de 72% em 1940 a 30% em 1967.

Por mais que “dentro da estratégia de construção da hegemonia, as iniciativas e as visões das grandes corporações tenham predominado” (ORNELAS, 2002, p. 104), a presença do Estado continua fundamental (MÉSZÁROS, 2002), sendo o caso do Iraque um exemplo do atual momento histórico capitalista, onde a expansão sob a forma do capital transnacionalizado é um imperativo estrutural, expressando suas contradições em dimensão global.

3.3 As justificativas para a Invasão do Iraque: as supostas armas de destruição em massa e a *old ideology*.

Sem a legitimação da opinião pública internacional e com interesse de obter o consenso interno, a *old ideology* – a ideologia fundacional, a experiência americana, e o Destino Manifesto e o wilsonianismo – torna-se importante elemento justificador para ação militar no Iraque. No discurso do “estado da União” (*State of the Union*) de 29 de Janeiro de 2002 no Senado norte-americano, Bush dá o tom sobre o Iraque e o governo de Saddam Hussein,

Nossa nação continua determinada, paciente e persistente na busca de dois grandes objetivos. O primeiro, derrubar os campos terroristas, desfazer planos terroristas e trazer os terroristas para serem julgados. E, segundo, devemos nos prevenir dos terroristas e dos regimes que estão atrás de armas químicas, biológicas ou nucleares para ameaçar os Estados Unidos e o mundo. (...) O Iraque continua a ostentar sua hostilidade contra a América e a apoiar o terror. *O regime iraquiano tem desenvolvido antraz, gás sufocante e armas nucleares por mais de uma década.* Esse é um regime que tem usado gás venenoso para matar milhares de seus próprios cidadãos – deixando os corpos das mães jogados em cima de seus filhos mortos. Esse é um regime que concordou com as inspeções internacionais [ONU] – e então enxotou esses inspetores. Esse é um regime que tem algo a esconder do mundo civilizado. *Estados como esse, e seus aliados terroristas, constituem o eixo do mal, que estão se armando para ameaçar a paz mundial. Na busca das armas de destruição em*

*massa, esses regimes se apresentam como um perigo grave e crescente*⁴¹ (BUSH, 2002a, grifos do autor).

O que se constata nesse discurso é a primeira e “mais racional” (PECEQUILO, 2005, p. 404) justificativa para a invasão de 2003: a suposta produção *das armas de destruição em massa* (ADMS) por parte do Iraque. Sobre as “ADMS produzidas pelo Iraque”, em 5 de fevereiro de 2003, o então Secretário de Defesa norte-americano Collin Powell apresenta os argumentos sobre o “fracasso para desarmar o Iraque” (*fail to disarm*), já que Hussein barrava a entrada dos inspetores depois da Resolução 1441⁴² do Conselho de Segurança da ONU:

Meus colegas, temos a obrigação para com nossos cidadãos, temos uma obrigação para com este corpo [Conselho de Segurança] para exigir que nossas resoluções sejam cumpridas. Escrevemos a resolução 1441 não com o objetivo de ir para a guerra, escrevemos esse documento para tentar *preservar a paz*. *Escrevemos a 1441 para dar ao Iraque uma última chance*. *O Iraque não está tão distante em obter sua última chance*. Não devemos recuar diante do que se apresentar à nossa frente. Não podemos fracassar em *nosso dever e responsabilidade* para com os cidadãos de nossos países representados por este corpo⁴³ (POWELL, 2003, grifos do autor).

⁴¹ Cf.: “Our nation will continue to be steadfast and patient and persistent in the pursuit of two great objectives. First, we will shut down terrorist camps, disrupt terrorist plans, and bring terrorists to justice. And, second, we must prevent the terrorists and regimes who seek chemical, biological or nuclear weapons from threatening the United States and the world. (...) Iraq continues to flaunt its hostility toward America and to support terror. The Iraqi regime has plotted to develop anthrax, and nerve gas, and nuclear weapons for over a decade. This is a regime that has already used poison gas to murder thousands of its own citizens -- leaving the bodies of mothers huddled over their dead children. This is a regime that agreed to international inspections -- then kicked out the inspectors. This is a regime that has something to hide from the civilized world. States like these, and their terrorist allies, constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a grave and growing danger”.

⁴² Essa resolução diz respeito à conclusão pelo Conselho de Segurança da ONU de que o governo do Iraque durante uma década não cumpriu os requisitos e ações necessárias que caracterizavam o desarmamento (os mísseis intercontinentais e as ADMS), ou como disposto pelo Conselho, “a recusa do Iraque em cooperar com os inspetores da ONU” (RES 1441, p. 3). *United Nations’ Security Council, Resolution 1441*. 8 de novembro de 2002.

⁴³ Cf.: “My colleagues, we have an obligation to our citizens, we have an obligation to this body to see that our resolutions are complied with. We wrote 1441 not in order to go to war, we wrote 1441 to try to preserve the peace. We wrote 1441 to give Iraq one last chance. Iraq is not so far taking that one last chance. We must not shrink from whatever is ahead of us. We must not fail in our duty and our responsibility to the citizens of the countries that are represented by this body”.

As ADMs enquanto tema de política externa sempre fez parte da estrutura de poder internacional. Arelado a esse elemento justificador, pautado na premissa do padrão histórico da PENA a partir do internacionalismo, a estabilidade do SI implicando em segurança nacional, tanto nas palavras do secretário de Estado quanto nas de Bush, fazem-se presentes as idéias da excepcionalidade norte-americana e de seu “destino” de “promover e garantir a paz mundial” além do “mundo civilizado” do qual os EUA são o seu *beacon* e líder, “zelando pelo cumprimento” dos acordos no escopo dos foros internacionais. Nesse mesmo sentido, Dick Cheney destaca o papel dos Estados Unidos no mundo (passado e presente) durante a *103ª Convenção Nacional dos Veteranos de Guerras Externas*, realizada em 26 de agosto de 2002, entretanto focando sobre os motivos para ação militar em território afegão:

Em outros tempos o mundo viu como os EUA bateu seus inimigos selvagens e depois ajudou a reconstruir seus países, constituindo fortes relações entre as pessoas e seus governos. Hoje, no Afeganistão, o mundo está vendo que os atos estadunidenses não são para conquistar mas para *liberar* e fazendo com que permaneça a amizade para ajudar a construir um *futuro de estabilidade, autodeterminação e paz*⁴⁴ (CHENEY, 2002).

Os elementos da ideologia wilsoniana, da “paz” e da “autodeterminação dos povos” figuram junto com a “liberdade”, componente histórico da ideologia fundacional dos EUA. O que se percebe é a constante identificação/confusão dos Estados Unidos como “mundo”. Se Saddam Hussein é um “perigo” aos norte-americanos – leia-se interesses norte-americanos – então, por uma lógica que tem como princípio de que o experimento sob o qual se unem as Treze Colônias em 1776 é “excepcional”, o “exemplo ao resto do mundo”, configura-se da mesma forma aos “demais Estados”, sendo “uma séria ameaça aos Estados

⁴⁴ Cf.: “In other times the world saw how the United States defeated fierce enemies, then helped rebuild their countries, forming strong bonds between our peoples and our governments. Today in Afghanistan, the world is seeing that America acts not to conquer but to liberate, and remains in friendship to help the people build a future of stability, self-determination, and peace”.

Unidos, uma séria ameaça ao mundo⁴⁵” (BUSH, 2002b). No dia 17 de setembro do mesmo ano, o governo George W. Bush lança a *National Security Strategy* (NSS) – *Estratégia Nacional de Segurança* – a “doutrina Bush” (PECEQUILO, 2005, p. 395), definindo as diretrizes da PENA no período. Esse plano estratégico contém uma espécie de prefácio no qual se encontram além da “missão de liderar o mundo”, os princípios pelos quais as diversas sociedades – e seus correspondentes Estados – devem se pautar:

Atualmente, os Estados Unidos desfrutam de uma posição sem paralelo de força militar, grandeza econômica e influência política. Preservando nossa herança e princípios, não usaremos nossa força para tirar vantagens unilaterais. *Ao invés disso procuramos criar um equilíbrio de poder em favor da liberdade humana*: condições nas quais todas as nações e todas as sociedades podem escolher para elas mesmas, as recompensas e desafios das *liberdades econômica e política*. Em um mundo seguro, as pessoas estarão habilitadas para tornar suas vidas melhores. Defenderemos a paz lutando contra os terroristas e tiranos. Preservaremos a paz construindo boas relações entre as grandes potências. Estenderemos a paz encorajando sociedades abertas e livres em todos os continentes. (...) Os Estados Unidos utilizarão esse momento como de oportunidade para estender os benefícios da *liberdade através do globo*. Trabalharemos ativamente para levar a *esperança da democracia, desenvolvimento, livres mercados e liberdade de comércio* em todo canto do mundo. (...) *E os Estados Unidos dão as boas-vindas à nossa responsabilidade de liderança nessa grande missão*⁴⁶ (NSS, 2002, grifos do autor).

Além do mais, as premissas do Destino Manifesto do século XIX também podem ser verificadas como a ação externa efetiva, militar, tornando-se “o único caminho para se alcançar a paz e a segurança” (NSS, 2002) além das diretrizes pelas quais a PENA deve se guiar: i) lutar pela causa dignidade humana; ii) fortalecer alianças para derrotar o terrorismo global e trabalhar para prevenir ataques terroristas contra os EUA e seus aliados; iii)

⁴⁵ Cf.: “a serious threat to the United States, a serious threat to the world”.

⁴⁶ Cf.: “Today, the United States enjoys a position of unparalleled military strength and great economic and political influence. In keeping with our heritage and principles, we do not use our strength to press for unilateral advantage. We seek instead to create a balance of power that favors human freedom: conditions in which all nations and all societies can choose for themselves the rewards and challenges of political and economic liberty. In a world that is safe, people will be able to make their own lives better. We will defend the peace by fighting terrorists and tyrants. We will preserve the peace by building good relations among the great powers. We will extend the peace by encouraging free and open societies on every continent. (...) the United States will use this moment of opportunity to extend the benefits of freedom across the globe. We will actively work to bring the hope of democracy, development, free markets, and free trade to every corner of the world. (...) The United States welcomes our responsibility to lead in this great mission”.

promover a solução diplomática para conflitos regionais; iv) prevenir os inimigos de ameaçar os Estados Unidos e seus aliados com as ADMs⁴⁷; v) dar início a uma nova era de crescimento econômico mediante os livres mercados e livre comércio; vi) expandir o círculo de desenvolvimento pela abertura das sociedades e construção de uma infraestrutura para a democracia, vii) desenvolver agendas para a cooperação com os demais poderes globais e viii) adaptar às realidades do novo século as instituições de segurança nacional (NSS, 2002, p. 1-2). Consta-se que a promoção da democracia e a liberdade – enquanto econômica – são alguns dos elementos que compõem o rol que caracteriza o interesse nacional norte-americano, descrito como um dos quatro *core beliefs*,

Fazer com que a *liberdade* e o *desenvolvimento das instituições democráticas* sejam temas-chaves nas nossas relações bilaterais, procurando a solidariedade e cooperação de outras democracias para pressionar os governos que negam os direitos humanos [significando respeito às leis, limites do poder estatal absoluto, liberdade de crença, igualdade, tolerância étnica e religiosa e o respeito à liberdade privada]⁴⁸ (Op. cit, p. 4, grifos do autor).

Com isso, a caracterização de Saddam Hussein como o chefe de um governo que cerceia os direitos humanos, apóia o terrorismo e produtor de ADMS apresenta-se como a antítese dos “valores americanos”: “o regime de Saddam Hussein continua a apoiar grupos terroristas e oprimir sua população civil⁴⁹” (BUSH, 2002c).

Em 26 de fevereiro de 2003, aproximadamente um mês antes da invasão do Iraque, Bush destaca o perigo que o Iraque representaria ao “mundo civilizado”:

No Iraque, um ditador está construindo e escondendo armas que poderiam permitir que dominasse o Oriente Médio e intimidasse o *mundo civilizado* – e não iremos permitir isso. Este mesmo tirano permitiu a presença de organizações terroristas e pode fornecer-lhes meios terríveis para derrubar este país – e a América não permitirá isso. O perigo que

⁴⁷ Também conhecido como estratégia da *prevenção e preempção*. Este refere-se a uma resposta a um perigo iminente, imediato, como exemplo, um ataque terrorista. Já a prevenção diz respeito ao ataque, militar, por exemplo, contra algo que no futuro possa se converter em risco para a segurança nacional.

⁴⁸ Cf.: “make freedom and the development of democratic institutions key themes in our bilateral relations, seeking solidarity and cooperation from other democracies while we press governments that deny human rights”.

⁴⁹ Cf.: “Saddam Hussein’s regime continues to support terrorist groups and to oppress its civilian population”.

representa Saddam Hussein e suas armas não pode ser ignorado. O perigo deve ser confrontado. Temos a esperança de que o regime do Iraque concorde com a demanda das Nações Unidas de desarme completo e de maneira pacífica. Se não, estamos preparados para desarmar o Iraque pela força. De qualquer maneira, o perigo será removido⁵⁰ (BUSH, 2003a).

Na iminência da invasão estadunidense do território iraquiano, Bush, na ocasião do lançamento da coalizão com o Reino Unido, Portugal e Espanha, ressalta a promoção da democracia e liberdade como um motivo para a ação militar, caracterizando-a como um “dever”, uma “missão estadunidense”: “estamos *comprometidos* com o objetivo de um Iraque unificado, com *instituições democráticas*⁵¹” já que a ação é um “processo de ajuda ao povo iraquiano para construir um *país livre*⁵²” (BUSH, 2003b, grifos do autor). No dia 19 de março, Bush no início de seu pronunciamento à sociedade estadunidense sobre o lançamento da “Operação Liberdade Iraquiana” (*Operation Iraqi Freedom*), a invasão do Iraque, reitera o “dever norte-americano”: “meus cidadãos, nessa hora, as forças americanas e da coalizão estão nos estágios iniciais das operações militares para desarmar o Iraque, *libertar seu povo e livrar o mundo de um perigo profundo*⁵³” – além de “defender nossa liberdade e levá-la para outros” (BUSH, 2003c, grifos do autor). Em outro, o presidente estadunidense declara que a “missão é clara, desarmar o Iraque de suas armas de destruição

⁵⁰ Cf.: “In Iraq, a dictator is building and hiding weapons that could enable him to dominate the Middle East and intimidate the civilized world – and we will not allow it. This same tyrant has close ties to terrorist organizations, and could supply them with the terrible means to strike this country – and America will not permit it. The danger posed by Saddam Hussein and his weapons cannot be ignored or wished away. The danger must be confronted. We hope that the Iraqi regime will meet the demands of the United Nations and disarm, fully and peacefully. If it does not, we are prepared to disarm Iraq by force. Either way, this danger will be removed”.

⁵¹ Cf.: “We’re committed to the goal of a unified Iraq, with democratic institutions” .

⁵² Cf.: “Process of helping process of helping the Iraqi people to build a free Iraq”.

⁵³ Cf.: “My fellow citizens, at this hour, American and coalition forces are in the early stages of military operations to disarm Iraq, to free its people and to defend the world from grave danger”.

em massa, acabar com o apoio de Saddam Hussein ao terrorismo e libertar o povo iraquiano⁵⁴” (BUSH, 2003d). Dessa forma:

Uma campanha em um terreno difícil, em um país vasto pode ser longo e muito mais difícil do que o previsto. Ajudar os iraquianos a alcançar um país unido, estável e livre requer a manutenção de *nosso compromisso*. Qualquer coisa que seja requerida de nós, *cumpriremos todos os deveres que aceitamos*. (...) Nossa nação entrou nesse conflito de forma relutante, mesmo com um claro e firmado objetivo. O povo dos Estados Unidos e o dos nossos amigos e aliados não viverão a mercê de um regime fora-da-lei que ameaça a paz com armas de assassinato em massa. Agora que o conflito está vindo, o único caminho para delimitar sua duração é aplicar uma decisiva força. Esta não será uma campanha de meias-medidas. Será uma luta para a *segurança de nossa nação e para a paz mundial* e não aceitaremos nenhuma derrota, somente a vitória⁵⁵ (BUSH, 2003d).

A sistematização do elenco dos componentes ideológicos pode ser visualizada da seguinte forma:

- A “Grande Missão” dos EUA: liderar e salvar o mundo;
- Promoção da democracia;
- Defesa dos Direitos Humanos (os Direitos Fundamentais proclamados em 1789, como a liberdade individual e a propriedade privada);
- Promoção da Paz Mundial (Estabilidade do SI);
- Liberdade (para comércio internacional e mercados).

⁵⁴ Cf.: “Mission is clear, to disarm Iraq of weapons of mass destruction, to end Saddam Hussein's support for terrorism, and to free the Iraqi people”.

⁵⁵ Cf.: “A campaign on harsh terrain in a vast country could be longer and more difficult than some have predicted. And helping Iraqis achieve a united, stable, and free country will require our sustained commitment. Yet, whatever is required of us, we will carry out all the duties we have accepted. (...) Our nation entered this conflict reluctantly, yet with a clear and firm purpose. The people of the United States and our friends and allies will not live at the mercy of an outlaw regime that threatens the peace with weapons of mass murder. Now that conflict has come, the only way to limit its duration is to apply decisive force. This will not be a campaign of half-measures. It is a fight for the security of our nation and the peace of the world, and we will accept no outcome but victory”.

Convém lembrar que esse conjunto é característico do padrão histórico da PENA. Se confrontarmos esses pontos com os da *old ideology* percebe-se a reincidência dos temas, como evidencia o Quadro 01:

Quadro 01

A ideologia para a invasão do Iraque e a *Old Ideology*.

Ideologia para o Iraque	<i>Old Ideology</i>
<i>A “Grande Missão”</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Excepcionalidade Americana (isolacionismo)</i> • <i>Destino Manifesto (internacionalismo)</i> • <i>Wilsonianismo (internacionalismo)</i>
<i>Democracia</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Excepcionalidade</i> • <i>Destino Manifesto</i> • <i>Wilsonianismo</i>
<i>Paz Mundial</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Wilsonianismo</i>
<i>Direitos Fundamentais</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Excepcionalidade</i> • <i>Wilsonianismo</i>
<i>Liberdade</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Excepcionalidade</i> • <i>Destino Manifesto</i> • <i>Wilsonianismo</i>

Fonte: Elaboração do autor.

A adaptabilidade ao momento atual da *old ideology* deu-se pelo tema de política externa “Armas de Destruição em Massa”. O não cumprimento por parte do governo de Saddam das resoluções da ONU – em especial a 1441 e organização internacional da qual o Iraque é signatário – que previam as inspeções da UNSCOM (Comissão Especial das Nações Unidas) ao país foi o argumento por meio do qual foram possíveis reprimendas⁵⁶ – e legítimas já que o Iraque estava sujeito às normas do Direito Internacional Público, sendo as resoluções da ONU bons exemplos – tendo os Estados Unidos o principal “fiscal” do cumprimento iraquiano das disposições normativas internacionais. Em nome da manutenção da estabilidade do SI, um regime que dispõe das ADMS⁵⁷ deve ser contido.

A importância geoestratégica e econômica do petróleo iraquiano é elemento chave na compreensão da invasão dos EUA ao país e, mesmo sem legitimidade para tal, enviou tropas em um ímpeto que relembra as palavras do presidente Theodore Roosevelt no momento do aumento das fronteiras norte-americanas: “expandir ou morrer”. Da mesma forma que no século XIX a expansão dos EUA na busca de mercados consumidores era um imperativo do capitalismo, o caso do Iraque em 2003 está inserido em uma ordem parametrizada, organizada segundo um sociometabolismo próprio do modo de produção capitalista (MÉSZÁROS, 2002), no qual a transnacionalização é sua principal característica, tendo os EUA liderança na economia global muito em parte do êxito de suas

⁵⁶ Exemplo disso é a comunicação do presidente George W. Bush de 01 de agosto de 2002 ao Congresso para a manutenção do embargo econômico ao Iraque, instituído em 2 de agosto de 1990 pelo então presidente George Herbert Bush, a “Ordem executiva” 12722, pois o governo iraquiano desenvolvia uma política “incomum e de extraordinária ameaça à segurança nacional e à política externa dos Estados Unidos”. A extensão por mais um ano do embargo justificou-se pelo fato de que “o governo do Iraque continua empreendendo atividades hostis aos interesses norte-americanos”. Cf.: “Unusual and extraordinary threat to the national security and foreign policy of the United States. (...) The Government of Iraq has continued to engage in activities hostile to U.S. interests”. *Continuation of Iraq National Emergency*. 1º de agosto de 2002. Cf.: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/08/20020801-7.html>. Acesso em Maio de 2006.

⁵⁷ Relevante e paradoxal é o fato de que os Estados Unidos da América é o maior possuidor de ADMS no mundo, seguido de Rússia e o Reino Unido, mesmo após as medidas de *deterrence* (dissuasão, contenção do arsenal nuclear).

ETNS. Se no século XIX a ideologia do Destino Manifesto foi utilizada, no século XXI a ideologia tenta legitimar as ações da PENA contrariando aqueles que defendem a idéia de que batalhas ideológicas estão findas⁵⁸.

3.4 A “Missão Civilizatória” dos EUA: contradições do Capitalismo.

Dando o tom da invasão como uma luta do “mundo civilizado” *versus* os Estados ou regimes que “dão apoio ao terrorismo” – os *rogue states* – caracterizados como “não-civilizados”, os Estados Unidos delimitam o que venha ser a “civilização”: as sociedades pautadas na “liberdade, democracia e livre iniciativa⁵⁹”(NSS, 2002). Contudo esses princípios são elementos que definem a ideologia do liberalismo, na verdade uma *geocultura de legitimação* como explicita Wallerstein (1995, p. 33-4)

O liberalismo mostrou-se mais capacitado a fornecer uma geocultura viável para a economia capitalista mundial, capaz de legitimar as outras instituições tanto aos olhos dos cadres do sistema e, num grau significativo, quanto aos olhos da massa da população, os chamados cidadãos comuns. Uma vez que as pessoas se deram conta de que era normal a mudança política e que em princípio constituíam a soberania (ou seja, quem decidia a mudança política), tudo era possível. (...) Os liberais depositavam sua fé numa premissa-chave do pensamento iluminista: o pensamento racional e a ação eram o caminho para a salvação, ou seja, o progresso.

Elias (1994, p. 23, grifos no original) apresenta a idéia de que não existe sentido na hierarquização de “civilizações”, onde o próprio conceito de “civilização” é esvaziado de significado a não ser se ligado a outro: ao de *consciência nacional*:

⁵⁸A NSS (2002, p. 5) traz algumas referências nesse sentido como a premissa de que o conflito que se apresenta não é mais ideológico: “os Estados Unidos da América estão lutando uma guerra contra terroristas com alcance global. O inimigo não é mais um simples regime político ou pessoa, ou religião ou ideologia”. Cf.: “The United States of America is fighting a war against terrorists of global reach. The enemy is not a single political regime or person or religion or ideology”.

⁵⁹ Cf.: “Freedom, democracy and free enterprise”.

O conceito de ‘civilização’ refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. (...) Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma ‘civilizada’ ou ‘incivilizada’. (...) Mas se examinarmos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva a todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: consciência nacional. (...) Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão de mundo.

Dessa forma, empreender um etnocentrismo como justificativa para a invasão do Iraque apresenta a natureza ideológica da “missão civilizatória” estadunidense, já que o próprio liberalismo como uma geocultura a fim de legitimar o modo de produção capitalista encerra contradições como a do direito ao controle político a qualquer cidadão e do controladores dos meios de produção (WALLERSTEIN, 1995, p. 32).

No tocante à crença da *great mission* – nas palavras do presidente norte-americano – convém lembrar as contradições internas da sociedade norte-americana o que Harvey (2004, p. 20) denominou de “dialética interna da sociedade civil norte-americana”: problemas como o crescente desemprego e o perigo de uma nova crise econômica, além da desigualdade social. O mesmo autor traz à tona a idéia de que o princípio democrático encontra um terreno instável para seu desenvolvimento. “Os Estados Unidos são uma sociedade imigrante extraordinariamente multicultural movida por um inflexível individualismo competitivo que revoluciona de modo perpétuo a vida social, econômica e política. Essas forças tornam a democracia cronicamente instável, difícil, se não impossível, de controlar, exceto por meio da corrupção do poder financeiro” (HARVEY, 2004, p. 22). Após os atentados de 11 de Setembro, as contradições apresentaram-se de maneira mais intensa, o que alguns autores como Ramonet (2003) e Bandeira (2006) denominaram um *estado de exceção* e com o Estado norte-americano caracterizando-se como um *Estado*

policial e, portanto, totalitário. O cerceamento das liberdades civis⁶⁰, garantidas pela Constituição nacional – em especial, a 5ª emenda – foi concretizado tanto pelo *USA Patriot Act* quanto pela instauração de tribunais militares extraordinários para julgamento dos acusados de terrorismo. Assim a “liberdade”, tão “perseguida pela PENA” não se verifica no plano interno estadunidense.

Quanto ao princípio democrático, a própria eleição do presidente George Walker Bush em 2000 envolveu uma série de imbróglis⁶¹ implicando na dúvida sobre legitimidade de seu primeiro mandato.

Sendo assim, as contradições da sociedade estadunidense, focando-se a liberdade e a democracia⁶² (a promoção de ambas como elementos da “missão dos EUA no mundo”), vai de encontro à organização da produção em uma sociedade fundada nos preceitos capitalistas. A improbabilidade da promoção entre os valores liberais (democracia, liberdade e livre iniciativa) e da “paz mundial” do papel estadunidense e seu plano doméstico constituem as contradições do próprio sistema capitalista, sendo evidenciada por Ellen Wood (2003, p. 228 e 229)

Estou convencida, por exemplo, de que o capitalismo não é capaz de garantir a paz mundial. Para mim, parece axiomático que a lógica expansionista, competitiva e exploradora da acumulação capitalista no contexto do sistema nação-Estado deve, mais cedo ou mais tarde, se desestabilizar, e que o capitalismo – ou, neste momento, sua força organizadora mais aventureira e agressiva, o governo dos Estados Unidos – é, e continuará a ser no futuro previsível, a maior ameaça à paz mundial. (...) Enquanto cresciam [no passado] a opressão colonial e a escravidão nos postos avançados do capitalismo, cada vez mais a força de trabalho da metrópole se proletarizava; e a expansão do trabalho assalariado, a relação contratual entre indivíduos formalmente iguais e livres, trouxe consigo a ideologia da

⁶⁰ Wallerstein (2002, p. 201) declara que a liberdade, fundamento lockeano que constitui um dos princípios constitucionais dos Estados Unidos, entendida enquanto liberdade civil aplicava-se apenas aos *WASP* (*White Anglo-Saxon Protestant*) sigla para “brancos, anglo-saxões e protestantes”, uma tradição faz parte da práxis política norte-americana.

⁶¹ O principal refere-se a sua eleição pelos votos da Suprema Corte e não nas urnas, pelo povo.

⁶² A identificação de democracia (“formal”, ou seja, o formato do regime político formalmente instituído nas sociedades capitalistas) e liberalismo é trazida à luz por Wood (2003, p. 23): “a democracia ‘formal’ e a identificação de democracia com liberalismo teriam sido impossíveis na prática, e literalmente impensáveis em teoria, em qualquer outro contexto que não as relações sociais específicas do capitalismo”.

igualdade e da liberdade formais. Na verdade, essa ideologia, que nos planos jurídicos e político nega a desigualdade fundamental e a falta de liberdade da relação econômica capitalista, sempre foi elemento vital da hegemonia do capitalismo.

Assim, a ideologia da PENA para a invasão do Iraque corresponde à hegemonia da ideologia liberal. Se os Estados Unidos ocupam uma posição hegemônica, política, econômica, militar e cultural, isso deve-se apenas ao fato de que a história contemporânea é caracterizada pela hegemonia do capitalismo (CECENÑA, 2002, p. 181). Sendo o modo de produção capitalista marcado por antagonismos – *antagonicamente estruturado* (MÉSZÁROS, 2002, p. 119) – a estabilidade interna do Iraque mediante instituições democráticas e as premissas do livre mercado de comércio internacional proposto pelo governo dos EUA traz à luz sua natureza ideológica.

Se há alguma excepcionalidade na fundação da sociedade estadunidense, ela pode ser descrita como a excepcionalidade das contradições do modo de produção capitalista no seio de sua ordem societal.

4. O ESCRUTÍNIO DA “MISSÃO CIVILIZATÓRIA”: DAS ORIGENS LIBERAIS AO NEOCONSERVADORISMO.

4.1 1853 a 2003: do Iluminismo como princípio civilizador para Karl Marx à “Missão civilizatória” do governo George Walker Bush.

Em dois artigos para o periódico *New York Daily Tribune*, publicados em meados de 1853, Karl Marx expressa suas considerações em relação ao papel da Grã-Bretanha na conquista da Índia: “A Inglaterra tem de cumprir uma dupla missão na Índia: uma destrutiva, a outra de regeneração da aniquilação da antiga sociedade asiática, assentando as fundações materiais da sociedade ocidental na Ásia¹” (MARXb, s/d, p. 1-2). As “fundações materiais da sociedade ocidental” significam o modelo econômico capitalista, com todo seu desenvolvimento industrial e técnico.

No artigo *British Rule in India (Dominação Britânica na Índia)*, o autor, de certa forma, descreve os valores culturais da então sociedade indiana a partir de sua organização sócio-econômica, contendo tacitamente um julgamento de valor,

Quaisquer que tenham sido as causas no passado do aspecto político da Índia, suas condições sociais permaneceram invariáveis desde a Antigüidade mais remota até o primeiro decênio do século XIX. A tecelagem à mão e à roca, que produziram um grande número de fiações e tecelagens, era o pivô da estrutura de tal sociedade. (...) Não devemos esquecer que essas pequenas comunidades foram contaminadas por distinções de casta e escravidão que acabaram por submeter o homem às condições exteriores, ao invés de o elevar a seu destino natural soberano, e que acabaram trazendo uma brutal adoração da natureza, explicitando a degradação do próprio homem, que na verdade é senhor da natureza, quando cai sobre seus joelhos em adoração a Kanuman, o macaco, e a Saballa, a vaca² (MARXa, s/d, p. 5).

¹ Cf.: “England has to fulfill a double mission in India: one destructive, the other regenerating the annihilation of old Asiatic society, and laying the material foundations of Western society in Asia”.

² Cf.: “However changing the political aspect of India’s past must appear, its social condition has remained unaltered since its remotest antiquity, until the first decennium of the 19th century. The hand-loom and the spinning-wheel, producing their regular myriads of spinners and weavers, were the pivots of the structure of that society. (...) We must not forget that these little communities were contaminated by distinctions of caste

Essa valoração sobre a cultura, ou seguindo a linha de raciocínio de Elias (1994, p. 23), elementos civilizacionais, é *limitativa*, pois se refere às condições objetivas/materiais necessárias à *revolução social*: o capital, entendido como *valor* gerado por meio da extração da *mais-valia*, é *revolucionário* (MARX, 1978). O desenvolvimento material, técnico e científico engendrados em todo processo, consegue operacionalizar mudanças nas sociedades em que se desdobra. A lógica de crise de tal sistema, segundo a teoria marxiana, possibilitaria a revolução (apropriação dos meios de produção pela classe trabalhadora) se a estrutura industrial estivesse consolidada como base produtiva de determinada sociedade (MARXa), (MARXb).

Dessa forma, o papel da Inglaterra para a Índia era determinante: o capital inglês traria à sua colônia a *modernidade ocidental*³ abrindo possibilidades para a insurgência da população indiana graças às contradições que se desdobram em um contexto social organizado pelo capitalismo em oposição às fundações sócio-econômicas hindus,

Os britânicos são os primeiros conquistadores superiores e conseqüentemente inacessíveis à civilização hindu. Elas a suplantaram destruindo as comunidades nativas, extirpando-lhe a indústria nativa e nivelando tudo o que foi grandioso e superior em tal sociedade. A indústria moderna (...) dissolverá as divisões de trabalho hereditárias sobre as quais repousam as castas indianas, impedimentos decisivos ao progresso e à potência indiana. (...) Os indianos não colherão os frutos dos elementos da nova sociedade disseminados pela burguesia inglesa, até que na própria Inglaterra as classes dominantes não tenham sido suplantadas pelo proletariado industrial, ou até que eles próprios tenham se tornado fortes o suficiente para se livrarem do jugo britânico⁴ (MARXb, s/d, p. 4).

and by slavery that they subjugated man to external circumstances instead of elevating man the sovereign natural destiny, and thus brought about a brutalizing worship of nature, exhibiting its degradation in the fact that man, the sovereign of nature, fell down on his knees in adoration of Kanuman, the monkey, and Sabbala, the cow”.

³ A expressão *modernidade ocidental* refere-se aos desdobramentos técnico-científicos e materiais provindos com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, tendo historicamente a *ratio* como fundamento.

⁴ Cf.: “The British were the first conquerors superior, and therefore, inaccessible to Hindoo civilization. They destroyed it by breaking up the native communities, by uprooting the native industry, and by leveling all that was great and elevate in the native society. Modern industry (...) will dissolve the hereditary divisions of labor, upon which rest the Indian castes, those decisive impediments to Indian progress and Indian power (...) The Indians will not reap the fruits of the new elements of society scattered among them by the British bourgeoisie, till in Great Britain itself the now ruling classes shall have been supplanted by the industrial

Dentro dessa concepção, a nação capitalista mais avançada no século XIX era considerada pelo autor um “instrumento inconsciente da História ao trazer tal revolução⁵” (MARXa, s/d, p. 5). Seria o modo de produção capitalista como princípio civilizador e, no caso, a Grã-Bretanha com seus interesses econômicos convertidos em uma “missão civilizadora” ou “civilizatória”, onde a razão tem o papel de parâmetro, historicamente, das sociedades capitalistas ocidentais. Marx, em ambos os artigos publicados no periódico norte-americano, e guiando-se de acordo com seu pensamento político, ressalta o papel da tecnologia (em especial os meios de transportes e industrial) e da ciência européia. O *projeto iluminista* faz-se presente: a emancipação humana mediante o desenvolvimento da *ratio* em contraposição aos elementos religiosos ou místicos, exemplificados pelos elementos característicos da cultura indiana. Dessa forma, a organização da sociedade indiana deveria ocorrer mediante o Estado moderno (burguês), já que “constitui o quadro obrigatório da existência social: ele é a *realidade* política por excelência, em torno do qual se organizam os atos históricos” (CHÂTELET, DUHAMEL e PISIER-KOUCHNER, 2000, p. 85).

Transcorridos cento e cinquenta anos desde as considerações de Marx sobre a presença britânica na Índia, a especificidade histórica da contemporaneidade caracteriza-se pelo movimento de expansão, em escala mundial, da dinâmica de acumulação do capital, movimento (ou processo) fundamental para a análise dos desdobramentos que se dão em uma ordem societal capitalista. Todo esse desdobramento, identificado como processo de *globalização*, constitui um imperativo desse sistema sócio-histórico. O primeiro ciclo de

proletariat, or till the Hindoos themselves shall grown strong enough to throw off the English yoke altogether”.

expansão (HOBSBAWM, 1982, p. 49), ou seja o avanço das relações de produção capitalistas para “além das fronteiras nacionais”, já ocorrera a partir da segunda metade do século XIX. Atualmente, a peculiaridade tem expressão por meio do *globalismo*, de acordo com conceito de IANNI (2004, p. 23): a ênfase recai sobre as transformações sofridas pelo modelo societal capitalista em diversas esferas, como a política, econômica, cultural e militar. Nessa mesma perspectiva Keohane e Nye (2002) também apresentam os elementos definidores da história contemporânea sob a égide do conceito de globalismo (*globalism*): mesmo partindo de uma ontologia distinta da marxista de Ianni, a *interdependência* é descrita como panacéia ou explicação para a especificidade do período. Apesar da diferença ontológica, ambos os conceitos evidenciam os desdobramentos que distinguem o contexto de Marx na elaboração de seus artigos jornalísticos em 1853 e o da invasão do Iraque de 2003. As mudanças ocorridas alteraram as sociedades – ainda no âmbito nacional – e os Estados, em especial as formas de relações interestatais. Como exemplos de alteração das formas de relações internacionais pode-se citar o surgimento, mais notadamente no pós-Segunda Guerra Mundial, de organizações internacionais, com fins (geo)políticos (ONU), econômicos (FMI e Banco Mundial), de cunho militar (OTAN) e a progressiva transnacionalização das empresas, originando as grandes corporações transnacionais (CTNs). A importância desses dois “produtos” revela-se quando começam a participar ativamente das relações político-econômicas no âmbito internacional, retirando a exclusividade estatal de ator ou agente das relações internacionais. O fluxo de “idéias” e a produção de informação realizam-se de forma muito mais intensa, graças às tecnologias informacionais desenvolvidas com o transcorrer do tempo, o que exige novos modelos

⁵ Cf.: “unconscious tool of history in bringing about that revolution”.

teóricos⁶ para a apreensão da sociedade nesse contexto de intensificação do fluxo informacional. Todavia, merece destaque o fato de que a transferência de idéias e informações está inserida no sistema capitalista e, portanto, segue uma lógica mercantil ou mercadológica parametrizada hegemônica, mas não exclusivamente, pelas relações sociais definidoras do capitalismo. Se a contemporaneidade capitalista apresenta-se como singular, peculiar ou como “novo palco da história”, entretanto não se pode perder de vista que a estrutura, a lógica, o sociometabolismo ou a dinâmica que definem o modo de produção capitalista enquanto tal, são as mesmas e se fazem presentes nos desenvolvimentos históricos atuais por mais que seja possível crer, por exemplo, na interdependência – na esfera militar, econômica, política, sociocultural – entre Estados. As relações interestatais percebidas mediante uma lógica interdependente, que pressupõe cooperação ou reciprocidade, abre a possibilidade de que as relações de dominação ou exercício de poder sejam ocultadas além de se pautar em um mecanismo de “cálculo racional” da entidade estatal na busca de seu interesse nacional. A interdependência político-econômica possui viabilidade inteligível, mas e o que significaria uma interdependência cultural? Qual o sentido de uma cooperação cultural? Essa compreensão interdependente acaba inviabilizando a importância do campo das *mediações* no âmbito internacional.

Com esse contexto, a invasão do Iraque coloca-se como acontecimento emblemático tanto quanto o *errático* 11 de setembro (IANNI, 2004), pois, até então, considerava-se improvável um ataque terrorista ao solo norte-americano⁷ (IANNI, 2004). A relação dos acontecimentos de setembro de 2001 com a política externa norte-americana revela-se na

⁶ Em especial a “sociedade em rede”, de Manuel Castells.

⁷ Bandeira (2006, p. 641) traz à tona a tese de que a agência de inteligência estadunidense, a CIA, sabia das possibilidades de ataques terroristas nos EUA pois vários serviços de inteligência de outros estados passaram-

intensificação do unilateralismo⁸, justificando suas intenções ao Iraque, em parte, com uma pretensa “grande missão” de “libertar” o povo iraquiano de um ditador, Saddam Hussein, assim como instaurar um regime democrático no país. O conceito *missão civilizatória*, explicitado no capítulo 3, teve por finalidade açambarcar o conjunto dos valores evocados pelo *staff* de Bush para a *Operação Liberdade Iraquiana*, encerrando as premissas do pensamento político liberal, matrizes da *old ideology* e, ironicamente, parte das contradições e dos resultados previstos por Marx em *A Dominação...* e *Futuros Resultados...*, evidenciando o movimento do “fluxo de idéias” com a política internacional.

Assim, atendo-se apenas à esfera das “idéias”, a distinção entre o momento histórico de Marx e do de Bush – juntamente com a *intelligentsia* que o cerca - pode ser estabelecida mediante um parâmetro: a *razão*, princípio orientador do Iluminismo. Percebe-se que o império britânico possuía um papel, uma missão, um dever, ainda que “inconsciente”, mas próprios ao capitalismo: “um instrumento inconsciente da História”. Não há uma “missão” *a priori*, ou “consciente” – da coroa britânica – sobre esse aspecto em relação à Índia. De fato, Marx acreditava no desenvolvimento do capital inglês na sociedade indiana – trazendo suas contradições e eventualmente proporcionando condições para a revolução do proletariado, junto com a transformação ou extinção da realidade cultural definidora dessa nação. A instauração dos princípios do Estado Moderno burguês para a organização societal era uma perspectiva que se “abria no horizonte” para Marx. O que há na verdade por detrás desse raciocínio é a crença no “caminho racional”, a *ratio* como justificação da

lhe informações de que um atentado de grandes proporções estaria sendo preparado e o principal alvo seriam os Estados Unidos.

⁸ A postura unilateral já estava sendo assumida de certa forma no contexto subsequente à queda do muro de Berlim e ao desfacelamento da URSS como afirma Pecequilo (2005, p. 258).

“missão” britânica e significando o conjunto das instituições sócio-político-econômicas próprias das sociedades capitalistas e, nesse caso, da *industrial pioneer* Inglaterra.

Em relação aos Estados Unidos, há a presença de uma ideologia anterior que alimenta e baliza ações estadunidenses no âmbito das relações interestatais. A *Great Mission*, que remonta ao Destino Manifesto do século XIX, faz-se presente durante toda a história norte-americana e se externaliza como o objetivo de garantir a “paz mundial” (a estabilidade do SI) nos discursos dos integrantes-chave do governo Bush sobre a invasão do Iraque, como descrito no capítulo anterior.

O que se percebe é a pressuposição de que a idéia de “Estado”, segundo os discursos do governo Bush, encerre a possibilidade de que ele seja somente regido pelos pressupostos *democráticos*. E, por consequência, a *liberdade* do povo seria concedida, pois há a “destituição um ditador”, podendo ser considerada uma evocação ao “passado glorioso” das Revoluções Americana e Francesa, a luta das colônias norte-americanas e a do “povo” francês – os *sans-cullottes* – contra o poder absoluto, base do Estado Moderno. O Estado para a ideologia liberal tinha o objetivo de “garantir os direitos fundamentais do indivíduo contra o poder político e, para atingir esta finalidade, exige formas, mais ou menos amplas, de representação política” (MATTEUCCI, 1997, p. 690). A liberdade se dá *no* Estado democrático. Com isso, a *democracia* e a *liberdade*, de acordo com a ideologia liberal, são mutuamente definidoras ou recíprocas implicações, pois esta “é a categoria geradora que explica todo um conjunto de comportamentos políticos e sociais intimamente relacionados entre si” (MATTEUCCI, 1997, p. 690). A importância do Estado regido pela democracia se relaciona à garantia da *liberdade social* ou *civil*, sendo um fim e não um meio, culminando na significação do Estado como “bem absoluto liberal” (MATTEUCCI,

1997, p. 693). A *missão civilizatória* da PENA, evocada no caso do Iraque, evidencia, portanto, princípios fundamentos inerentes ao pensamento liberal do século XVIII.

Em 1853, Marx acreditava na razão (*ratio*) – e, por isso, manifestava juízos de valor em relação à cultura que organizava a sociedade indiana –, no potencial revolucionário do capitalismo e atribuía uma “missão” à Grã-Bretanha. Em 2003, o governo Bush defende a idéia de uma *missão civilizatória* como fonte legitimadora de uma invasão militar em um contexto internacional marcado por um número crescente de relações multilaterais, tendo elementos ideológicos liberais como armas ou campo de disputas de poder. Assim, se em 1853 o princípio civilizador caracterizava-se pelas formas e relações de produção do capitalismo e suas respectivas institucionalizações, no século XXI, o caso do Iraque possibilita a reflexão de que a idéia de Estado sob os auspícios do regime democrático defendida pela PENA apresenta uma contradição quando se observa os desdobramentos no Iraque ocupado: desde março de 2003 até junho de 2007 a estabilidade política interna iraquiana está longe de se concretizar. O que se apresenta é a relativa ineficácia ou inexistência do estável funcionamento de um aparato estatal segundo os moldes democráticos. A realidade apresenta-se como agrura para a “missão civilizatória” estadunidense pois existia um Estado, mesmo com o poder centralizado e exercido de maneira ditatorial por Saddam Hussein o que acaba por contrastar com as dificuldades que os administradores americanos e os iraquianos alinhados com Washington enfrentam para estabelecer a estabilidade política interna o que de certa maneira Saddam mantinha mesmo que de forma totalitária.

4.2 (Neo)Conservadorismo ou Liberalismo?: contradições ideológicas, geopolítica e a dimensão político-religiosa.

A democracia e a liberdade são elementos ideológicos próprios do liberalismo centrista (WALLERSTEIN, 1995, p. 34) caracterizando-o como a *geocultura de legitimação* do capitalismo. Remontar a esses dois valores ao longo da história como faz a PENA não é novidade, mas *o momento histórico* contemporâneo apresenta-se como peculiar.

No que tange à conjuntura, o século XXI teve como fato histórico relevante (como um “marco”) os atentados de 11 de Setembro. A ênfase deve recair nos desdobramentos, em especial no plano interno estadunidense.

No que diz respeito à mudança interna pós-atentados, a ameaça às liberdades civis com o *Patriot Act* de 12 de setembro de 2001 – transformando-se em *USA Patriot Act* em 26 de outubro do mesmo ano – figura como contradição ao próprio discurso da “liberdade” proferido para a invasão do Iraque. Essa lei pode ser caracterizada como um mecanismo legal de supressão dos direitos civis, e se opõe à primeira emenda da Constituição norte-americana, que afirma: “o Congresso não deve criar leis que estabeleçam uma religião oficial, ou impeçam o livre exercício de culto, ou o cerceamento da liberdade de expressão ou de imprensa, ou do direito da reunião pacífica de pessoas e da reivindicação ao Governo de reclamações e reparação de danos⁹” (Constituição Norte-americana, 1ª emenda). De acordo com Ianni (2004, p. 297), esse é um dos exemplos de que a “era do globalismo” caracteriza-se como a “era do totalitarismo” e Wallerstein (2004) explicita a idéia de que o sistema-mundo capitalista, sua dimensão política, tem-se caracterizado por uma volta ao conservadorismo, processo denominado de *neoconservadorismo*. Bonazzi (1997, p. 245)

afirma que o conservadorismo é definido mediante a relação com o progressismo¹⁰, já que “[o conservadorismo] nega o ponto mais essencial do progressismo, que é a autonomia histórica do indivíduo, e se tenta estabilizar o inverso moral de cada um, subtraindo-lhe responsabilidade e o poder de o desenvolver e nele influir”. Dessa forma, o conservadorismo pode ser caracterizado por meio de sua função de contrapor as forças inovadoras, como as alimentadas pelo liberalismo. O contexto atual caracteriza-se como antagonismo entre a prática política neoconservadora com a ideologia liberal.

Se o liberalismo pode ser descrito enquanto *método* (MATTEUCCI, 1997, p. 697), uma forma de mediação entre partes opostas com caráter reformista¹¹, o conservadorismo remonta a idéia da concentração do poder nas mãos do soberano – Estado – e acreditando que o exercício desse poder é indispensável à organização e manutenção da sociedade (BONAZZI, 1997, p. 245).

Os desdobramentos internos sobre a sociedade norte-americana das medidas tomadas pela equipe de *neocons* da Administração Bush, após o 11 de setembro de 2001 – como a supressão dos direitos civis, instituídos socialmente com base nos preceitos liberal-iluministas –, podem ser vistos como uma negação à ideologia liberal, componente da tradição política norte-americana. Também tiveram conseqüências externas, como a dimensão *político-religiosa*. Como afirma Ramonet (2003, p. 56):

⁹ Cf.: “Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the government for a redress of grievances”.

¹⁰ Crença no constante desenvolvimento da humanidade (BONAZZI, 1997, p. 245).

¹¹ Wallerstein (1995, p. 34-5) externaliza o “reformismo racional” do Liberalismo, sendo seu conceito organizador. Assim, a ideologia liberal pauta-se pela idéia do progressismo, que tem como pressuposto a *racionalidade*, pois “os liberais depositavam sua fé numa premissa-chave do pensamento iluminista: o pensamento racional e a ação eram o caminho para a salvação, ou seja, o progresso. Os homens (...) eram naturalmente, potencial e essencialmente racionais”.

Não menos de 1200 de estrangeiros foram assim secretamente detidos, dos quais mais de 600 continuaram encarcerados sem julgamento até o fim de dezembro de 2001, sem mesmo terem sido vários deles apresentados aos juizes, e sem a possibilidade de serem assistidos por advogados. O governo dos Estados Unidos expressava, além disso, a sua intenção de interrogar cerca de 5000 homens de 16 a 45 anos, morando nos Estados Unidos com visto de turistas, que se tornaram suspeitos pelo simples fato de serem originários do Oriente Médio.

Mann (2006, p. 226) declara que a “Guerra ao Terror” empreendida pelo governo

George W. Bush é apenas contra o terrorismo muçulmano:

A guerra ao terrorismo é dirigida quase que inteiramente contra muçulmanos. Vinte e quatro das 36 organizações atualmente proscritas na lista do Departamento de Estado são muçulmanas. As que sobraram são quase todas de esquerda, principalmente na Colômbia e Peru. Os únicos grupos étnicos ou religiosos não muçulmanos são o ETA basco e os paramilitares da Irlanda do Norte. Os EUA não proscovem nem atacam os terroristas hinduístas da Índia e do Sri Lanka nem os terroristas cristãos. Atacam os muçulmanos.

A relação da invasão do Iraque com a “Guerra ao Terror” conduzida pelo governo Bush foi estabelecida quando o país, ainda sob o regime de Saddam, foi classificado como integrante do “eixo do mal” – *axis of evil*. Deve-se enfatizar, no entanto, a implicação *geopolítica* da associação entre terrorismo e “fundamentalismo”¹² islâmico: a localização geográfica alvo da campanha *war against terror* “coincidentemente” é o Oriente Médio, região cuja importância estratégica, tanto do ponto de vista econômico quanto militar, é incontestável. Na esteira do ataque ao Afeganistão – que também possuiu relevância econômico-militar – *the next step*, o Iraque, exemplificador do unilateralismo da PENA evidencia a característica marcante do século XXI, ou nas palavras de Ianni (2004), o *novo palco da história*, o retorno dos movimentos conservadores, pois a *geocultura de legitimação* do capitalismo, reformista e centrista, o liberalismo, encontra-se em perda de

¹² Classificar algumas vertentes do islamismo que baseiam suas ações políticas radicais ou terroristas de “fundamentalistas” é perceber o problema a partir de uma ótica etnocêntrica pois “fundamentalista” é um termo criado no contexto cristão norte-americano no início do século XX para aqueles que seguiam os “fundamentos” (*fundamentals*) contidos na Bíblia (GALLO, 2004, p. 67).

legitimidade devido ao fato de que as promessas sobre as quais amparava-se, como o progressismo, a racionalidade e toda a panacéia iluminista para a emancipação do indivíduo e como *conseqüência racional*, segundo a ótica liberal, da sociedade não foram obtidas (WALLERSTEIN, 1995, p. 42-3).

Com isso, a relação entre a ideologia liberal, elemento basilar da Constituição dos EUA, o cerceamento das liberdades civis - desdobramento posterior ao 11 de setembro - e a “missão civilizatória” para a invasão do Iraque, na esteira do combate ao terrorismo, explicita as contradições da prática política – interna e externamente – norte-americana com a matriz ideológica que fundamenta essa sociedade. Além do mais, a supressão dessas liberdades recai sobre os muçulmanos árabes ou descendentes, levando a problemática ao âmbito da política internacional e adicionando a dimensão político-religiosa.

Esse aspecto religioso foi o parâmetro de combate ao terrorismo tanto no âmbito interno quanto externo dos EUA. Se a *old ideology* teve por fundamento a ideologia liberal de inspiração lockeana, a *liberdade religiosa* é o berço da *liberdade moderna* (MATTEUCCI, 1997, p. 695). A separação da esfera política da religiosa estabelecida por Locke, segundo Matteucci (1997, p. 695), é a maturação do liberalismo. O próprio Kant Dessa forma, a transformação da religião muçulmana em “algo a ser combatido” mostra uma contradição, uma fissura, uma particularidade ou originalidade criada pela invasão do Iraque promovida pelo governo Bush.

Se Marx em 1853 partilhava da crença no progressismo racional e no caráter revolucionário do capital inglês na Índia, onde a cultura apresentava-se como um “entrave” ao desenvolvimento racional dessa sociedade, sua destruição seria *resultado* da implantação do sistema capitalista de produção e sua geocultura de legitimação, o liberalismo, “acabando por civilizar” uma sociedade que ainda “adorava o macaco e a vaca”. Em 2003,

a “missão civilizatória” estadunidense toma rumos e assume parâmetros valorativos que entram em choque com sua própria tradição ideológica liberal-iluminista onde teses como a de Samuel Huntington, “o choque de civilizações¹³” (*the clash of civilizations*) encontram espaço para serem proferidas, levando a uma ótica reducionista do problema abordado em face a perspectiva dialética, que questiona não somente a validade da “missão civilizatória”, mas também o exercício de poder que os Estados Unidos desenvolveu, e vem desenvolvendo, por meio de sua política externa – contrapondo-se a sua matriz ideológica liberal, já que reivindica o papel de “única superpotência global” (NYE JR, 2002), e portanto não deve se eximir de tal prerrogativa.

¹³ Essa idéia popularizada por Samuel Huntington, vê o “Ocidente” como coerente, distinto e como sendo o segmento da humanidade superior que, crescentemente, está sendo ameaçado pela inferior, mas perigosa, civilização “Islâmica” e, num nível inferior, a “Confuciana”. Assim há uma luta generalizada entre “nós e eles” dando o tom da contemporaneidade. Segundo Huntington (1998, p. 18, grifos do autor) o mundo pós-Guerra Fria estaria sendo moldado por conflitos culturais: “Os inimigos são essenciais para os povos que estão buscando sua identidade e *reinventando* sua etnia e as inimizades que têm em potencial mais perigoso estão situadas cruzando as *linhas de fronteira entre as principais civilizações*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações que avançam em escala planetária, como o processo de globalização/transnacionalização e a ameaça do terrorismo, são integrantes e definidoras das relações internacionais contemporâneas e não podem ser desvinculadas do sistema social histórico capitalista. Dessa forma, as justificações do governo estadunidense (2001-2004) para a invasão do Iraque, reunidas no construto “missão civilizatória”, revelam a contradição entre a lógica das relações capitalistas (acumulação incessante de capital, cada vez mais totalizante e objetivando condições sociais mais violentas) e a possibilidade da emancipação social e a dos indivíduos. Na verdade o que se evidencia é a impossibilidade dessa emancipação por meio da liberdade e da democracia, arautos da emancipação apresentada pelo liberalismo forte componente do Iluminismo do século XVIII, em um contexto internacional marcado pelo sociometabolismo do capitalismo que se caracteriza por mudanças e transformações para seu objetivo primordial: a acumulação de capital. Assim, uma das modificações ocorridas na estrutura social capitalista, a globalização/transnacionalização, permitiu a inserção de novos atores nas relações internacionais como as ETNs ou CTNs, abrindo novas condições e reordenando o comportamento de ação dos Estados, já que há a quebra do monopólio estatal em virtude da influência que tais conglomerados passam a exercer no âmbito externo. A relevância desses *newcomers* no caso dos EUA é incontestável, pois sua liderança econômica depende do êxito das ETNs na economia internacional, primordial para a manutenção de sua hegemonia mundial.

Dessa forma, a luta pela preservação da hegemonia em nível global estabelece os contornos do “interesse nacional” norte-americano, apresentando-se como diretriz das

ações da PENA. Como eixo dessa luta, destaca-se o papel fundamental da ideologia ao longo da história americana, desde sua independência (1776) até a contemporaneidade.

Oscilando do isolacionismo, característico da política externa do pós-Independência, ao internacionalismo imperialista da segunda metade do século XIX e ao multilateralismo do século XX, os seguintes elementos ideológicos constituem a PENA atual: a crença da excepcionalidade norte-americana, os EUA como *beacon* da humanidade, o “exemplo a ser seguido” por todos os Estados, o “paladino” da “liberdade”, da “democracia” e da “paz mundial” (wilsonianismo) – o *messianic saviour of the globe*.

Assim, a forma pela qual os EUA justificaram a *Operation Iraqi Freedom*, a pretendida *missão civilizatória*, despertou o interesse para sua transformação em objeto de pesquisa. “Destituir Saddam Hussein do poder” (seu “regime dava apoio aos terroristas”, tornando o Iraque um Estado integrante do *axis of evil*) e, “levar a liberdade e democracia ao povo iraquiano” foram as “bandeiras” estendidas e empunhadas pelos membros do primeiro governo de George W. Bush (2001-2004), como justificativas ideológicas para a ação militar em território iraquiano.

A discussão empreendida neste trabalho permitiu a caracterização dialética da relação entre duas categorias das Ciências Sociais: *ideologia* e *política*. A contradição advinda da prática da PENA em relação ao Iraque e a ideologia defendida ao longo da história – a *old ideology* – e sua expressão na contemporaneidade, apresenta-se como fruto de um momento particular, “o novo palco da história”, mediante a perspectiva histórica das idéias políticas. Com um arcabouço ideológico pautado no liberalismo político e o tendo promulgado nesses três séculos, o comportamento dos Estados Unidos após os atentados de 11 de setembro, tanto no contexto interno quanto externo caracteriza-se como uma prática política (neo)conservadora, em que direitos civis são ignorados e que reforça o

unilateralismo de sua política externa, contrastando com seus esforços anteriores de construir de uma ordem multilateral internacional no pós-1945. O episódio de março de 2003 expressa a conjuntura de crise do liberalismo enquanto ideologia política, como *geocultura de legitimação* do capitalismo.

Além do mais, a questão político-religiosa apresenta-se como resultado da prática política do primeiro governo de George W. Bush. O Estado de exceção institucionalizado pelo *Patriot Act* em um primeiro momento, e, posteriormente, pelo *USA Patriot Act*, tem como “alvo” os “indivíduos de origem árabe”, pois o que se combate mediante a “Guerra ao Terror” é um modelo de terrorismo, o praticado pelos “fundamentalistas” (radicais) islâmicos que proclamam a *jihad* contra os EUA. Convém lembrar as implicações geopolíticas dessas medidas: os terroristas ou países que declaram serem contrários aos EUA – e todo o conjunto de seus valores e instituições sociais – enquanto “representante maior do ocidente”, são, em sua maioria, provenientes ou habitantes do Oriente Médio.

A importância dessa região nas relações de poder entre os Estados, mais notadamente a de natureza geoenergética (petróleo e gás), orienta o modo de percepção da invasão estadunidense ao Iraque de 2003, refutando idéias de que se trata de “choque de civilizações” e também minando o arcabouço ideológico liberal sobre o qual a sociedade norte-americana se assenta.

Sendo assim, o objeto de pesquisa evidenciou as contradições entre a política externa e sua ideologia, permitindo a discussão acerca do “fluxo das idéias” e o estabelecimento de relações de dominação no âmbito internacional por meio dos episódios de março de 2003.

* * *

Entretanto, mesmo com o término da pesquisa, permanece o “sentimento” de ter sido atropelado, solapado pela história. Trabalhar com uma problemática que ainda se realiza empiricamente é por um lado difícil e limitador, por outro, desafiador. E é seu caráter de desafio que possibilita essa sensação de arrebatamento.

Desde março de 2003, quatro anos se passaram desde a operação militar americana no Iraque desfazendo a idéia de que essa campanha seria de curta duração. A instabilidade política na região – marcada por disputas entre xiitas (grupo com o apoio parcial e provisório norte-americano) e sunitas (grupo hegemônico durante o governo de Saddam) – e a ausência de legitimidade doméstica iraquiana para reorganizar o Estado e instaurar um regime democrático, demonstram a impossibilidade de que semelhante ação da PENA seja legítima ou ainda possa buscar consenso mediante qualquer pretexto de “missão civilizatória”¹.

Se com Saddam Hussein existia uma estrutura estatal em funcionamento, mesmo cabendo críticas à condução política do país pelo ditador, com os norte-americanos a instabilidade e/ou fragilidade das instituições se revela em um contexto de desestruturação social. Não há democracia, pois não é possível uma democracia imposta por fuzis, sobretudo os dos *marines*. Já a liberdade do povo iraquiano se faz presente apenas na opção de resistência contra a ocupação estadunidense ou se posicionando contra seus próprios nacionais. Em recente relatório da *Oxfam*, uma confederação internacional de organizações não-governamentais independentes, e do *NCCI* (*Comitê de Coordenação não-governamental para o Iraque*, formado por oitenta organizações não-governamentais internacionais e vinte criadas em solo iraquiano para ajudar a população após a invasão), as

¹ Esse tipo de apoio dos Estados Unidos sempre deve ser visto e acompanhado com cautela, especialmente devido à hegemonia xiita no Irã e suas conseqüências geopolíticas, e culturais, para a região.

condições de vida da população pioraram: 15% da população iraquiana não consegue comprar comida suficiente; 70% está sem fornecimento regular de água potável (em 2003, a parcela era de 50% da população); 28% das crianças iraquianas está subnutrida (aumento de 9% em relação a 2003, antes da invasão) e 92% tem problemas de aprendizagem devido ao medo que a instabilidade social do Iraque gera; mais de dois milhões de pessoas, em sua maioria crianças e mulheres, migraram para outras regiões do país e mais outros dois milhões tornaram-se refugiados, principalmente na Síria e na Jordânia².

A tentativa *mediadora* empreendida pela ideologia da “missão civilizatória” em virtude desses acontecimentos revela-se metafísica, ou seja, algo tampouco sensível àqueles que a proferem. A crescente falta de consenso entre a sociedade estadunidense sobre a PENA referente ao Iraque, além de evidenciar mais ainda seu conservadorismo nos dois mandatos de George W. Bush, é um indicador de que nem mesmo a recorrência a um “panteão ideológico” parece se sustentar, possibilitando que apenas quatro anos coloquem em xeque três séculos de história.

São esses movimentos que se realizam desde março de 2003, tanto na sociedade norte-americana quanto na iraquiana, que promovem o arrebatamento, a sensação de ter sido “atropelado pela história”. E desse sentimento, outro emerge: a inquietação. Inquietação em observar, refletir e discutir todos esses desenvolvimentos característicos da processualidade da história.

Assim, desenvolver essas novas faces da problemática de uma nova pesquisa – se possível, em um futuro doutoramento – significa permanecer com a inquietação e aceitar o desafio que a maioria dos cientistas sociais compartilha: a compreensão da realidade social e histórica que a cerca.

² Cf.: http://www.oxfam.org/en/news/2007/pr070730_iraq_humanitarian_crisis. Acesso: julho de 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARON, R. *Paz e Guerra entre as nações*. 2 ed. Brasília: UnB, 1986;
- BANDEIRA, L. A. M. *Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra do Iraque*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006;
- BAUER, K. J. *The Mexican War, 1846-1848*. Lincoln: Nebraska University, 1992;
- BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 11 ed. Brasília: UnB, 1997;
- BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988;
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000;
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: LTC, 1970;
- CECEÑA, A. E. La Batalla de Afganistán. In: *La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 167-188;
- CHÂTELET, F; DUHAMEL, O; PISIER-KOUCHNER, E. *História das Idéias Políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000;
- CLARKE, J. Rethoric before reality. In: *Foreign Affairs*, v. 74, n. 5, 1995, p. 2-7;
- COLLEY, L. The difficulties of empire: present, past and future. In: *Historical Research*. v. 79, n. 205. Oxford: Blackwell, 2006, p. 367-381;
- DEUTSCH, K. W. *Análise de Relações Internacionais*. Brasília: UnB, 1982;
- DOBB, M. *Teorías del valor y de la distribución desde Adam Smith. Ideología y teoría económica*. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1975;

DURKHEIM, E. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003;

EAGLETON, T. *After theory*. Nova Iorque: Basic Books, 2003;

FLIGSTEIN, N. *Is Globalization the Cause of the Crises of Welfare States?* Berkeley: American Sociological Association, 1997;

GALLO, R. M. Atentados Terroristas de 11 de Setembro e Raízes Fundamentalistas da Política Estadunidense. In: *Cadernos de Pesquisa em Relações Internacionais*, Curitiba, n. 2, p. 65-79, 2004;

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004;

HOBBSAWM, E. *A era do capital: 1848-1875*. 3. ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1982;

_____. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006;

HUNT, M. *Ideology and US Foreign policy*. New Heaven: Yale, 1987;

HUNTINGTON, S. *O choque de civilizações: a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva e Biblioteca do Exército, 1998;

IANNI, O. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004;

IKENBERRY, J. G. Institutions, strategic restraint and the persistence of America postwarorder. In: *International Security*. V. 23, n. 3: 1998/99, p. 43-78;

JAMESON, F. Notas sobre globalização como questão filosófica. In: *Lugar global e Lugar nenhum*. São Paulo: Hacker, 2001;

KEOHANE, R. O; NYE, J. *Power and Interdependence*. 3. ed. Nova Iorque: Longman, 2001;

- KISSINGER, H. A. *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva, 1996;
- KNOLLENBERG, B. *Growth of the American Revolution: 1766-1775*. Nova Iorque: Free Press, 1975;
- KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996;
- LOJKINE, J. *A Revolução Informacional*. São Paulo: Cortez, 1999;
- MANN, M. *O Império da Incoerência: a natureza do poder americano*. São Paulo: Record, 2006;
- MARX, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*.v. 1. 16. ed. Cidade do México: Siglo veintiuno, 1989;
- _____. *Formações Econômicas Pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977;
- _____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1996;
- MATTELART, A. *História da Sociedade da Informação*. São Paulo: Loyola, 2002;
- MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002;
- NYE JR, J. *O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: Unesp, 2002;
- ORNELAS, R. Las Empresas Transnacionales y el Liderazgo Económico Mundial: balance y perspectivas. In: *La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 97-112;
- PECEQUILO, C. S. *A política externa dos Estados Unidos*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005;
- RAMONET, I. *Guerras do Século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2003;
- RUGGIE, J. G. *Winning the Peace*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996;

- SARFATI, G. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005;
- SILVA, G; GONÇALVES, W. *Dicionário de Relações Internacionais*. Barueri: Manole, 2005;
- SKLAIR, L. *Sociologia do Sistema Global*. Petrópolis: Vozes, 1995;
- THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981;
- TUCÍDIDES. *History of the Peloponnesian War*. Nova Iorque: Penguin Books, 1972;
- VILLA, R. A. D. *Da Crise do Realismo à Segurança Global Multidimensional*. São Paulo: Annablume, 1999;
- WALLERSTEIN, I. *Após o liberalismo: a busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2002;
- _____. As agonias do liberalismo: as esperanças para progresso. In: *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 31-50.
- _____. *O Capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985;
- _____. *Declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004;
- _____. *The Modern-World System I: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century*. Nova Iorque: Academic Press, 1976;
- WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v.1. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004;
- WILLIAMS, R. *Keywords: a vocabulary of culture and society*. Glasgow: Fontana Press, 1988;

WILLIAMS, W. A. *The Tragedy of American diplomacy*. 2. ed. Nova Iorque: Dell, 1978;

DOCUMENTOS CONSULTADOS

BUSH, G. W. *Radio Address of the Presidente to the Nation*. 06 de Outubro de 2001. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2001/10/20011006.html>. Acesso em Junho de 2005;

_____ (2002a). *State of the Union Address*. 29 de Janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>. Acesso em Dezembro de 2006;

_____ (2002b). *President discusses foreign policy with congressional leaders*. 05 de Setembro de 2002. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/09/20020904-1.html>. Acesso em Janeiro de 2007;

_____ (2002c). *President discusses growing danger posed by Saddam Hussein's*. 14 de Setembro de 2002. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/09/20020914.html>. Acesso em Dezembro de 2007;

_____ (2003a). *President discusses the future of Iraq*. 26 de Fevereiro de 2003. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/02/20030226-11.html>. Acesso em Janeiro 2007;

_____ (2003b). *Monday a "Moment of Truth" for world on Iraq*. 16 de Março de 2003. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030316-3.html>. Acesso em Junho de 2006;

_____ (2003c). *President Bush Addresses the Nation*. 19 de Março de 2003. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030319-17.html>. Acesso em: Abril de 2004;

_____ (2003d). *President Bush discusses the beginning of Operation Iraqi Freedom*. 22 de Março de 2003. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030322.html>. Acesso em: Abril de 2004;

CHENEY, D. *Vice President speaks at VFW 103rd National Convention*. 26 de Agosto de 2002. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/08/20020826.html>. Acesso em Janeiro de 2007;

CLINTON, W. *Second Inaugural Address to the University of Oklahoma Center of Law*. 20 de Janeiro de 1997. Disponível em: <http://www.law.ou.edu/ushistory/clinton2.shtml>. Acesso em Novembro de 2006;

Continuation of Iraq National Emergency. 1º de Agosto de 2002. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/08/20020801-7.html>. Acesso em Maio de 2006;

HOBBS, T. *Leviathan or the Matter, Forme and Power of a Common-wealth Ecclesiastical and Civill*. 10. ed. Courtney: Project Gutenberg, 2002. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu003207.pdf>. Acesso em Março de 2005;

KENNAN, G. F. The Sources of Soviet Conduct. In: *Foreign Affairs*, Julho de 1947. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.org/19470701faessay25403/x/the-sources-of-soviet-conduct.html>. Acesso em Outubro de 2006;

MAQUIAVEL, N. *The Prince*. Champaign: Project Gutenberg, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu001232.pdf>. Acesso em Março de 2005.

MARX, K. (a). *The British Rule in India*. Disponível em: <http://www.marxists.org>. Acesso em Março de 2005;

_____ (b). *The Future Results of British Rule in India*, p. 1-2.. Disponível em: <http://www.marxists.org>. Acesso em Março de 2005.

National Security Strategy of the United States of America. Setembro de 2002. Disponível em: . Acesso em Julho de 2006;

POWELL, C. *United States Secretary of State Addresses the United Nations Security Council*. 5 de Fevereiro de 2003. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/02/20030205-1.html>. Acesso em Janeiro de 2007;

RICE, C. Campaign 2000: Promoting the National Interest. In: *Foreign Affairs*, Janeiro/Fevereiro de 2000. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.org/20000101faessay5/condoleezza-rice/campaign-2000-promoting-the-national-interest.html>. Acesso em Junho de 2004;

The Constitution of the United States of America. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/usa/infousa/facts/funddocs/consteng.htm>. Acesso em abril de 2006;

TRUMAN, H. *President Harry Truman's Address before a Joint Session of Congress, 1947*. Disponível em: <http://www.yale.edu/lawweb/avalon/trudoc.htm>. Acesso em Outubro de 2006;

United Nations Security Council, Resolution 1441. 8 de Novembro de 2002. Disponível em: <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/682/26/PDF/N0268226.pdf?OpenElement>. Acesso em Janeiro de 2007.

United States Objectives and Programs for National Security, NSC-68. Washington: National Security Council, 1950. Disponível em: <http://www.fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.htm>. Acesso em Novembro de 2006;

USA Patriot Act. PUBLIC-LAW 107-56. Disponível em: http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=107_cong_public_laws&docid=f:publ056.107.pdf. Acesso em abril de 2006;

WASHINGTON, G. *Farewell Address*. 19 de Setembro de 1796. Disponível em: http://www.pbs.org/georgewashington/milestones/farewell_address_read4.html. Acesso em: Novembro de 2006;

WILSON, W. *Fourteen Points Speech*. 08 de Janeiro de 1918. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/usa/infousa/facts/democrac/51.htm>. Acesso em Abril 2006.

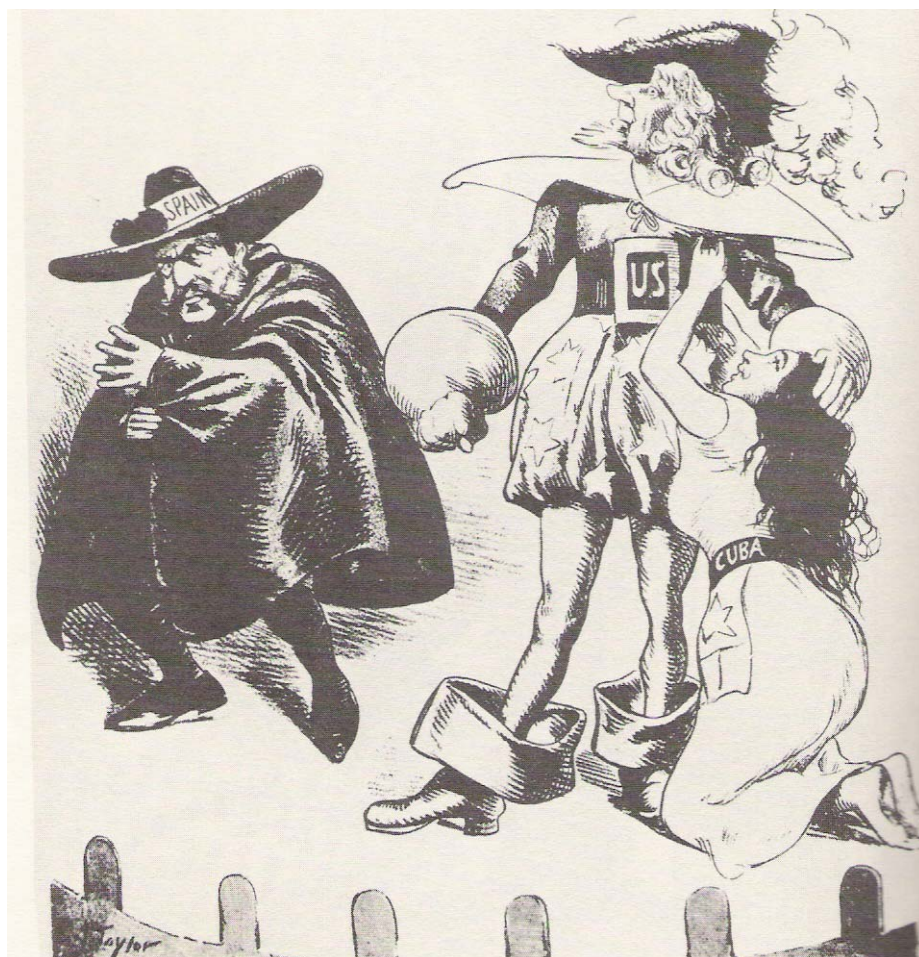
ANEXOS

ANEXO 1 – Ilustrações referentes à Guerra Hispano-americana (1898).....	127
ANEXO 2 – Texto <i>Annexation</i> (1845) de John Louis O’Sullivan.....	125
ANEXO 3 – Mapas e Quadro Complementar – Distribuição geográfica dos recursos energéticos mundiais.....	129

ANEXO 1 – Ilustrações referentes à Guerra Hispano-americana (1898).

Ilustração 01

O “Melodrama Cubano”



Fonte: HUNT, 1987, p. 66.

Ilustração 02

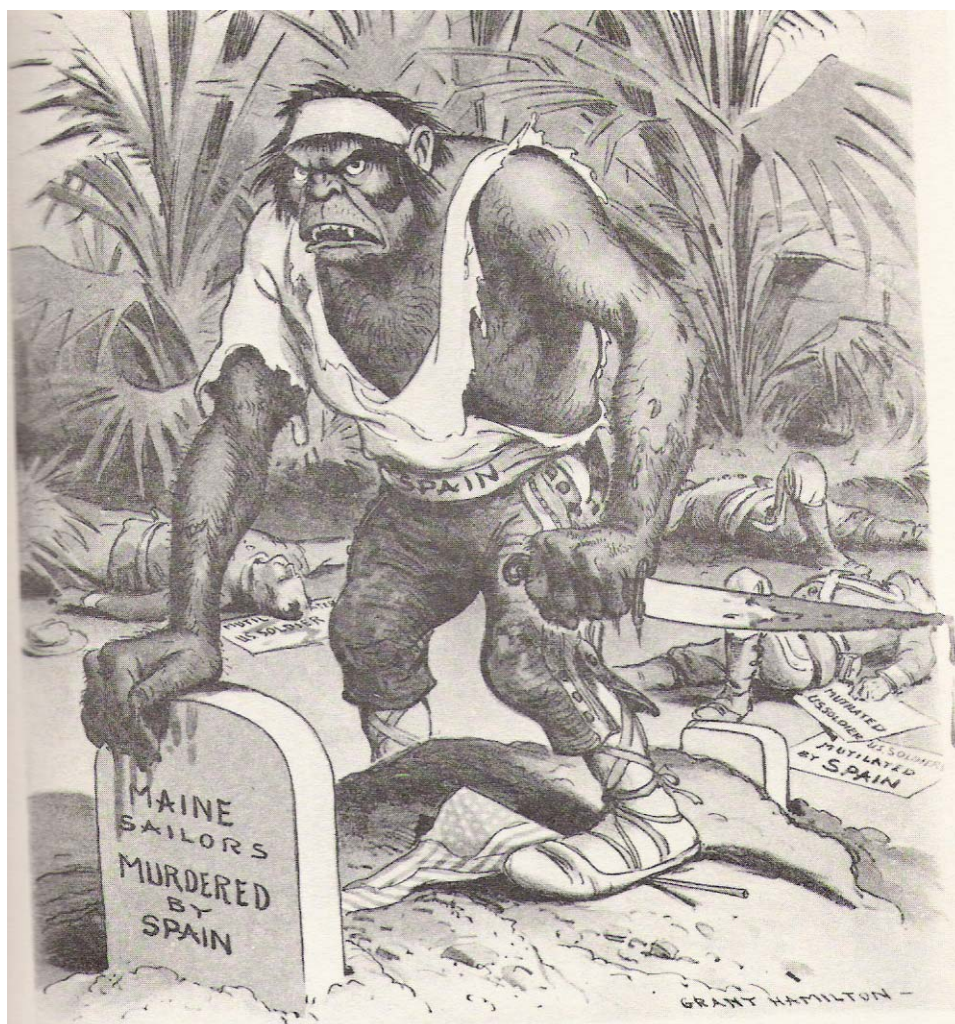
A Senhorita Cuba (*Miss Cuba*) recebendo um convite da Senhorita Columbia (*Miss Columbia*): “Não gostaria de se juntar às estrelas e ser a minha quadragésima sexta?”



Fonte: HUNT, 1987, p. 67.

Ilustração 03

Propaganda norte-americana sobre a “brutalidade multiladora” dos espanhóis em relação ao ataque do USS Maine.



Fonte: HUNT, 1987, p. 65.

ANEXO 2 – Texto *Annexation* (1845) de John Louis O’Sullivan.

John O'Sullivan, "Annexation," *United States Magazine and Democratic Review* 17, no.1 (July-August 1845): 5-10.

It is now time for the opposition to the Annexation of Texas to cease, all further agitation of the waters of bitterness and strife, at least in connexion with this question, -- even though it may perhaps be required of us as a necessary condition of the freedom of our institutions, that we must live on for ever in a state of unpausing struggle and excitement upon some subject of party division or other. But, in regard to Texas, enough has now been given to party. It is time for the common duty of Patriotism to the Country to succeed;--or if this claim will not be recognized, it is at least time for common sense to acquiesce with decent grace in the inevitable and the irrevocable.

Texas is now ours. Already, before these words are written, her Convention has undoubtedly ratified the acceptance, by her Congress, of our proffered invitation into the Union; and made the requisite changes in her already republican form of constitution to adapt it to its future federal relations. Her star and her stripe may already be said to have taken their place in the glorious blazon of our common nationality; and the sweep of our eagle's wing already includes within its circuit the wide extent of her fair and fertile land. She is no longer to us a mere geographical space--a certain combination of coast, plain, mountain, valley, forest and stream. She is no longer to us a mere country on the map. She comes within the dear and sacred designation of Our Country; no longer a "*pays*," she is a part of "*la patrie*;" and that which is at once a sentiment and a virtue, Patriotism, already begins to thrill for her too within the national heart. It is time then that all should cease to treat her as alien, and even adverse--cease to denounce and vilify all and everything connected with her accession--cease to thwart and oppose the remaining steps for its consummation; or where such efforts are felt to be unavailing, at least to embitter the hour of reception by all the most ungracious frowns of aversion and words of unwelcome. There has been enough of all this. It has had its fitting day during the period when, in common with every other possible question of practical policy that can arise, it unfortunately became one of the leading topics of party division, of presidential electioneering. But that period has passed, and with it let its prejudices and its passions, its discords and its denunciations, pass away too. The next session of Congress will see the representatives of the new young State in their places in both our halls of national legislation, side by side with those of the old Thirteen. Let their reception into "the family" be frank, kindly, and cheerful, as befits such an occasion, as comports not less with our own self-respect than patriotic duty towards them. Ill betide those foul birds that delight to file their own nest, and disgust the ear with perpetual discord of ill-omened croak.

Why, were other reasoning wanting, in favor of now elevating this question of the reception of Texas into the Union, out of the lower region of our past party dissensions, up to its proper level of a high and broad nationality, it surely is to be found, found abundantly, in the manner in which other nations have undertaken to intrude themselves into it, between us and the proper parties to the case, in a spirit of hostile interference against us, for the avowed object of thwarting our policy and hampering our power, limiting our greatness and checking the fulfillment of our manifest destiny to overspread

the continent allotted by Providence for the free development of our yearly multiplying millions. This we have seen done by England, our old rival and enemy; and by France, strangely coupled with her against us, under the influence of the Anglicism strongly tinging the policy of her present prime minister, Guizot. The zealous activity with which this effort to defeat us was pushed by the representatives of those governments, together with the character of intrigue accompanying it, fully constituted that case of foreign interference, which Mr. Clay himself declared should, and would unite us all in maintaining the common cause of our country against foreigner and the foe. We are only astonished that this effect has not been more fully and strongly produced, and that the burst of indignation against this unauthorized, insolent and hostile interference against us, has not been more general even among the party before opposed to Annexation, and has not rallied the national spirit and national pride unanimously upon that policy. We are very sure that if Mr. Clay himself were now to add another letter to his former Texas correspondence, he would express this sentiment, and carry out the idea already strongly stated in one of them, in a manner which would tax all the powers of blushing belonging to some of his party adherents.

It is wholly untrue, and unjust to ourselves, the pretence that the Annexation has been a measure of spoliation, unrightful and unrighteous--of military conquest under forms of peace and law--of territorial aggrandizement at the expense of justice, and justice due by a double sanctity to the weak. This view of the question is wholly unfounded, and has been before so amply refuted in these pages, as well as in a thousand other modes, that we shall not again dwell upon it. The independence of Texas was complete and absolute. It was an independence, not only in fact, but of right. No obligation of duty towards Mexico tended in the least degree to restrain our right to effect the desired recovery of the fair province once our own--whatever motives of policy might have prompted a more deferential consideration of her feelings and her pride, as involved in the question. If Texas became peopled with an American population; it was by no contrivance of our government, but on the express invitation of that of Mexico herself; accompanied with such guaranties of State independence, and the maintenance of a federal system analogous to our own, as constituted a compact fully justifying the strongest measures of redress on the part of those afterwards deceived in this guaranty, and sought to be enslaved under the yoke imposed by its violation. She was released, rightfully and absolutely released, from all Mexican allegiance, or duty of cohesion to the Mexican political body, by the acts and fault of Mexico herself, and Mexico alone. There never was a clearer case. It was not revolution; it was resistance to revolution: and resistance under such circumstances as left independence the necessary resulting state, caused by the abandonment of those with whom her former federal association had existed. What then can be more preposterous than all this clamor by Mexico and the Mexican interest, against Annexation, as a violation of any rights of hers, any duties of ours?

We would not be understood as approving in all its features the expediency or propriety of the mode in which the measure, rightful and wise as it is in itself, has been carried into effect. Its history has been a sad tissue of diplomatic blundering. How much better it might have been managed--how much more smoothly, satisfactorily, and successfully! Instead of our present relations with Mexico--instead of the serious risks which have been run, and those plausibilities of opprobrium which we have had to combat, not without great difficulty, nor with entire success--instead of the difficulties which now throng the path to a satisfactory settlement of all our unsettled questions with Mexico--Texas might, by a more judicious and conciliatory diplomacy, have been as securely in the

Union as she is now--her boundaries defined--California probably ours--and Mexico and ourselves united by closer ties than ever; of mutual friendship and mutual support in resistance to the intrusion of European interference in the affairs of the American republics. All this might have been, we little doubt, already secured, had counsels less violent, less rude, less one-sided, less eager in precipitation from motives widely foreign to the national question, presided over the earlier stages of its history. We cannot too deeply regret the mismanagement which has disfigured the history of this question; and especially the neglect of the means which would have been so easy of satisfying even the unreasonable pretensions and the excited pride and passion of Mexico. The singular result has been produced, that while our neighbor has, in truth, no real right to blame or complain--when all the wrong is on her side, and there has been on ours a degree of delay and forbearance, in deference to her pretensions, which is to be paralleled by few precedents in the history of other nations--we have yet laid ourselves open to a great deal of denunciation hard to repel, and impossible to silence; and all history will carry it down as a certain fact, that Mexico would have declared war against us, and would have waged it seriously, if she had not been prevented by that very weakness which should have constituted her best defence.

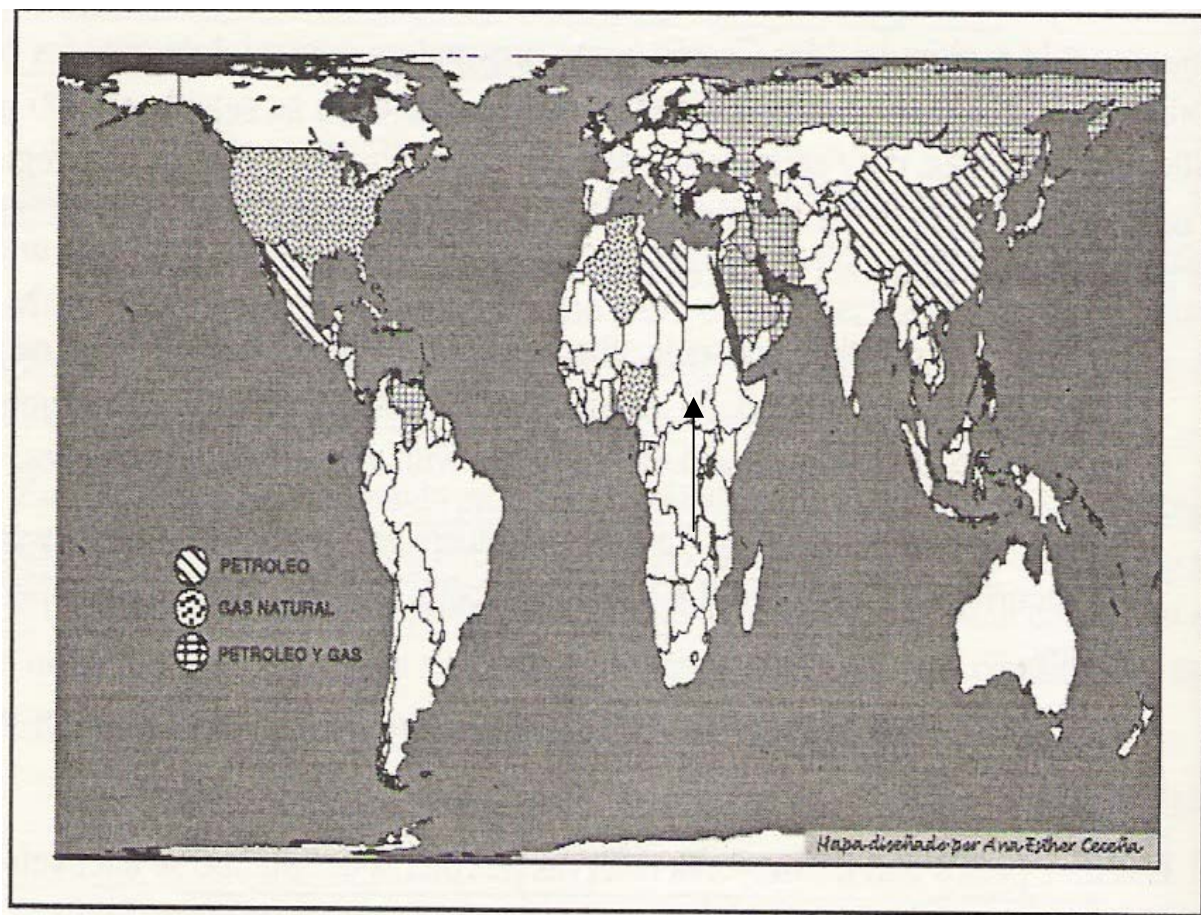
We plead guilty to a degree of sensitive annoyance--for the sake of the honor of our country, and its estimation in the public opinion of the world--which does not find even in satisfied conscience full consolation for the very necessity of seeking consolation there. And it is for this state of things that we hold responsible that gratuitous mismanagement--wholly apart from the main substantial rights and merits of the question, to which alone it is to be ascribed; and which had its origin in its earlier stages, before the accession of Mr. Calhoun to the department of State.

California probably, next fall away from the loose adhesion which, in such a country as Mexico, holds a remote province in a slight equivocal kind of dependence on the metropolis. Imbecile and distracted, Mexico never can exert any real governmental authority over such a country. The impotence of the one and the distance of the other, must make the relation one of virtual independence; unless, by stunting the province of all natural growth, and forbidding that immigration which can alone develop its capabilities and fulfil the purposes of its creation, tyranny may retain a military dominion, which is no government in the, legitimate sense of the term. In the case of California this is now impossible. The Anglo-Saxon foot is already on its borders. Already the advance guard of the irresistible army of Anglo-Saxon emigration has begun to pour down upon it, armed with the plough and the rifle, and marking its trail with schools and colleges, courts and representative halls, mills and meeting-houses. A population will soon be in actual occupation of California, over which it will be idle for Mexico to dream of dominion. They will necessarily become independent. All this without agency of our government, without responsibility of our people--in the natural flow of events, the spontaneous working of principles, and the adaptation of the tendencies and wants of the human race to the elemental circumstances in the midst of which they find themselves placed. And they will have a right to independence--to self-government--to the possession of the homes conquered from the wilderness by their own labors and dangers, sufferings and sacrifices--a better and a truer right than the artificial tide of sovereignty in Mexico, a thousand miles distant, inheriting from Spain a title good only against those who have none better. Their right to independence will be the natural right of self-government belonging to any community strong enough to maintain it--distinct in position, origin and character, and free from any mutual obligations of membership of a common political body, binding it to

others by the duty of loyalty and compact of public faith. This will be their title to independence; and by this title, there can be no doubt that the population now fast streaming down upon California will both assert and maintain that independence. Whether they will then attach themselves to our Union or not, is not to be predicted with any certainty. Unless the projected railroad across the continent to the Pacific be carried into effect, perhaps they may not; though even in that case, the day is not distant when the Empires of the Atlantic and Pacific would again flow together into one, as soon as their inland border should approach each other. But that great work, colossal as appears the plan on its first suggestion, cannot remain long unbuilt. Its necessity for this very purpose of binding and holding together in its iron clasp our fast-settling Pacific region with that of the Mississippi valley--the natural facility of the route--the ease with which any amount of labor for the construction can be drawn in from the overcrowded populations of Europe, to be paid in the lands made valuable by the progress of the work itself--and its immense utility to the commerce of the world with the whole eastern Asia, alone almost sufficient for the support of such a road--these considerations give assurance that the day cannot be distant which shall witness the conveyance of the representatives from Oregon and California to Washington within less time than a few years ago was devoted to a similar journey by those from Ohio; while the magnetic telegraph will enable the editors of the "San Francisco Union," the "Astoria Evening Post," or the "Nootka Morning News," to set up in type the first half of the President's Inaugural before the echoes of the latter half shall have died away beneath the lofty porch of the Capitol, as spoken from his lips.

Away, then, with all idle French talk of *balances of power* on the American Continent. There is no growth in Spanish America! Whatever progress of population there may be in the British Canadas, is only for their own early severance of their present colonial relation to the little island three thousand miles across the Atlantic; soon to be followed by Annexation, and destined to swell the still accumulating momentum of our progress. And whosoever may hold the balance, though they should cast into the opposite scale all the bayonets and cannon, not only of France and England, but of Europe entire, how would it kick the beam against the simple, solid weight of the two hundred and fifty, or three hundred millions--and American millions--destined to gather beneath the flutter of the stripes and stars, in the fast hastening year of the Lord 1945!

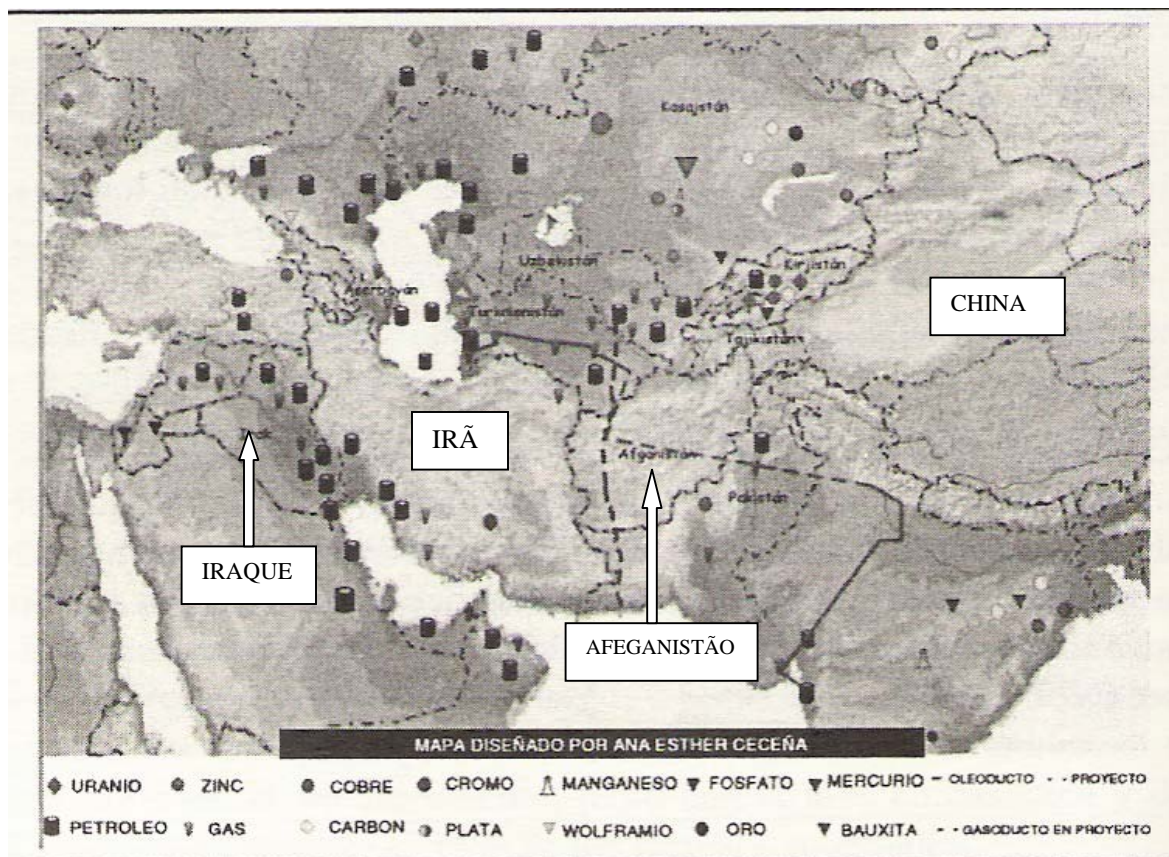
ANEXO 3 – Mapas e Quadro – Distribuição geográfica dos recursos energéticos.

Mapa 01**Reservas de Petróleo e Gás Natural**

Fonte: CECENÑA, 2002, p. 174.

Mapa 02

Reservas energéticas e minerais (Oriente Médio)



Fonte: CECEÑA, 2002, p. 174.

Quadro Complementar

Reservas mundiais de recursos energéticos por países (fins de 1999)

Petróleo (millones de tons)			Carbón (mtoe)		
Total mundial	142.435	100.0	Total mundial	656.302,0	100.0
Saudi Arabia	35.983	0.0	Estados Unidos	166.662,7	25.4
Irak	15.141	0.0	Federación Rusa	104.673,3	15.9
Kuwait	13.310	0.0	China	76.333,3	11.6
Emiratos Árabes Unidos	12.915	0.0	India	56.264,0	8.6
Irán	12.667	0.0	Australia	54.726,7	8.3
Venezuela	10.996	0.0	Alemania	44.000,0	6.7
Federación Rusa	6.654	0.0	Sudáfrica	33.013,3	5.0
China	4.793	0.0	Ucrania	22.768,7	3.5
Libia	3.892	0.0	Kasajstán	22.666,7	3.5
México	3.858	0.0	Polonia	14.773,3	2.3
Los 10 primeros		0.1	Los 10 primeros		90.8
Gas natural (mtoe)			Uranio (miles de t U)		
Total mundial	139.104,7	100.0	Total mundial	3.281,5	100.0
Federación Rusa	43.825,2	31.5	Australia	670,0	20.4
Irán	22.319,4	16.0	Kasajstán	598,6	18.2
Qatar	10.008,3	7.2	Estados Unidos	349,0	10.6
Emiratos Árabes Unidos	5.511,9	4.0	Canadá	326,4	9.9
Saudi Arabia	5.304,4	3.8	Sudáfrica	292,8	8.9
Estados Unidos	4.352,6	3.1	Namibia	180,5	5.5
Argelia	4.152,0	3.0	Brasil	162,0	4.9
Venezuela	3.811,9	2.7	Federación Rusa	140,9	4.3
Nigeria	3.227,4	2.3	Usbekistán	83,1	2.5
Irak	2.855,6	2.1	Ucrania	81,0	2.5
Los 10 primeros		75.7	Los 10 primeros		87.9

Fonte: CECEÑA, 2002, p. 175.